



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**Projeto ético-político do Serviço Social e organização política da categoria:
dilemas e tensões contemporâneas**

BÁRBARA DA ROCHA FIGUEIREDO CHAGAS

NATAL/RN

2015

BÁRBARA DA ROCHA FIGUEIREDO CHAGAS

**Projeto ético-político do Serviço Social e organização política da categoria:
dilemas e tensões contemporâneas**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) / Curso de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Mara de Moraes dos Santos

NATAL/RN

2015

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Chagas, Bárbara da Rocha Figueiredo.

Projeto ético-político do serviço social e organização política da categoria: dilemas e tensões contemporâneas/ Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas. - Natal, RN, 2015.

114 f.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Serviço Social.

1. Serviço social – Projeto ético-político - Dissertação. 2. Assistentes sociais - Organização política - Dissertação. 3. Tensões contemporâneas - Assistentes sociais - Dissertação I. Santos, Silvana Mara de Moraes dos. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 364-43

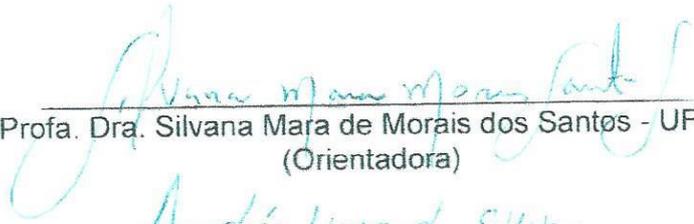
Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO
POLÍTICA DA CATEGORIA: dilemas e tensões contemporâneas**

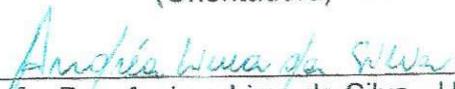
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 28/01/2015

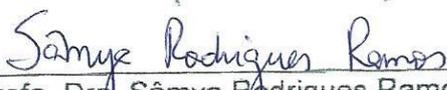
Banca Examinadora



Profa. Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos - UFRN
(Orientadora)



Profa. Dra. Andrea Lima da Silva - UFRN
(Membro Titular)



Profa. Dra. Sâmya Rodrigues Ramos - UERN
(Membro Titular Externo)

Profa. Dra. Ilka de Lima Souza
(Suplente - UFRN)

AGRADECIMENTOS

Ao final desta intensa maratona, meu coração encontra-se cheio de gratidão por todos que fizeram parte da realização de tantos sonhos. Alguns, em especial, tenho uma dívida eterna de solidariedade e companheirismo.

Não poderia deixar de começar agradecendo à minha mãe, que todos os dias me faz ter a certeza de como sou sortuda por ser sua filha. Minha eterna melhor amiga, parceira, fonte de inspiração para ter forças e seguir em frente. Poder ser um orgulho para você é um dos maiores prazeres da minha vida. Obrigada por todo o incentivo e apoio. Te amo muito mãe!

À minha tão querida orientadora, Silvana Mara, agradeço por todo companheirismo e solidariedade nos momentos mais difíceis. Ter construído essa parceria contigo, que vem desde o estágio, na graduação, é motivo de muita alegria para mim. Mais que uma orientadora, você tem sido fundamental no meu amadurecimento pessoal e intelectual, sempre acreditando na minha capacidade e me incentivando a ousar. Guardo com muito carinho cada momento de reflexão conjunta e a maneira carinhosa e respeitosa com que construímos tantas interlocuções. Sou imensamente grata a você.

Meus mais sinceros agradecimentos à Andréa Lima, não apenas por fazer parte dessa banca, mas por ter tido participação decisiva na minha formação profissional, desde a graduação, e no mestrado, novamente, me aceitando para realização do Estágio em Docência em sua disciplina. É sempre uma experiência prazerosa participar de suas aulas e compartilhar de sua companhia: te agradeço pela oportunidade.

Agradeço profundamente à Sâmia Ramos, com quem infelizmente não tive a oportunidade de construir uma interlocução mais permanente e direta, mas que sempre esteve presente na minha formação através da sua inestimável contribuição à cultura intelectual do Serviço Social, através de suas falas públicas ou de suas publicações. É uma honra ter você em minha banca.

Agradeço à Karina Cardoso, a melhor surpresa dos últimos meses, tão difíceis. Tenho uma dívida eterna com você, por toda generosidade com que se dispôs a ler este trabalho, a contribuir criticamente com cada detalhe. Suas opiniões

foram fundamentais, e além delas, sua solidariedade, seu incentivo, sua torcida. Você foi uma grande amiga nesse momento tão difícil. Muito obrigada!

Expresso, ainda, minha enorme gratidão ao meu amor, Ricardo Tavares, que contribuiu diretamente para a construção deste trabalho, me incentivando, me acalmando, me alegrando e, sobretudo, conservando uma heroica paciência em meus momentos de ansiedade e tensão. Agradeço por toda felicidade que me tem proporcionado e por ter construído comigo uma relação de amor, respeito e sonhos tão lindos, da qual muito me orgulho. Te amo, baiano!

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos docentes do PPGSS que fizeram parte dessa jornada; à Lucinha, sempre solícita e respeitosa no atendimento da Secretaria da Pós; e aos colegas de turma – em especial à Dani e Tibério, sempre me socorrendo em virtude da minha indisciplina. Desejo uma infinidade de coisas boas a vocês e agradeço por tudo!

*Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida*

(Maria, Maria – Milton Nascimento)

RESUMO: O presente estudo propôs apreender as polêmicas que perpassam a organização política da categoria na contemporaneidade. A pesquisa estabeleceu como recorte temporal a década de 2003 a 2013, mais precisamente a conjuntura que se abre com a eleição de Lula à Presidência da República e suas repercussões para a esquerda brasileira, os movimentos sociais e para a categoria. Através de pesquisa documental, estudamos as vertentes profissionais que se organizam politicamente em campos distintos, notadamente o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS). Buscando apreender sua relação com o Projeto Ético-Político da profissão, foram analisados documentos públicos que expressam as posições políticas das referidas entidades, situando as polêmicas e diferenças políticas existentes entre elas e entendendo a organização política como mediação para a construção de projetos profissionais e societários diversos.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Projeto Ético-Político. Organização política.

ABSTRACT: The present study was to apprehend the controversies that underlie the political organization of the category nowadays. The research established time frame as the decade from 2003 to 2013, more precisely the situation that opens with Lula's election to the Presidency and its repercussions for the Brazilian left, social movements and for the category. Through documentary research, we studied the professional aspects that are organized politically in different fields , notably the Federal Council of Social Service (CFESS) and the National Federation of Social Workers (FENAS). Seeking to understand their relationship with the Ethical - Political Project of the profession, public documents were analyzed expressing the political positions of these entities, placing the controversies and political differences between them and understanding the political organization as a means to building professionals and corporate projects many.

KEYWORDS: Social Work. Professional Project. Political organization.

LISTA DE SIGLAS

ABESS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

ANAMPOS – ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAIS

ANAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

ANDES-SN – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR – SINDICATO NACIONAL

BM – BANCO MUNDIAL

CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CBAS – CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

CELATS – CENTRO LATINO AMERICANO DE TRABALHO SOCIAL

CENEAS – COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS

CFAS – CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

CNAS – CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CRAS – CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

CRESS – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

CSP-CONLUTAS – CENTRAL SINDICAL E POPULAR CONLUTAS

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

EAD – ENSINO À DISTÂNCIA

ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ENESSO – EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL

FAT – FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

FENAS – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

IES – INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

PEPSS – PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

PROCAD – PROGRAMA NACIONAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA

PROIFES – FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE PROFESSORES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

REUNI – PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

UAB – UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

UNE – UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 01 - CONSERVADORISMO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: EMBATES DE PROJETOS NO SERVIÇO SOCIAL	13
1.1. Algumas considerações sobre o mito da neutralidade ideológica	14
1.2. A disputa de projetos no universo do Serviço Social brasileiro	20
1.3. A construção da hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social	24
CAPÍTULO 02 – ANOS 2000: CONJUNTURA E DESAFIOS À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA E DOS ASSISTENTES SOCIAIS	39
2.1. Organização da classe trabalhadora no contexto sócio histórico contemporâneo	40
2.2. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência e suas inflexões para os movimentos sociais e o Serviço Social	52
CAPÍTULO 03 - CFESS E FENAS: TRAJETÓRIAS E TENSÕES CONTEMPORÂNEAS	71
3.1. As formas de organização das vertentes críticas da profissão	72
3.2. O surgimento da Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS)	79
3.3. Posicionamentos políticos, agenda de lutas: por onde passam as diferenças?	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
APÊNDICE	114

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas temos enfrentado grandes mudanças econômicas e sociais: a conjuntura dos anos 1990, com a queda do muro de Berlim¹ e o aprofundamento da crise de um projeto político de esquerda em nível mundial e nacional, bem como a crescente falta de perspectiva societária e política. Essa realidade se agrava mediante um conjunto de medidas fundadas no neoliberalismo: a contrarreforma do Estado e o sucateamento dos serviços públicos.

Tais questões formaram, nos anos 1990, um consenso ideológico em torno da vitória do capitalismo e do “fim da história”. No Brasil, soma-se a isso, na década seguinte, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal² e suas implicações para a intensificação do refluxo dos movimentos sociais organizados, os retrocessos na consciência de classe dos trabalhadores e a continuidade e aprofundamento das políticas neoliberais dos Governos anteriores.

Como caracteriza Abramides (2014, p. 237):

A partir dos anos 1990, o movimento sindical se colocou na defensiva, fruto dos ataques do capital no processo de reestruturação produtiva, materializada pela acumulação flexível que ampliou a superexploração no trabalho, com desemprego estrutural, trabalho precário, temporário, informal, sem carteira assinada [...].

Esta realidade produz mudanças que repercutem nas particularidades da categoria de assistentes sociais: o processo de precarização do ensino superior e o rebaixamento na qualidade da formação universitária configuram-se como ameaças à formação profissional de qualidade em Serviço Social. Da mesma forma, o processo de contrarreforma do Estado reconfigura as políticas sociais e atinge diretamente o exercício profissional – no conteúdo e nas condições de trabalho, colocando novos e grandes desafios à elaboração de respostas profissionais coerentes com uma direção social crítica.

¹ O Muro de Berlim (1961-1989) foi construído na capital Alemã para dividi-la em duas partes: a parte influenciada pelo Bloco Capitalista e a outra pelo Bloco Socialista, que rivalizavam o mundo durante a Guerra Fria. Sua destruição ocorreu após a derrocada dos países soviéticos e tornou-se um fato que demarcou a suposta vitória do modo de produção capitalista sobre todos os outros.

² Referimo-nos à eleição de Lula da Silva, reconhecidamente uma das mais importantes figuras das lutas metalúrgicas e dos trabalhadores em geral dos anos 1970 e 1980, à Presidência da República em 2002.

Além da formação e do exercício profissional, também a organização político-sindical da categoria sofre os impactos desta conjuntura. Constitui-se entre os assistentes sociais, dois polos organizados em diferentes entidades, com posicionamentos radicalmente distintos quanto à forma de mobilizar e organizar sindicalmente a categoria profissional.

As polêmicas entre o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de um lado, e a Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS) de outro, embora concentrem-se em torno das táticas de organização sindical, sinalizam a existência de antagonismos políticos que ultrapassam o mero debate organizativo. São as diferenças políticas entre as entidades de cunho estratégico que nos interessa apreender.

Nesse sentido, este estudo parte de um resgate histórico imprescindível da organização política e sindical da categoria, com suas dinâmicas em determinadas conjunturas, para que entendermos como chegamos à atual realidade, a história das posições político-profissionais hoje expressas, a relação entre os processos vividos no interior da profissão com os ciclos de desenvolvimento e crise da sociedade capitalista, bem como o papel da luta de classes nesses períodos.

A partir dessas análises sócio-históricas, a pesquisa buscou debruçar-se no estudo das polêmicas contemporâneas no seio da profissão. Dessa forma, o aprofundamento do estudo se deu no recorte temporal do período de dez anos, de 2003 a 2013. O critério escolhido para a definição do recorte temporal é um dos elementos conjunturais de maior relevância para a apreensão do objeto de estudo, a saber, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para Presidente da República e todas as consequências disto para os movimentos sociais e a organização político-sindical da classe trabalhadora, bem como para o Serviço Social.

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental. Os materiais foram selecionados entre os que as entidades disponibilizam para consulta pública em seus endereços virtuais, e a lista dos documentos estudados encontram-se na forma de apêndice deste trabalho. O estudo dos documentos possibilitou o aprofundamento da análise do objeto de pesquisa, apreendendo as diferenças ideológicas e políticas entre as entidades pesquisadas.

Assim, este trabalho analisa a disputa de projetos profissionais no Serviço Social, expresso hoje pelo antagonismo de posições entre CFESS e FENAS. Analisa

suas posições políticas: o que defendem e com quais projetos societários estes se vinculam e como se relacionam com o projeto ético-político profissional.

Este estudo expressa um esforço para apreender os dilemas postos à organização dos assistentes sociais e suas implicações ao projeto profissional em meio a uma conjuntura tão adversa. Vincula-se, portanto, ao interesse de fortalecer as lutas sociais, dado que o debate sobre a organização sindical dos assistentes sociais deve ultrapassar a análise corporativista, buscando identificar os projetos societários presentes na profissão, para fortalecer o projeto profissional hegemônico no Serviço Social, de defesa de uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração.

CAPÍTULO 01

CONSERVADORISMO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: EMBATES DE PROJETOS NO SERVIÇO SOCIAL

O primeiro capítulo deste trabalho pretende apresentar os fundamentos teórico-históricos com os quais trabalhamos para apreender os projetos profissionais em disputa do Serviço Social. Propomos, ainda que de forma breve, analisar o processo de construção da hegemonia do que se convencionou chamar, no interior da profissão, de Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), entendendo este processo histórico como mediação fundamental para a compreensão das tensões que permearam e permeiam a categoria.

Consideramos essas reflexões essenciais para o estudo de nosso objeto de pesquisa na medida em que, mesmo após décadas de interlocução com a teoria marxista, ainda residem, no interior da profissão, concepções teórico-políticas que negam a existência da disputa de projetos profissionais, ou mesmo a existência de projetos profissionais distintos. Negam, na medida em que almejam formação e exercício profissional “neutro” em relação aos grandes temas econômicos, políticos e sociais – sobretudo os mais polêmicos. Pressupondo como sendo possível uma prática profissional desvinculada de qualquer direção social, recusam a tomada de posição teórico-política. Reforçando um ecletismo teórico, buscam exercer um Serviço Social que não seja marxista, nem positivista, mas que busque extrair de cada vertente teórica suas contribuições, identificando certa complementariedade nas teorias sociais e reduzindo a importância de suas diferenças históricas e estratégicas.

Recuperando as grandes contribuições de estudiosos marxistas, dentre os quais destacamos o sociólogo Michael Löwy (1985, 2008, 2013), retomamos o debate histórico sobre a busca da neutralidade nas ciências sociais. A reflexão já acumulada aponta no sentido de demonstrar a impossibilidade de isentar-se de valores morais e de posições políticas – seja na formação ou no exercício profissional. Este é nosso pressuposto teórico.

Esta afirmativa será retomada, não apenas para reafirmá-la, pois pretende-se elaborar novas reflexões a partir dos desafios apresentados hoje à profissão. A realidade, em seu permanente processo de mudança, apresenta inúmeros elementos que influenciam os rumos de nossa categoria.

Em meio a tantos desafios, os assistentes sociais são chamados cotidianamente a posicionarem-se individual e coletivamente. A postura adotada no dia-a-dia de seu exercício profissional, assim como sua postura em relação à organização coletiva da categoria, são expressões de seu projeto profissional e a qual visão de mundo este projeto se vincula. Ainda que, na maioria das vezes, isso não se expresse de forma explícita, ou mesmo consciente.

Estudar os elementos da realidade – com suas contradições e formas – e apreender como o Serviço Social é parte dela, elucidam o caminho para entender como se expressam hoje os diferentes projetos profissionais e societários em disputa na profissão. É por este raciocínio que direcionaremos esta pesquisa.

1.1. Algumas considerações sobre o mito da neutralidade ideológica

Para estudarmos a disputa de projetos no Serviço Social na contemporaneidade, sugerimos partir de um debate teórico sobre a possibilidade da neutralidade nas ciências sociais e nas profissões. Partimos deste raciocínio, pois no decurso da elaboração dos objetivos desta pesquisa, nos deparamos com inúmeras ilusões quanto a necessidade da existência de um projeto profissional e se este estaria em disputa entre os assistentes sociais.

Consideramos necessário um resgate teórico das reflexões acumuladas no marco da teoria social crítica sobre este tema, na medida em que a análise das vertentes que no tempo presente existem e disputam o projeto profissional, prescinde do entendimento de que há, necessariamente, a tomada de posição por parte dos pesquisadores e profissionais, neste caso, do Serviço Social.

O debate sobre a possibilidade do alcance da neutralidade nas ciências sociais não é novo. Ele tem atravessado toda a história da sociologia. De Auguste Comte a Max Weber, diversos estudiosos positivistas ou parcialmente situados neste campo, buscaram elaborar teses que justificassem não apenas a neutralidade do pesquisador em relação ao objeto pesquisado, mas também o uso da neutralidade como único caminho possível para alcançar a “verdade científica”.

A hipótese fundamental do positivismo é de que a sociedade, a vida social, é regida por leis naturais universais e invariáveis. E que, nesse sentido, a melhor

metodologia para conhecer a vida social seria a mesma empregada para estudar a vida natural: a observação com objetividade científica – neutra, livre das ideologias.

Significa que a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Todo esse conjunto de elementos ideológicos, em seu sentido amplo, deve ser eliminado da ciência social. (Löwy, 1985, p. 39)

A busca pela verdade objetiva, pela identificação e análise das leis universais que regem os fenômenos sociais seria, portanto, a única forma de conceder aos resultados da pesquisa uma valoração universal. O meio para isso seria uma espécie de “autoneutralização ideológica” do cientista social. O que possui uma clara implicação conservadora, concebendo os fenômenos sociais como imutáveis, e seus males inevitáveis, cabe aos sujeitos – e ao pesquisador – um claro papel de resignação e conformação.

É por isso que de forma bastante sintética Durkheim afirma que o positivismo “[...] não tem nada de revolucionário, pelo contrário, ele é essencialmente conservador, porque considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais maleável que seja, não pode ser modificada pela vontade humana” (apud Löwy, 2008, p. 48).

O caráter conservador do positivismo relaciona-se à suas raízes históricas. Auguste Comte, um dos fundadores da teoria positivista, a formula em um período posterior à Revolução Francesa, quando a burguesia havia ascendido ao poder e lutava pela sua manutenção contra os interesses da nascente classe trabalhadora – um momento de grandes convulsões sociais e políticas. Nesse período, desenvolvem-se ideologias para dar sustentação aos interesses que disputavam os rumos da história. Comte vincula-se à parcela da burguesia que defendia um regime ditatorial e buscava impedir qualquer ameaça revolucionária.

Não por acaso, o positivismo apresentou-se como uma das teorias sociais que embasaram os primeiros passos da construção de um referencial teórico para o Serviço Social. A explicação das origens do positivismo assemelha-se aos motivos que levaram os assistentes sociais a embasarem-se em teorias conservadoras, nas

décadas iniciais da profissão: justificar a existência da pobreza como forma de conter as lutas sociais. Com um projeto profissional enraizado no conservadorismo, ligado à Igreja Católica, os assistentes sociais partiam do pressuposto de que as desigualdades sociais eram naturais e insuperáveis.

A opção do Serviço Social, neste período, era de vinculação a um projeto profissional conservador, ligado a uma direção social burguesa, de manutenção da hegemonia das classes dominantes e uma opção teórica positivista-funcionalista. É importante ressaltar este fato dado que muitos profissionais acreditam que o Serviço Social passou a ter um projeto profissional apenas quando o denominamos assim, já nos idos de 1990, quando ganha hegemonia um projeto crítico no seio da categoria de assistentes sociais. O fato é, entretanto, que antes da conquista da hegemonia do projeto profissional crítico, já existia um projeto profissional conservador, embora este não fosse declarado.

Em uma perspectiva contrária à do positivismo, a teoria social de Marx – elaborada, também, no período de nascimento do capitalismo – não objetivava manter, mas analisar criticamente o modelo social que surgia. Buscava entender as transformações correntes do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora – a classe que poderia cumprir um papel revolucionário. Marx não buscava elaborar uma ciência neutra, de valoração universal. Pretendia justamente o oposto.

Numa palavra: Marx considerava sua ciência como revolucionária e proletária e, como tal, oposta (e superior) à ciência conservadora e burguesa dos economistas clássicos. O “corte” entre Marx e seus predecessores é para ele um corte de classe no interior da história da ciência econômica. (Lowy, 2008, p. 19)

A transparência com que Marx expunha o conteúdo e os objetivos de sua teoria – demarcando-a com um claro interesse de classe – possuem uma explicação histórica. A burguesia, ao fazer a sua revolução, defendia seus interesses de classe, que eram antagônicos aos interesses das grandes massas. Pois, ao mesmo tempo em que pretendia criar uma nova sociedade, pondo fim ao feudalismo, desejava constituir-se enquanto a classe exploradora. Nesse sentido, as teorias burguesas buscavam – e continuam buscando – a compreensão parcial dos processos históricos: possuem um caráter de ocultação ideológica.

O marxismo, ao contrário, expressa as ideias de uma classe cujos interesses históricos são da maioria da humanidade. A classe trabalhadora é a primeira classe revolucionária cuja verdade absoluta lhe interessa. A primeira classe que não necessita camuflar seus propósitos, sua ideologia.

Como ilustra Löwy (1985, p. 32):

Não é, pois, absolutamente um acaso se o proletariado – ao contrário da burguesia revolucionária – apresenta abertamente sua revolução como sendo realizada, não em nome de pretensos “direitos naturais” ou de supostos “princípios eternos da Liberdade e da Justiça”, mas em nome de seus interesses de classe. Uma comparação entre o Manifesto Comunista e a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1789 é altamente instrutiva a esse respeito!

Nesse sentido, o marxismo é a teoria social que busca entender os fenômenos sociais em sua essência, em sua totalidade. Ao marxismo – como a classe trabalhadora – interessa a verdade. O conhecimento objetivo da realidade é o seu interesse de classe, na medida em que é nas contradições da sociedade capitalista que se expressam de forma cada vez mais acirrada os antagônicos interesses de classe. O conhecimento dessas contradições é parte fundamental da tomada de consciência do proletariado em relação a sua situação de classe explorada. É imprescindível, portanto, para a transformação desta sociedade.

O marxismo situa-se em um campo absolutamente antagônico ao do positivismo e das ciências burguesas que difundem a neutralidade nas ciências sociais. O que os positivistas chamam de pré-noções, ou pré-conceitos do pesquisador, que devem ser eliminados para o conhecimento da verdade, a sociologia do conhecimento entende como um “conjunto de convicções, de ideias, de atitudes do investigador e também de seu grupo social, que escapa à dúvida, a qualquer questionamento, a qualquer distância crítica” (Löwy, p. 48).

A neutralidade do cientista social é, dessa forma, inalcançável – na medida em que seu objeto de estudo, diferente das ciências naturais, situa-se no campo das relações sociais e é estudado sob concepções de sociedade diversas e antagônicas. É impossível, ao pesquisador, ignorar os conflitos ideológicos, afastar suas pré-noções. A solução proposta pelo positivismo, de depositar sobre a boa vontade, o

esforço e o empenho do cientista social a busca pela eliminação de suas próprias ideologias para realização da pesquisa, é uma proposta que não se materializa.

Isto porque, o que caracteriza as pré-noções, ou o preconceito, é justamente a negação de que este seja um preconceito – ele é tido como evidente. Para eliminá-las, o pesquisador teria, primeiro, que admiti-las como tal. Nesse sentido, o próprio positivismo jamais admitiu eliminar suas pré-noções: a concepção de mundo a partir dos interesses burgueses. Esta concepção de mundo é tida como pressuposta, óbvia, única, certa e inquestionável.

Pressupondo a neutralidade do pesquisador como inalcançável, seria então a verdade objetiva também inatingível? O primeiro requisito para se alcançar a verdade científica, é pretendê-lo. O pressuposto, é portanto, óbvio: o pesquisador deve querer conhecer de fato o fenômeno social o qual pretende estudar.

Esse pré-requisito, entretanto, não resolve o problema do peso das ideologias na pesquisa social. Para o marxismo, o ponto de vista de classe irá interferir diretamente na capacidade do pesquisador de analisar os fenômenos sociais.

Não estamos afirmando que só os marxistas possuem capacidade de estudar e entender a realidade. Historicamente o melhor exemplo para o que estamos dizendo é a crítica de Marx ao economista burguês David Ricardo. Marx reconhece o valor da ciência produzida por Ricardo, mas critica enfaticamente suas limitações, que, para ele, deve-se ao fato do caráter burguês de seus estudos: “Marx escreve que Ricardo, apesar de sua profundidade científica, é “prisioneiro do horizonte burguês”. Não é que ele não queira entender o capitalismo, é que é impossível para ele ir além dos limites estruturais da visão burguesa” (Löwy, 2008, p.111).

É por este motivo que a crítica à economia política, formulada por Marx, supera a economia política clássica. A ciência burguesa, por mais que se pretenda, é incapaz de alcançar a verdade científica sobre a realidade social – pois essa verdade é antagônica aos interesses históricos da burguesia. Como dissemos anteriormente, é o marxismo, o ponto de vista da classe trabalhadora, que pretende e pode desvendar o funcionamento da sociedade capitalista.

A tese positivista de neutralidade, no entanto, penetrou nas ciências sociais exercendo uma grande influência que ultrapassa o campo estritamente positivista. O poder da ideologia positivista exerceu influência inclusive sobre o próprio marxismo, não apenas nas correntes identificadas como revisionistas, mas também no interior

do “marxismo ortodoxo”³. Nomes como Bernstein⁴ e Kautsky⁵ propuseram um marxismo menos “tendencioso”, defendendo, por exemplo, que “O Capital seria uma obra ainda mais imparcial e científica, se o autor houvesse somado a seu gênio rigor e a seu amor à verdade a bela qualidade de se situar acima de todas as lutas e contradições de classes” (Kautsky, apud Löwy, 2013, p. 143).

Estas deformações na compreensão do pensamento marxiano fazem parte também das aproximações do Serviço Social com a tradição marxista. Os passos iniciais na tentativa de ruptura com o conservadorismo profissional, dados pelo movimento de reconceituação, expressam uma aproximação *ideológica*⁶ com o marxismo. O acesso aos autores da teoria social crítica pela via da militância política fez com que “o nosso primeiro encontro com o marxismo [capturasse] deste os seus elementos ídeo-políticos, como aportes para a afirmação da ruptura em níveis mais gerais [...]” (Santos, p. 01).

A apreensão distorcida da teoria social de Marx não levou a uma ruptura radical com o conservadorismo. Embora essa experiência tenha tido um papel histórico relevante no processo de construção do Projeto Ético-Político profissional, as primeiras aproximações com o marxismo expressam uma ruptura com o conservadorismo que é mais política que teórica.

É interessante notar que esse processo não rompeu radicalmente com a herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante, historicamente, no Serviço Social, o que vai se constituir num dos fatores explicativos da aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua incorporação, por via de um marxismo positivista (Santos, p. 02).

Não por acaso, em 1985, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, traz ao Brasil para uma conferência sobre as ideologias e o processo de conhecimento científico, o sociólogo marxista Michael Löwy. As gravações e transcrições desta conferência tornaram-se depois uma das obras mais didáticas do

³ Termo utilizado por Santos (p. 01), ao referir-se aos setores reconhecidamente tradicionais do marxismo.

⁴ Eduard Bernstein foi um teórico político alemão do período da Segunda Internacional, considerado um revisionista do marxismo.

⁵ Karl Kautsky foi um teórico político alemão do período da Segunda Internacional. Embora tenha sofrido diversas críticas por suas posições políticas em relação à Primeira Guerra Mundial, Kautsky era considerado um dos mais importantes teóricos de seu tempo, por ter sido “herdeiro” direto do marxismo – trabalhou diretamente com Engels.

⁶ Conceito utilizado por Santos (a). Ver “Apropriações da tradição marxista no Serviço Social”.

autor sobre o tema⁷. E registram um momento importante do esforço do Serviço Social para o amadurecimento da relação com o marxismo, objetivando afastar as distorções das polêmicas filosóficas que atravessavam e ainda atravessam as ciências humanas.

No Serviço Social, mesmo após algumas décadas de interlocução com o marxismo, permanecem vários traços de ecletismo e de utilização do marxismo exclusivamente como método para entendimento da realidade, negando o caráter de classe de sua teoria. Esta influência positivista no marxismo produz inflexões no debate sobre a disputa de projetos societários no seio da profissão. É sobre isso que trataremos a seguir.

1.2. A disputa de projetos no universo do Serviço Social brasileiro

A histórica influência positivista nas ciências humanas e sociais possui contornos contemporâneos. O critério da neutralidade e imparcialidade para auferir à pesquisa o caráter de ciência é dominante no universo acadêmico. Este é um dos motivos pelos quais o marxismo tem sido colocado cada dia mais no campo da marginalidade intelectual. A compreensão de que o capitalismo “venceu” os rumos da história e que, portanto, as elaborações marxistas perderam sua validade e utilidade social, somam-se ao desprezo do marxismo enquanto método, dada a clareza com que Marx situava os interesses e propósitos de suas elaborações.

Um fato recente é expressão do que afirmamos. No primeiro semestre de 2014, um projeto de pesquisa intitulado *“Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e as políticas sociais”*, elaborado por pesquisadores marxistas da área do Serviço Social, teve seu financiamento negado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Entre os motivos apresentados no parecer de recusa, estava a utilização do marxismo enquanto metodologia de pesquisa, “cuja contribuição à ciência brasileira parece duvidosa”, segundo o parecerista. O documento afirmava ainda que “[...] a utilização deste

⁷ Referimo-nos ao livro chamado “Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista”.

método não garante os requisitos necessários para que se alcance os objetivos do método científico”⁸.

O consenso em torno da necessária neutralidade nas ciências humanas, demonstrado pelo exemplo dado, possui um efeito muito mais amplo do que no campo da pesquisa. Espera-se não apenas do pesquisador, mas das profissões em geral e, neste caso, do Serviço Social a imparcialidade em torno de temas diversos, sobretudo os mais polêmicos. Não é raro ouvirmos de estudantes e de profissionais uma postura de isenção em relação a temas como o aborto e a diversidade sexual, para citar apenas alguns exemplos. Especialmente quando se trata de um conflito entre as crenças pessoais do profissional e a garantia dos direitos humanos, a saída encontrada diante de conflitos ideológicos seria uma postura profissional que se “isenta” de julgamentos e seja neutra. Não é incomum também ouvirmos questionamentos sobre a natureza da importância do Serviço Social debater e inserir em sua agenda de lutas os temas citados anteriormente.

Entretanto, como já mencionamos, isentar-se de debater determinada temática, não remete a uma postura de neutralidade. Se estivermos diante de uma situação de injustiça, em que determinado sujeito ou grupo encontra-se em situação de opressão e/ou exploração social e/ou política, e optamos por nos isentar de posições em relação a essa situação, inevitavelmente estamos concordando que a situação de injustiça se prolongue, optando por não fortalecer a luta pela libertação do oprimido. Ou seja, se diante da existência e crescimento da violência doméstica contra as mulheres, optamos por não nos posicionar, considerando, por exemplo, que este é um problema de foro íntimo, estamos compactuando com a ideologia machista que faz dezenas de vítimas diariamente e concordando, também, que a situação de violação de direitos se perpetue. Estamos escolhendo o outro lado. Este é apenas um exemplo, poderíamos dar milhares de outros.

O que propomos como reflexão é que não há neutralidade, nem na formação, nem no exercício profissional. E, se não há neutralidade, existem posições ético-políticas variadas que podemos adotar, cabendo a nós – individual ou coletivamente – essa escolha. Para o debate em questão, queremos analisar as tensões que

⁸ KAPA, Rafael. **Governo nega projeto por ser marxista e revolta pesquisadores da UnB, UERJ e UFRN.** Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/governo-nega-projeto-por-ser-marxista-revolta-pesquisadores-da-unb-uerj-ufrn-12745626#ixzz3LdJ4bQOK>. Acesso em: 20/09/2014.

permeiam as opções ético-políticas que temos feito, enquanto sujeitos coletivos, enquanto categoria profissional.

O Serviço Social constitui em seus objetivos profissionais um *projeto profissional*. Este projeto se expressa desde nossas diretrizes para formação à regulamentação do exercício profissional, passando pelo Código de Ética Profissional. Os projetos profissionais estão no marco dos projetos coletivos existentes na sociedade e expressam a forma como determinada profissão analisa a sociedade e o seu papel. Manifesta, também, a maneira como a profissão pretende ser vista pela sociedade, pois implica na relação que o profissional terá com as outras profissões e com os usuários dos serviços prestados.

Segundo Netto

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (Netto, 2006, p. 04).

Como para existir, uma profissão precisa ser legitimada socialmente, e, ao existir, existe em sociedade, as profissões e, portanto, os projetos profissionais apresentam “inelimináveis *dimensões políticas*, seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão)” (Netto, 2006, p. 05).

Sendo assim, as profissões apresentam, para além dos exclusivos interesses profissionais, um interesse coletivo que ultrapassa o limite da profissão, abraçando toda a estrutura da sociedade.

Nos marcos de uma sociedade de classes, em que as classes fundamentais carregam interesses diametralmente antagônicos, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe* (Netto, 2006, p. 02). Isto é, apresentam um projeto de sociedade que, em primeira ou em última instância, atenderá aos interesses fundamentais de uma ou outra classe social.

Isto acontece embora, nem sempre, ou quase nunca, essa dimensão política dos projetos profissionais apareça de forma aberta, sobretudo quando se trata da defesa de projetos conservadores. Isto porque não é útil para os projetos conservadores – que, diga-se de passagem, são aqueles que pretendem *conservar* a sociedade como está, em nosso caso, manter a burguesia enquanto classe dominante – estabelecer de forma clara a disputa de projetos societários, posto que este projeto é hegemônico na sociedade e sua base de sustentação é, também, a alienação dos oprimidos e explorados, que não se identificam como tal.

É por este motivo, que como ilustra Netto

Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas. Não é por acaso que o conhecido pensador lusitano Antônio Sérgio, numa passagem notável, tenha observado que “aquele que diz não gostar de política, adora praticar política conservadora” (Netto, 2006, p. 5).

Mas, mesmo que não se expresse claramente, a disputa de projetos profissionais – e societários – acontece. Nesse caso, no âmbito das profissões e, mais especificamente, em nossa profissão.

E a história do Serviço Social é exemplo vivo das formas variadas que o exercício profissional assume a partir do conteúdo político ao qual ele se vincula estrategicamente. Também é exemplo de como o processo de vinculação da profissão a determinada teoria e direção social guarda relação com a realidade social, e é fruto de força ativa, organização política e disputa consciente: constituindo o corpo profissional como um espaço de permanentes tensões.

Para apreensão dos contornos atuais das disputas políticas existentes na profissão, propomos partir de uma análise da trajetória intelectual e política vivida pela categoria, entendendo a construção da hegemonia do projeto ético-político, como um processo vivo, permeado de contradições, de avanços e retrocessos.

1.3. A construção da hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social

A direção teórico-política hegemônica do Serviço Social passou por inúmeras mudanças ao longo da história da profissão. Nota-se, entretanto, durante as primeiras décadas de existência da profissão (referimo-nos às décadas de 1930 à meados da década de 1960), um marcante traço comum: o compromisso sócio-político com o conservadorismo (Iamamoto, 2011).

Este traço comum foi a base da construção de um fazer profissional historicamente comprometido com o projeto de sociedade das classes dominantes, com uma função intelectual colaboracionista com a concepção de mundo burguesa (Pereira, 2007, p. 223) na medida em que negava a existência das classes sociais e as expressões da questão social como consequências inerentes ao antagonismo entre capital e trabalho. Isto porque a marca do pensamento conservador reside na superficialidade com que interpreta os elementos da realidade, dando importância à sua aparência em detrimento das contradições de sua essência.

O conservador reage aos princípios universalizantes e abstratos do pensamento dedutivo: seu pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. (Iamamoto, 2011, p. 24)

É pertinente demarcar que a trajetória intelectual que percorremos é mediada pela conjuntura das origens da profissão. O Serviço Social surge com um propósito conservador, em um momento sócio-histórico complexo, afetado pela luta de classes e pelo objetivo da burguesia, Estado e Igreja de doutrinação das massas operárias, que lutavam por direitos no processo de industrialização vivido pelo país neste momento. A origem da profissão explica-se, entre outros fatores, pela necessidade de intervenção ideológica das classes dominantes sobre a classe trabalhadora. O Serviço Social surge, portanto, com os preceitos burgueses, em que:

Os efeitos da exploração capitalista do trabalho são reconhecidos e transformados em “problemas sociais”, justificadores da ação profissional; mas não se colocam

em questão as razões históricas dessa exploração. Este esquema de percepção permite conciliar a concepção humanista-cristã de vida e a exploração burguesa do trabalho (Iamamoto, 2011, p. 29).

Dessa forma, instala-se na profissão uma contradição entre teoria e prática. Na medida em que se objetiva tratar os problemas sociais buscando soluções individuais, como se a pobreza, o desemprego e outras mazelas sociais fossem resultado de algum desajustamento individual ou familiar e não um problema de fato social.

Esta visão superficial da realidade, pela via conservadora, simplifica o objeto de trabalho do Serviço Social fazendo com que, conforme Iamamoto:

De um lado, questões de economia política transformam-se em problemas assistenciais, e direitos da utilização de conquistas sociais do proletariado viram concessão de benefícios, os quais nunca foram vistos como direitos, mas como expressão de carências, “faltas”, “desvios de personalidade” etc. Por outro lado, reforçam-se mecanismos que dificultam a apreensão dos reais efeitos da ação profissional. A reificação dos métodos e técnicas da intervenção, a burocratização das atividades, a psicologização das relações sociais, a absorção de uma terminologia mais adequada à estratégia de crescimento econômico acelerado são fatores, entre outros, que contribuem para encobrir na consciência profissional as reais implicações de sua prática (2011, p. 34).

Como destaca a autora, a maneira como o Serviço Social compreendia a sociedade e seu objeto de trabalho implicava diretamente na forma e no conteúdo de sua intervenção profissional.

Em consonância com uma visão completamente desconectada com as causas das expressões da questão social, que busca resolver desajustamentos ocasionais, o fazer profissional do assistente social configurava-se um fazer fundamentalmente técnico-operativo que almejava um ajustamento social dos indivíduos, negando a necessidade da formação teórica para a intervenção profissional.

Nesta perspectiva, há também uma forte tendência pragmática, de negação das ciências sociais e da ação reflexiva sobre a sociedade. Reivindica-se a

observação e a experiência empírica, ao considerar que a teoria não serve para reformar a vida e a sociedade (Iamamoto, 2011). Imprime um sentido utilitarista à teoria, ao pensar a realidade na sua imediatez e ao buscar agir sobre ela com esta racionalidade (Guerra, 2013).

Estes são os elementos de sustentação do discurso e da prática dos assistentes sociais durante as primeiras décadas da profissão, que vão se expressar na busca pela resolução da “crise da profissão” pela via do maior aperfeiçoamento técnico-instrumental (Iamamoto, 2011), levando às diferentes fases de intervenção profissional. Seja a fase embrionária mais ligada à caridade, a fase posterior de busca pelo ajustamento individual e coletivo, ou a tendência à psicologização das relações sociais. Em todas estas fases, até o período do Regime Militar, observa-se a prevalência da discussão da metodologia profissional, buscando encontrar e aperfeiçoar os traços peculiares da profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção (Iamamoto, 2011). Estas fases expressam a busca por encontrar no aperfeiçoamento profissional a resolução para os problemas com os quais o Serviço Social trabalhava.

A direção social conservadora da profissão expressava-se no arcabouço teórico no qual a categoria se apoiava, bem como na sua compreensão sobre seu próprio exercício profissional, mas possuía implicações, também, na organização política da categoria. Esta, até 1977, se dava quase que exclusivamente pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), hoje Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

O Conjunto CFAS/CRAS era, à época, o espaço de organização das vertentes modernizadoras⁹ e de reatualização do conservadorismo¹⁰, e, portanto, expressavam a defesa de um projeto conservador de profissão e de sociedade. Uma demonstração do conservadorismo destas entidades é que os primeiros Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) que ocorreram nos anos 1970, cuja

⁹ A *perspectiva modernizadora* apresentava a proposta de adequação do Serviço Social ao novo contexto sócio-político, mas sem se posicionar ou se contrapor a estrutura de desigualdade social ou aos antagonismos de classe, principais razões das expressões da questão social. Essa perspectiva não apresentou uma nova concepção de profissão, tendo em vista que esta defendia uma postura moralista de ajustamento dos sujeitos à sua família e à sociedade e baseava-se no estrutural-funcionalismo.

¹⁰ A *reatualização do conservadorismo* propunha resgatar as bases cristãs da profissão e aliá-las à modernidade. Baseava-se na fenomenologia, com tendências psicologizantes. Nesta vertente também não há ruptura com tradicional, a profissão continua com uma atuação conservadora e sem se posicionar com relação à estrutura social.

organização era de responsabilidade do conjunto CFAS/CRAS, contaram, em plena ditadura militar, com a presença dos oficiais do regime ditatorial.

É somente na década de 1970, após a Reforma Universitária de 1968, com a inserção do Serviço Social em ambientes universitários e, notadamente, com a conjuntura de lutas e questionamentos do regime militar é que sinalizou o início de um período de profundos questionamentos quanto à direção social do Serviço Social (Pereira, 2007, p. 223).

Assim, de um profissional incumbido de transformar demandas por direitos sociais em “desajustes” e/ou “patologias sociais”, o assistente social passou a pautar-se pelo reconhecimento de uma sociedade dividida em classes sociais e pela condição estratégica da luta por direitos sociais. Deste modo, o processo de renovação profissional, possibilitado contraditoriamente pelo Estado brasileiro através da laicização e expansão da profissão com a inserção do processo formativo em ambientes universitários, desencadeou um movimento de construção de um pluralismo teórico, ideológico e político profissional. Tal processo proporcionou, ainda, a construção de um projeto profissional cuja pauta, nos anos 1980, foi a de ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social (Pereira, 2007, p. 223).

Este movimento de construção de um novo direcionamento teórico, ideológico e político na profissão apresenta sua ambiência sócio-histórica, ideopolítica e cultural no avanço das lutas sociais dos anos 1980 (Abramides e Cabral, 2009, p. 39). Os avanços intelectuais porque passou a profissão delegam o protagonismo, mas não exclusividade, destas transformações à relação com a teoria marxista, pois são também parte de um movimento de avanço da consciência do conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Acontecem inúmeras mudanças na conjuntura que darão novos contornos à trajetória política da profissão. São anos que provocarão mudanças nas bases teóricas, éticas, políticas e organizativas na categoria: uma verdadeira “virada” no projeto profissional.

O período histórico brasileiro de meados do final de 1970 a meados dos anos 1980 – marcado pela crise do petróleo e da ditadura militar brasileira –, foi de intensas lutas no Brasil, e, foi justamente nesse período histórico, que surgiram ou ressurgiram as grandes organizações sindicais, estudantis e partidárias com clara identidade classista.

Embora a ditadura militar brasileira tenha se utilizado do discurso do crescimento econômico acelerado, conhecido como “milagre econômico”, para convencer a sociedade do progresso que vivia o país, as contradições do período logo se mostraram. Apesar dos altos índices de crescimento da economia, a qualidade de vida das camadas mais pauperizadas da população não melhorou nesse período. Pelo contrário, parte do crescimento econômico sustentou-se em um profundo arrocho salarial já que “o custo de vida, de 1962 a 1969 teve um índice de aumento de 100 para 1.492, e o salário real passou de 100 para 122” (Singer, 1985:57, apud Faleiros, 2009: 44), e “segundo a Fundação Getúlio Vargas a taxa anual de inflação foi 19,3% em 1970 e de 77,2% em 1979” (Faleiros, 2009, p. 44).

A insatisfação com o regime tinha, então, base material no declínio do poder de compra dos trabalhadores no período. Os anos finais da ditadura foram os anos que proporcionaram uma das maiores acumulações de renda no país. Em 1960, os 10,0% mais ricos da população tinham uma participação no PIB que correspondia a 39,66%, percentual que se elevou de maneira extraordinária para 46,8% em 1984. Ao mesmo tempo em que os 1,0% mais ricos do país tinham uma concentração de renda superior aos 50,0% mais pobres da população (Welmovicki, 2004, p. 48).

A insatisfação já era tão forte que, na tentativa de conter as lutas sociais, o Governo Geisel¹¹ propõe “abertura controlada” do regime, com aumento progressivo do poder de eleição direta pelo povo dos governantes. Esse movimento por parte dos governos ditatoriais, entretanto, não foi capaz de conter o assenso do movimento operário, pois “o acúmulo das tensões sociais durante a ditadura gerou um fenômeno explosivo, mas de classe, de identificação política ampla dos trabalhadores e que o sucesso das primeiras greves tornou estendido em escala nacional” (Welmovicki, 2004, p. 51).

Dessa forma, as 270 greves, com adesão de 140.000 trabalhadores em 1978, são superadas por cerca de 1.400.000 grevistas em 1979, onde se destacam as lutas dos metalúrgicos de São Paulo, de onde surgiram as principais lideranças sindicais e políticas da classe trabalhadora e que sustentaram, posteriormente, o impulso para criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse período, destaca-se como liderança dos metalúrgicos do ABC paulista, Luís Inácio da Silva, o Lula.

Havia também um forte movimento pelas *Diretas já* (luta por direito às eleições diretas pela população dos parlamentares do legislativo e executivo), que

¹¹ Ernesto Geisel foi o 4º Presidente da República no período ditatorial, seu Governo foi de 1974 a 1979.

aglutinava estudantes, trabalhadores – operários e servidores públicos – artistas e demais movimentos sociais.

Todo esse processo de desgaste dos direitos trabalhistas e das condições de vida da população, aliado à repressão política a toda oposição ao Governo militar brasileiro, abriu um processo de esgotamento que culminou com uma intensa organização das lutas na sociedade brasileira. Entra em cena a classe trabalhadora brasileira, num momento em que “a orientação dada às políticas sociais pelos governos da ditadura” gerava “grandes [...] dificuldades de inserção no mercado de trabalho, além de uma queda geral nos salários praticados pela indústria e pelo comércio, sobretudo nos setores de média e baixa qualificação” (Martinelli, 2009, p. 97).

A conjuntura brasileira se redesenha, partindo de um período de profunda repressão aos trabalhadores e desarticulação dos movimentos sociais para um patamar de polarização entre os setores de esquerda e direita no país, tendo em vista que

Os movimentos sociais irrompem a realidade do país e se inserem na luta política de enfrentamento à ditadura militar e à sua política de arrocho salarial, responsável por uma profunda deterioração das condições de vida e de trabalho da população. É um período de amplas mobilizações do movimento de massas, com grandes greves operárias de solidariedade de classe entre os trabalhadores. Configura-se a reorganização do movimento sindical e popular em um novo patamar da luta de classes sob a direção da classe operária, a partir de 1977 (Abramides e Cabral, 2009, p. 56).

Os movimentos sociais em luta constroem, aos poucos, uma alternativa ideológica, sustentada por amplas massas de trabalhadores que saíam para o enfrentamento direto às condições econômicas e políticas do país: “[...] entre 1978 e 1981, 5.300.000 trabalhadores utilizaram-se da greve como forma de luta para encaminhar reivindicações [...]” (Faleiros, 2009, p. 45) num período, ainda, de ditadura militar. Foram esses anos de grandes lutas sociais que impulsionaram a criação de instrumentos de luta da classe trabalhadora, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980 e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

Ambas as organizações são fruto da mesma conjuntura e cumpriram um papel histórico fundamental.

Pode-se dizer que as fronteiras entre os militantes do PT e da CUT, além da ampla maioria dos movimentos sociais e populares, que retomavam suas ações ou se constituíam no pós-ditadura, não estavam claramente definidas. Naquele contexto, o PT expressava o movimento de massas, o conjunto dos trabalhadores[...]. (Santos, 2010, p. 86)

O movimento de massas naquele período configurava-se como um importante processo político de organização e luta de classes, incorporando grande parte dos trabalhadores brasileiros. E como fruto e máximas expressões organizativas desta conjuntura, surgiram PT e CUT.

Do ponto de vista da organização sindical, a fundação da CUT demarca um divisor de águas no sindicalismo brasileiro. Esta entidade foi capaz de aglutinar amplos setores da esquerda, como expressão do *novo sindicalismo*, que rompia com a herança varguista dos sindicatos atrelados ao Estado.

O *novo sindicalismo* surge como uma alternativa para a organização sindical dos trabalhadores na medida em que se apresentava como classista, de massas, com autonomia e independência dos governos, dos partidos e do patronato (Abramides e Cabral, 2009, p. 56) e partia da análise crítica da realidade, sustentando-se na indignação dos trabalhadores perante suas condições concretas de vida.

A CUT e demais organizações sindicais, assim como o PT, foram fundamentais no processo de formação da consciência de classe dos trabalhadores brasileiros, que sentiam naquele momento, necessidade de organizar-se independente dos patrões. Cumpriram também “[...] um papel [...] decisivo na fase final da luta contra a ditadura militar e alcançaram protagonismo nas mobilizações sociais dos anos 1980” (Mattos, 2014, p. 85).

Estas entidades estiveram à frente das principais lutas sociais da década e acaudilhavam todos os demais movimentos. Tornaram-se o polo de atração e referência política para toda uma geração de ativistas que saía às ruas e construía greves históricas e enfrentamentos heroicos ao Regime Militar – que tentava a todo

custo fazer uma transição à democracia de forma lenta e controlada. CUT e PT tornaram-se as grandes referências, pois estiveram envolvidas em todas as lutas e com todos os movimentos da década.

[...] defenderam as greves, apoiaram o nascimento do MST, ajudaram o movimento estudantil, acolheram o movimento de mulheres, ampararam o movimento popular urbano de luta por moradia, auxiliaram o movimento negro e, não menos importante, enfrentaram a ditadura [...] (Arcary, 2011, p. 62).

É também nesse período, e sob a influência desta conjuntura, que se fortalece no Serviço Social uma vertente crítica¹². Embora existissem diversos setores conservadores na profissão, é nessa conjuntura que amadurece no Serviço Social “um processo organizativo de luta social, combativa, ao lado dos movimentos sociais de base que se processavam na sociedade brasileira” (Martinelli, 2009, p. 98).

Data-se de meados de 1977 o período de reorganização sindical e política dos assistentes sociais. Este período de reorganização esteve profundamente ligado à conjuntura de lutas da classe trabalhadora em geral, na medida em que se vinculou diretamente ao *novo sindicalismo*, que se contrapunha ao sindicalismo predominante no período, de conciliação de classes.

O processo de ruptura com o conservadorismo na profissão se gesta e se constrói em meio à reorganização política e sindical de toda a classe trabalhadora e tem estreito laço com essa conjuntura e com os demais sujeitos políticos da classe trabalhadora no período.

¹² A história do Serviço Social brasileiro conserva vários processos de tentativas de superação do conservadorismo originário da profissão. Essas tentativas foram marcadas por diversas contradições, inclusive da própria conjuntura. Por isso considera-se que a história da profissão é uma história de *idas e vindas*, de *tensões*, e não um processo linear de avanço: do conservador ao crítico. Mesmo em uma conjuntura de lutas sociais, como a dos anos 1980, conservou-se no interior da profissão consideráveis segmentos conservadores. É esse período, no entanto, que favorece ao amadurecimento e crescimento das vertentes críticas da profissão, que tem como uma de suas expressões a vertente de *intenção de ruptura*. É importante demarcar que a história do Serviço Social brasileiro não se inicia com esta vertente. Pelo contrário, as correntes e vertentes profissionais que existiram anteriormente foram, sem dúvidas, fundamentais para que fosse possível romper, depois, com o conservadorismo hegemônico na profissão até então. Por não ser o foco de nosso trabalho, nesse momento, não abordaremos toda a história da profissão e suas vertentes. Estudaremos a história mais recente. Recomenda-se, entretanto, a leitura de duas importantes obras que tratam de forma aprofundada do tema. São elas: *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (2005), de José Paulo Netto e *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (1986), de Marilda Iamamoto e Raul Carvalho.

Entretanto, é importante demarcar que este não foi um processo harmônico e homogêneo, mas um processo aberto de disputa pela hegemonia do projeto profissional de nossa categoria, que prescindiu de importantes sujeitos individuais e coletivos.

Para o tema em questão, propomos dar ênfase à importância da organização coletiva dos setores de esquerda da profissão, diretamente conectados com a conjuntura e com o movimento de massas do período. Cabe destacar, entretanto, que o processo de ruptura envolveu diversas mudanças por que passou a profissão, todas com significativa importância. Aliado ao processo de organização sindical e política de setores da categoria esteve a articulação da esquerda no campo da formação profissional, da organização estudantil e de disputa dos Conselhos de Assistentes Sociais.

No campo da formação profissional destaca-se a experiência do Método de BH¹³, a forte contribuição teórica da Pós-Graduação em Serviço Social, que aproximou a formação profissional de forma cada vez mais qualificada às teorias marxianas e marxistas e a indispensável contribuição da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)¹⁴, sobretudo com o processo que resultou no novo currículo para o Serviço Social, implementado em 1982.

Do ponto de vista da organização estudantil, construiu-se uma aliança com os discentes de Serviço Social no sentido da construção conjunta de lutas sociais e de disputa da hegemonia política da categoria.

A tática implementada a partir dos sindicatos de impulsionar, montar e apoiar chapas de esquerda para os CRAS e o CFAS, com o objetivo de disputar a hegemonia do conservadorismo na direção das entidades da profissão, teve bons resultados uma vez que, mais tarde, os Conselhos da categoria teriam papel fundamental na transição ético-política da profissão (Abramides, 2009).

Embora no processo de ruptura com o conservadorismo tenha se estabelecido um processo de articulação entre “[...] o âmbito sindical, da formação, do exercício profissional e estudantil” (Abramides e Cabral, 2009, p. 59), é fato que “a organização político-sindical dos assistentes sociais teve um papel dirigente, de

¹³ Experiência desenvolvida na Universidade Católica de Minas Gerais de aproximação do Serviço Social com as teorias sociais críticas – como o marxismo – e as lutas sociais. Incorreu em diversos equívocos teórico-metodológicos, mas teve importância na história da profissão.

¹⁴ Hoje Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

centralidade, nos anos 1980, por estar colada ao sindicalismo classista num momento de assenso das lutas sociais” (Abramides e Cabral, 2009, p. 60).

Assim, para nós, “debater a virada do Serviço Social Brasileiro, nos marcos da ruptura com o conservadorismo, passa por compreender o significado e o papel político das organizações sindicais da categoria a partir de 1977[...]” (Abramides e Cabral, 2009, p. 56).

Consideramos fundamental resgatar a trajetória da organização política das vertentes críticas da profissão e todo o trabalho feito de forma consciente e militante por parte de diversos assistentes sociais e parceiros na luta política contra as ofensivas do capital e da ditadura política do período. Compreendemos que foi a organização político-sindical de nossas entidades – impulsionada pela conjuntura de lutas –, que possibilitou, por exemplo, construir o emblemático *Congresso da Virada*, um marco no processo de ruptura com o projeto profissional conservador hegemônico até então.

Como os Congressos da categoria eram organizados pelo conjunto CFAS/CRAS, expressavam em seu conteúdo e forma o conservadorismo destas entidades. Assim, o III CBAS, tal qual o I e o II, expressava “[...] uma visão formalista, endógena, modernizadora e conservadora da profissão [...]” (Abramides e Cabral, 2009, p. 61).

A realidade brasileira, entretanto, havia expressado as condições que permitiram o fortalecimento de uma vanguarda profissional, que se propôs a disputar os rumos da profissão, a partir da insatisfação gerada pelo marcante conservadorismo do II CBAS, em 1977. Assim, o que houve entre o II e III CBAS foi uma mudança na correlação de forças entre as vertentes conservadoras e progressistas no interior da profissão. Foi justamente após o II CBAS que se iniciou o processo de organização sindical do Serviço Social.

Neste período não havia sindicatos ou associações de assistentes sociais em quantidade expressiva. No I Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, em 1978, havia presentes apenas 04 sindicatos e associações, de todo o Brasil. A partir deste primeiro Encontro tirou-se a tática de mobilizar e organizar sindicalmente os assistentes sociais em todo o Brasil, sob a direção da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), com a perspectiva do sindicalismo classista, ligado ao novo sindicalismo.

A interlocução com as demais correntes críticas que se consolidavam na América Latina – que vivia conjuntura semelhante à brasileira –, por meio da aproximação da vertente *intenção de ruptura* ao organismo acadêmico denominado Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS), foi fundamental neste processo de organização sindical. O CELATS foi o financiador dos primeiros Encontros Sindicais, bem como da pesquisa sobre *Condições de Trabalho, Carga Horária, Salário e Área de Atuação dos Assistentes Sociais* em todo o país (Abramides e Cabral, 2009, p. 63). Esta pesquisa, assim como os Encontros Sindicais, foi o solo no qual se assentou a organização sindical dos assistentes sociais neste período.

A articulação político-sindical da categoria, aliada às vertentes críticas da América Latina, bem como aos movimentos sociais brasileiros, possibilitou, em muito pouco tempo, um fortalecimento do movimento sindical de assistentes sociais. Já no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, em 1979, havia 18 entidades presentes. Esse Encontro foi expressão da organização da vertente profissional crítica, que iria para o III CBAS em condições de disputar a hegemonia do Congresso com os setores conservadores que o organizavam.

O III CBAS foi marcado por uma divisão política da categoria: de um lado, as vertentes modernizadoras e conservadoras que o organizavam e, por outro lado, as vertentes de esquerda composta por muitos assistentes sociais que “vinham de vivências políticas de duro enfrentamento com a ditadura militar e seu aparelho repressivo” (Abramides e Cabral, 2009, p. 62) ou eram diretamente influenciados por esta conjuntura: “configura-se, portanto, uma massa crítica presente ao Congresso que se constituiu, no setor que de imediato deu sustentação política à direção da CENEAS/Sindicatos e APAS aos rumos do CBAS” (Abramides e Cabral, 2009, p. 62).

As polêmicas giravam em torno do conteúdo e metodologia dos debates, assim como da comissão de honra. Sobre o conteúdo, questionava-se a endogenia das discussões. Em uma conjuntura rica de elementos para análise em um processo de profundas mudanças sociais e políticas, o centro das discussões apontava para as técnicas e métodos do exercício profissional, focando cada área de atuação. Além disso, o Congresso contava com uma comissão de honra com representantes da Ditadura, como o Presidente General Figueiredo e ministros de governo.

Foram realizadas assembleias durante o Congresso para discussão e encaminhamento sobre o conteúdo conservador do evento. As assembleias logo ganharam adesão majoritária entre os participantes e passaram a deliberar alterações no Congresso. Foi através das assembleias gerais que se mudaram os eixos dos painéis de debate, proporcionando um debate mais macroscópico, elegendo um tema mais global: políticas sociais e exercício profissional; destituiu-se a comissão de honra do Congresso por sindicalistas e figuras da luta democrática brasileira, tais como Maria Augusta Capistrano – representante do Comitê Brasileiro pela Anistia, e Lula, dos metalúrgicos do ABC, nome de maior expressão da luta dos trabalhadores naquele momento. Encaminhou-se, ainda, que a coordenação da organização dos próximos Congressos seria responsabilidade da CENEAS, por a reconhecerem como a entidade com legitimidade para tal.

Nesse sentido,

A inserção das entidades sindicais da categoria, nessa concepção e prática sindical classista, a partir de 1977, é **constitutivamente determinante** na construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, assim denominado nos anos 90, que se consolida nesse processo de ruptura com o conservadorismo. [...] A vinculação das entidades sindicais ao movimento sindical e popular combativo, em um massivo e vigoroso assenso da luta de classes, se constitui no solo histórico que possibilitou as condições objetivas para o Congresso da Virada. (Abramides e Cabral, 2009, p. 56-59)

Pela importância histórica que possuiu e pelas mudanças que produziu posteriormente é que este Congresso é considerado “como solo fecundo, onde foram lançadas as raízes de um projeto ético-político profissional comprometido com a classe trabalhadora e com a construção de uma nova ordem societária” (Martinelli, 2009, p. 101), um “divisor de águas na trajetória histórica dos congressos e da própria profissão” (Abramides e Cabral, 2009, p. 59).

Tornando-se um ponto de referência profissional, no processo de mudança e consolidação do Serviço Social, o Congresso da Virada abriu as portas para que inúmeras outras mudanças pudessem ser incorporadas desde a formação profissional até a organização da categoria. É a partir da década de 1980 que as

principais mudanças acontecem, tendo como pontapé inicial a transformação do conjunto CFAS/CRAS em conjunto CFESS/CRESS, seguida pela reformulação do currículo mínimo da profissão com vistas a manter a categoria sintonizada com os interesses das/os trabalhadoras/os e a reformulação do Código de Ética profissional (1986).

Na década seguinte, 1990, mantém-se o mesmo ritmo da intenção de ruptura com os ideais conservadores consagrando importantes reformulações: a do Código de Ética profissional (1993), a Lei de Regulamentação (1993) e o estabelecimento das Diretrizes Curriculares (1996) para o curso de Serviço Social nas universidades. Todas estas mudanças somam-se a muitas vitórias conquistadas pela classe trabalhadora, num plano mais geral, que também foram essenciais para a consolidação não só da profissão, mas para a efetivação dos direitos sociais, tal como a Constituição de 1988 e seus desdobramentos nas políticas públicas.

O projeto ético-político vai ganhando corpo e forma na categoria. É por isso que se considera que este “projeto *avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção [...]*” (Braz e Teixeira, 2009, p. 14). Os anos 1980 significam, portanto, os anos de crescimento da participação política da categoria nas lutas gerais e nos espaços da profissão, de crescimento da produção intelectual, por meio da criação dos cursos de pós-graduação e maior incentivo à realização de pesquisas, – com o estreitamento da profissão com a teoria social crítica de Marx – e com os avanços na organização político-profissional, que tem sua materialização mais visível nos anos 1990.

Configuram-se, então, com o passar dos anos, o que se chama de elementos ou componentes que materializam o Projeto ético-político (Braz e Teixeira, 2009, p. 05), que se convencionou separar – para fins didáticos – em três esferas centrais: a esfera da *produção de conhecimento*, quem tem ligação direta com a pesquisa e a pós-graduação – embora, de forma nenhuma, se limite a ela; a esfera *político-organizativa*, que diz respeito às entidades e fóruns coletivos construídos historicamente, de discussão, consulta e deliberação da categoria e dos estudantes; a esfera *jurídica-política* “na qual se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão” (Braz, 2009, p. 06).

Compreendemos, portanto, que esta síntese de elementos *busca* levar à existência concreta da profissão, o sentido de seu projeto. Ou seja, *busca*

materializar o projeto profissional dando sentido às ações dos membros desta categoria profissional. Cabe situar, entretanto, que quando damos ênfase à que a normatização, leis, organização, posicionamentos e formação do Serviço Social *buscam* garantir um sentido profissional que alcance determinado projeto ético-político e societário na realidade, estamos dizendo que este “resultado” não é absoluto e automático.

É dessa maneira, pois enfrentamos grandes desafios, adversos ao projeto ético-político, no âmbito estritamente profissional, e também no âmbito mais geral, que afetam toda a classe trabalhadora.

Esta categoria, embora hegemonicamente, tenha construído um projeto crítico e elaborado mecanismos que marcham no sentido de tornar possíveis posturas coerentes com tal projeto, enfrenta, cotidianamente, um processo que é permeado por contradições, já, que “a afirmação e consolidação de um projeto profissional em seu próprio interior não suprimem as divergências e contradições” (Netto, 2006, p. 05). Disputamos cotidianamente com um projeto conservador, de conservação da sociedade, o projeto da burguesia, as mentes e corações dos indivíduos de forma desigual, por ser o projeto da classe dominante, possuidora dos principais meios de comunicação e difusão de ideologias.

O corpo profissional é uma unidade não homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um *espaço plural* do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. [...] Mais exatamente, todo corpo profissional é um campo de tensões e de lutas. (Netto, 2006, p. 05)

A síntese dessa discussão aponta no sentido de tirarmos algumas conclusões acerca das experiências históricas vividas pela profissão, bem como apontar elementos para análise e reflexão diante dos desafios existentes no tempo presente.

Começamos afirmando que não existe neutralidade nas ciências sociais, nas profissões, na sociedade. E fizemos um breve resgate da trajetória intelectual e política da profissão. Queremos tirar disso algumas conclusões: a) a história do Serviço Social é diretamente influenciada pela conjuntura, pela realidade social, pela luta de classes, sendo todos os avanços e retrocessos vinculados à dinâmica mais geral da sociedade; b) nossa história também reafirma a não existência da

neutralidade, mas não apenas isso: demonstra que a hegemonia de determinado projeto profissional não garante a homogeneidade – o corpo profissional é diverso e as disputas existem de forma permanente; c) demonstra, ainda, que a disputa dos projetos profissionais e societários acontece prioritariamente por meio da organização coletiva, a união de indivíduos em torno de um projeto profissional e societário é a melhor forma para torná-lo polo de atração a outros indivíduos e pleiteá-lo hegemônico.

Destas conclusões apontamos algumas questões para reflexão. Como se configura a atual conjuntura brasileira e a luta de classes no país? Qual a sua relação com os assistentes sociais? E com sua organização política? Como estamos hoje, do ponto de vista das disputas de projetos profissionais? Todos estes elementos são fundamentais para o entendimento dos embates ideológicos e tensões contemporâneas. É sobre eles que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 02

ANOS 2000: CONJUNTURA E DESAFIOS À ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA E DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Sugerimos neste capítulo situar as contradições da atual conjuntura sócio-histórica. Considerando esta conjuntura não apenas como reflexo de pontuais mudanças na economia e na política, torna-se necessário considerar as mudanças estruturais por que passou o capitalismo desde a década de 1970 e que produziu importantes repercussões na esfera das relações sociais.

Resguardando as particularidades brasileiras, é necessário situar as tendências mundiais desde então, demarcando seus reflexos para um país de capitalismo tardio, que não viveu um Estado de Bem-Estar Social nos moldes europeus.

Apesar disso, a realidade vivida e as tendências apontadas desde o início dos anos 1990 no Brasil guardam profunda relação com a economia mundial e as saídas encontradas pela burguesia para o enfrentamento de suas crises.

Referimo-nos à reestruturação produtiva, às mudanças no mundo do trabalho, de suas repercussões na composição da classe trabalhadora e na cultura do trabalho. Falamos, também, das inflexões na esfera do Estado: a crise dos moldes reformistas utilizados no pré-1970 e seus reflexos para as políticas públicas. Estes elementos situam um período defensivo das lutas dos trabalhadores – em meio a uma crise de alternativa política e ideológica em nível mundial – que implicará, também no Brasil, em importantes transformações.

A realidade aberta no país desde os anos 1990, que se prolonga aos dias atuais, promoveu desafios cada dia mais complexos ao Serviço Social. Da formação ao exercício profissional, passando pela organização política, as inflexões da nova realidade produziram mudanças que precisam ser pontuadas, pois compõem um cenário sócio-histórico diferente do que se gestou o Projeto Ético-Político da profissão.

Como afirma Mota (2003)

[...] penso que a chave para desvendar as tendências do Serviço Social nesse início de milênio é o conhecimento da própria realidade, posto que nela estão presentes os processos sociais sobre os quais a profissão intervém.

[...] Estou defendendo a ideia de que as tendências da profissão dependem da realidade objetiva e da capacidade que temos de decodificá-la criticamente [...] (p. 11).

2.1. Organização da classe trabalhadora no contexto sócio histórico contemporâneo

A partir da crise vivida pelo capitalismo em 1929, muitos teóricos e economistas buscavam saídas políticas que pudessem “acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições de sua própria reprodução” (Harvey, apud Behring e Boschetti, 2008, p. 84).

O inglês John Maynard Keynes foi aquele que conseguiu apresentar uma saída – ainda que temporária: a partir de seu entendimento sobre a crise de 1929, propôs mudanças na relação do Estado com o sistema produtivo. Parcialmente liberal, ele defendia a liberdade individual e de mercado, mas considerava necessária a intervenção do Estado na busca de certo equilíbrio econômico, já que considerava que apenas a *mão invisível* do mercado não era suficiente para evitar crises de superprodução.

Assim,

[...] são aceitas intervenções do Estado em áreas econômicas, para garantir a produção, e na área social, sobretudo para as pessoas consideradas incapazes para o trabalho: idosos, deficientes e crianças. Nessa intervenção global, cabe, portanto, o incremento das políticas sociais (Behring e Boschetti, 2008, p. 86).

A proposta de Keynes soma-se ainda à implantação do fordismo como modo de produção, que conseguiu se impor como tal apenas no segundo pós-guerra. Assim, nos países de capitalismo central, o *Keynesianismo* e o *Fordismo*, associados, constituem os pilares do processo de acumulação acelerada de capital no pós-1945 (Behring e Boschetti, 2008, p. 88).

Essas mudanças determinaram melhorias mais imediatas nas condições de vida dos trabalhadores: os acordos coletivos para participação nos lucros da produtividade – que aumentava progressivamente a partir da implantação do

fordismo –; o acesso aos bens de consumo através da tônica fordista: produção em massa para consumo em massa; bem como o acesso a alguns direitos sociais que não existiam anteriormente, forjaram elementos políticos e culturais que deram sustentação às mudanças econômicas e políticas que ocorreram.

Estes elementos provocaram grande refluxo das lutas sociais, sobretudo as direcionadas por uma perspectiva revolucionária. As possibilidades de reforma do capitalismo em seu ciclo de expansão e a crise de uma direção revolucionária em nível mundial – aberta, sobretudo com a decadência da então União Soviética e pelos crimes cometidos pelo stalinismo (tornados públicos em 1956), constituem os processos que dão fôlego aos “anos de ouro” do capital (Behring e Boschetti, 2008, p. 89).

No Brasil, a década de 1930 foi marcada pela industrialização do país, que provocou importantes convulsões sociais e demarca o período das primeiras expressões da questão social no país, assim como a criação de políticas sociais. Esse é o período que demarca de forma mais contundente o processo de formação das relações capitalistas brasileiras. Demarca também os primeiros sinais de organização sindical. A radicalidade das lutas enfrentadas pelos Governos nesse período, claramente influenciadas pela conjuntura internacional – pois este ainda era o período em que as ideias socialistas polarizavam com o capitalismo ao redor do globo – são tratados de forma bastante dura pelo Estado.

Somente no Governo Vargas, a partir de 1930, consolida-se um trato às lutas sociais que, para além do enfrentamento policial, buscou cooptar os setores combativos, visando construir um sindicalismo de colaboração de classes. Como forma de tentar absorver parte das demandas e conter as tensões sociais, é no Governo Vargas e na década de 1930 que são criados alguns direitos sociais e regulamentados alguns direitos trabalhistas: a criação da carteira de trabalho, instituição do salário mínimo, a jornada de trabalho de 48 horas semanais, as férias remuneradas, entre outros.

A forma que Vargas encontrou para administrar os conflitos de classe, claramente almejando a cooptação dos setores mais radicalizados da classe trabalhadora, possuía influência da situação mundial – o *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social. Não podemos dizer que no Brasil vivemos o acesso aos direitos sociais como no continente europeu. As políticas sociais brasileiras, de Vargas à década de 1980, foram mediadas pelo caráter corporativo e fragmentário,

distantes da perspectiva de universalização vivida, em maioria, pelo velho continente. Mas, ainda assim, o país viveu um período de construção de legislações sociais e conquista de direitos que revela maior participação do Estado na sociedade.

Cabe situar que os avanços e retrocessos vividos pelo Estado Brasileiro possuem relação com a dinâmica mundial, embora com aparente descompasso. Nosso processo de industrialização inicia-se em meio à grande depressão econômica de 1929; quando todo o mundo avançava nas legislações sociais, o Brasil começava a formular as primeiras iniciativas, e quando o *Welfare State* começa a entrar em decadência, com o fim dos “anos de ouro”, é que se amplia o ciclo de crescimento da economia brasileira, proporcionando o “milagre econômico”. Mas o descompasso é apenas aparente. A economia brasileira já estava completamente sintonizada à dinâmica mundial. No ciclo de desenvolvimento, o “milagre econômico”, vivido no Regime Militar é fruto da busca do capital internacional por novos mercados produtores e consumidores, na tentativa de evitar ou adiar as quedas nas taxas de crescimento da economia. Mas, é claro, toda a sintonia com a dinâmica mundial realizou-se mediada pelas particularidades sócio-históricas do país.

No período do regime militar brasileiro, por conta da onda de desenvolvimento econômico vivido à época, mas também pela busca de legitimidade política – diante de um regime que endurecia na restrição das liberdades democráticas – desenvolveu-se um processo contraditório no que diz respeito às políticas sociais. Segundo Behring e Boschetti (2008),

[...] no mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas, mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar. Essa é uma das principais heranças do regime militar para a política social e que nos aproxima mais do sistema norte-americano de proteção social que do *Welfare State* europeu (p. 137).

Como já mencionamos, em nível mundial, os “anos de ouro” começam a dar sinais de esgotamento já no final da década de 1960. A redução nas taxas de crescimento, a incapacidade de absorção de mão de obra para garantia de pleno emprego, o endividamento público e privado, bem como a alta dos preços do petróleo, levam a uma nova crise do sistema econômico. Esgota-se a saída apresentada pelo *Keynesianismo*, esgota-se o ciclo de crescimento vivido desde o segundo pós-guerra.

Segundo Antunes (1999), a crise de 1970 pode ser compreendida através de uma série de determinações, dentre as quais se destacam: a) queda da taxa de lucro, que levou ao esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; b) hipertrofia do capital financeiro; c) maior concentração de capitais graças às fusões entre empresas; d) a crise do *Welfare State* ou do “Estado de bem-estar social”. Para Behring e Boschetti (2008), “o que ocorreu em 1974-1975, na verdade, foi uma crise clássica de superprodução” (p. 116). Esta crise foi um divisor de águas na história, pois dela decorrem inúmeras mudanças econômicas, políticas e sociais, algumas das quais trataremos, ainda que de forma breve, neste texto.

A partir desta crise, as últimas décadas serão marcadas pelo aprofundamento da barbárie capitalista. Ela joga por terra as crenças de que as crises do capital estariam sob controle por meio do intervencionismo *keynesiano*. “O sonho [...] da combinação entre acumulação, equidade e democracia política parecia estar chegando ao fim” (Behring e Boschetti, 2008, p. 116).

Assim, o esforço do capital será novamente achar saídas que evitem a queda na taxa de lucros, novas formas de sair da crise. A tônica do período seguinte se expressará em dois eixos fundamentais: na reestruturação produtiva e na contrarreforma do Estado.

Como reestruturação produtiva entende-se as mudanças porque passou o processo produtivo, antes baseado essencialmente no modelo fordista, de linha de produção, com grandes aglomerados de operários. Com a crise inicia-se um processo de reorganização produtiva em escala global, demonstrando ser “a desvalorização da força de trabalho [...] a resposta instintiva dos capitalistas à queda de lucros” (Harvey, 1992, p. 179).

Assim, haverá a passagem de um modelo de produção baseado no *fordismo-keynesianismo*, para um padrão de acumulação flexível. Do ponto de vista da produção, a marca dos anos 1980 será uma ofensiva revolução tecnológica

assemelhada à descentralização produtiva, onde se generaliza o modelo japonês, o *toyotismo*.

No campo da produção técnica, o advento da informatização e da robótica fez com que o trabalhador se afastasse cada vez mais do domínio do processo de produção e fosse substituído trabalho humano por trabalho mecânico – ampliando o desemprego estrutural.

No campo da cultura do trabalho as mudanças foram diversas. Quase se extinguiu os grandes polos produtivos, colocando-se, em seu lugar, a *flexibilização* do processo produtivo, com descentralização da produção – criação de ilhas de produção –, terceirização de parte dos serviços necessários às microempresas ou aos trabalhadores autônomos – diminuindo a responsabilidade do capital sobre o trabalho – e, conseqüentemente, a desregulamentação do trabalho, a partir da ampliação do mercado para o trabalhador autônomo, temporário, terceirizado e precário.

[...] os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente (Harvey, 1992, p. 179).

Estas mudanças realizam “uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital” (Mota e Amaral, 1998, p. 29).

Assim, a fragmentação do processo produtivo determina, por um conjunto de mediações, mudanças na constituição política da classe trabalhadora. Diminui-se a identidade de classe porque se fragmenta e se dispersa a organização do trabalho. Os trabalhadores dividem-se entre contratados, subcontratados, prestadores de serviços, terceirizados e tantas outras dimensões e nomenclaturas que se torna quase invisível o pertencimento a uma mesma classe social. Essa fragmentação se constitui, portanto, um desafio para o processo de organização político-sindical dos trabalhadores, na medida em que os impulsiona para o corporativismo e o individualismo.

Parece inquestionável e consensual que nos últimos 20 anos vem se constituindo uma nova cultura do trabalho, a qual envolve um determinado perfil de trabalhador adaptativo, resultado do desemprego e do seu contraponto, da precarização do trabalho e retirada de direitos. (Guerra, 2014, p. 46)

Assim, a reestruturação produtiva tem sido destrutiva não apenas na redução ou destruição dos direitos adquiridos pela classe trabalhadora em suas décadas de luta, mas também porque tem conseguido fragmentá-la cada vez mais, implicando em sua desorganização política perante as iniciativas econômicas e ideológicas do capital. Parece-nos que “a natureza e a composição da classe trabalhadora global também se modificaram, o mesmo ocorrendo com as condições de formação de consciência e de ação política” (Harvey, 1992, p. 179).

As metamorfoses do mundo do trabalho e suas repercussões no campo da consciência da classe trabalhadora são acompanhadas pela perda de direitos sociais conquistados no período anterior. Os anos de Estado de bem-estar social vividos no pós-segunda guerra mundial, que tinha como base a ideia de construir um capitalismo humanizado capaz de vencer a polarização com os países socialistas, entram em decadência com a crise econômica de 1970.

A conjuntura de conquistas de direitos, fruto da pressão da classe trabalhadora que acirrou a correlação de forças entre trabalho e capital, e da pressão ideológica representada pela presença da União Soviética, que emergia da Segunda Guerra com um enorme prestígio junto às massas trabalhadoras de todo o mundo (Coutinho, 2007), sofre mudanças. O Estado que estava cumprindo um novo papel, absorvendo algumas demandas da classe trabalhadora, como um preço que a burguesia teve de pagar para evitar a ameaça dos trabalhadores tomarem o poder no pós-segunda guerra (Sagra, 2008), começa a mudar de forma.

Assim, o *Keynesianismo*, que conseguiu, pelo menos por algum tempo, superar a profunda crise que envolveu o capitalismo entre as duas Guerras Mundiais sucumbe à nova crise dos anos 1970. E, se o período anterior foi marcado por reformas, que se manifestavam na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, o período seguinte, de neoliberalismo, será marcado por

incontáveis contrarreformas e pela transformação destes direitos sociais em mercadorias.

Como resposta à nova crise econômica surge das mãos do economista estadunidense Milton Friedman (1912-2006) o *neoliberalismo*. O neoliberalismo propunha, portanto, a redução da intervenção estatal e a liberalização da economia para o mercado atuar, permitindo sua auto-regulação. Nesse período o capitalismo irá se apropriar do termo *reforma* que até então era um conceito progressivo, representando conquistas das lutas dos trabalhadores e o transformará no inverso. Ou seja, as reformas, a partir desse período, apresentar-se-ão, na verdade, como *contrarreformas*.

A crise vivida pelo endividamento público alimentou o solo sobre o qual os neoliberais puderam avançar. Para eles, a crise era resultado “do poder nefasto e excessivo dos sindicatos e do movimento operário [...] e do aumento dos gastos sociais do Estado” (Behring e Boschetti, 2008, p. 126). Assim, para estabilização da economia era necessário, entre outras coisas, a contenção dos gastos sociais, ou seja, a retração do papel do Estado, especialmente em relação à economia e às políticas sociais.

Assim, no final dos anos 1970, o neoliberalismo alcançou a hegemonia nos países centrais. Entre eles, destaca-se a Inglaterra que (por meio do Governo Thatcher, 1979) implementou integralmente a cartilha neoliberal:

[...] contraiu a emissão monetária, elevou as taxas de juros, baixou os impostos sobre altos rendimentos, aboliu o controle sobre os fluxos financeiros, criou níveis de desemprego maciço, enfraqueceu as greves, aprovou legislações anti-sindicais, realizou cortes nos gastos sociais e instituiu um amplo programa de privatização (Behring e Boschetti, 2008, p. 126).

A aplicação dessas medidas, nos países centrais do capitalismo, entretanto, não foi suficiente para resolver a crise do capital, nem evitar a recessão, como se propagava. O resultado das medidas produziram apenas efeitos destrutivos sobre os direitos sociais e as condições de vida da classe trabalhadora.

E essa tendência segue, dos anos 1980 até o tempo presente, embora com pequenas ondas de crescimento no intervalo desta crise. O século XXI, em especial,

demarca profundas mudanças nas políticas sociais nos países centrais, direcionando-as para sua decadência.

No Brasil, como dissemos, o período inicial da crise internacional configura-se ainda um período de crescimento da economia brasileira, sob o Regime Militar, conhecido como “milagre econômico”. Mas não demora muito para que os reflexos da crise internacional cheguem ao país. Além das próprias limitações internas do modelo tecnocrático e conservador da ditadura, o país começa a sofrer restrições quanto ao fluxo de capitais e irá aderir às orientações neoliberais do capital internacional.

Como forma de socorrer a economia dos países centrais, estes estabelecem um “verdadeiro estrangulamento da economia latino-americana” (Behring e Boschetti, 2008, p. 138). Por meio de um vertiginoso crescimento das taxas de juros sobre as dívidas dos países periféricos, provoca-se uma usurpação das riquezas nacionais, tornando suas dívidas verdadeiras transferências de renda. Este processo provocou um empobrecimento generalizado dos países latino-americanos, com a crise dos Estados e serviços públicos, agravando os problemas já existentes nestes países.

Essa realidade atingiu de forma contundente o Brasil. A multiplicação da dívida externa ocorrida sob a ditadura, entre o final da década de 1970 e início de 1980, levou a uma crise econômica interna que aumentou a perda de legitimidade do regime. Os altos índices inflacionários (de 91,2% em 1981 para 217,9% em 1985), o desemprego, o conseqüente aumento da informalidade e a crise dos serviços públicos na medida de sua não expansão, levaram a que o país sofresse gravemente os rebatimentos da crise internacional.

Estes elementos levaram a um processo contraditório na adesão completa do Brasil ao neoliberalismo, pois esta realidade econômica e política constituiu-se como solo fecundo no qual se desenvolveram os movimentos sociais e operários da década de 1970/1980. E a força destes movimentos produziu uma forte inflexão sobre os rumos da década. Isso explica porque em meio a uma forte crise econômica, que fez os economistas considerarem os anos 1980 como a “década perdida”, foi possível também obter conquistas, que tem uma de suas expressões na Constituição de 1988.

A força das lutas sociais produziu uma forte disputa de hegemonia na elaboração da Constituição, que fez com que em uma conjuntura tão adversa fosse

possível conquistar avanços, ainda que com todas as limitações. À época o neoliberalismo já se apresentava no horizonte brasileiro como saída, constituindo-se, portanto, uma conquista importante dos movimentos sociais os avanços constitucionais daquele momento, tais como a seguridade social como direito social e o reconhecimento dos direitos humanos e políticos.

Como consequência do contraditório processo político vivido à época, as lutas sociais começam a refluir. A esperança depositada sobre as eleições de 1989, onde polarizaram Lula e Collor, bem como a entrada mais contundente do Brasil nos processos de reestruturação produtiva, sob a ideologia neoliberal, levaram a uma forte contraposição ao Estado, o que dificultou a real implementação da Constituição de 1988.

A crise sofrida pelo Estado é também a porta de entrada para as contrarreformas, tendência que segue da década de 1990 aos dias atuais. Foi desenvolvida uma campanha política contra o Estado, acusando-o de responsabilidade sobre a crise econômica vivida e apontando a necessidade de reformar suas funções na sociedade. Essas reformas, entretanto, diferente do caráter que possuíam anteriormente, configuram-se reformas voltadas para os interesses do mercado.

Nesse sentido, é nos anos 1990 que se apresentam fortes sinais da política neoliberal, através do Governo Collor¹⁵ e, sobretudo de Fernando Henrique Cardoso¹⁶ (FHC).

Antunes (2004, p. 38) retrata por ocasião da reeleição FHC em 1998, a realidade vivida pelo país no decurso de um governo neoliberal:

Após a desmontagem de tudo ou quase tudo que foi criado desde o varguismo, por meio da ação de décadas de trabalho operário sob comando do capital produtivo estatal – uma vez que nosso capital privado sempre viveu a reboque do Estado –, era chegada a hora de entregar tudo funcionando, estruturado e rentável às burguesias nativa e forânea. Claro que em alguns casos foi necessário realizar um “serviço” anterior, de desorganização destes setores, para depois justificar sua privatização e preço aviltado. [...] Privatizar [...] era o que importava. E foi o que ocorreu com as empresas de

¹⁵ 1990-1992

¹⁶ 1995-2002

energia elétrica, as telecomunicações, as estradas, a previdência, a Vale do Rio Doce, anteriormente a CSN, enfim, com tudo que fora criado *sem (e muitas vezes contra) a participação do capital privado*.

Pela força contundente com que Fernando Henrique Cardoso implantou as políticas neoliberais, este chegou a ser comparado à “dama de ferro”, Margareth Thatcher, realizando nos primeiros quatro anos de Governo algo que a inglesa levou doze anos para fazer em seu país. O processo de destruição de direitos sociais foi extremamente virulento, em um país que sequer viveu um período de real acesso a estes direitos, que ainda encontrava-se em processo de construção dos mesmos.

Um importante traço das contrarreformas implementadas desde os anos 1990 no Brasil passa pela dominação imperialista, que exigia a privatização de setores estratégicos do país – tais como saúde e educação. É indispensável ponderar que o processo pelo qual passam as políticas sociais brasileiras tem vinculação direta com as orientações internacionais para as políticas públicas nos países de capitalismo dependente. Este é o traço marcante em comum entre os referidos governos federais brasileiros: a aplicação do receituário neoliberal.

Ao falarmos destes receituários, referimo-nos aos diversos documentos e orientações emitidos pelos organismos multilaterais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, essencialmente, o Banco Mundial (BM). Este organismo passou a emitir orientações e direcionamentos para os países de capitalismo dependente – a partir do Consenso de Washington, vinculando a aplicação de suas políticas aos empréstimos, negociações das dívidas e demais relações econômicas estabelecidas com estes países, além de uma forte pressão política e ideológica.

Cabe demarcar, entretanto, as contradições desta conjuntura. Apesar dos refluxos vividos pelas lutas sociais nos anos de 1990, se comparado às duas décadas anteriores, o Governo FHC não implantou suas políticas de forma incólume. Parte desta década ainda é marcada por repercussões das lutas democráticas que envolveram os trabalhadores brasileiros nos anos anteriores e, também, por uma significativa resistência dos movimentos sociais às políticas do Governo FHC.

Também Antunes (2004, p. 40), *in loco*, caracteriza bem este processo:

Mas não se esqueça [...] que ainda temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o mais importante movimento social e político do país, ainda temos sindicatos de esquerda, ainda temos partidos de esquerda [...]. Ainda temos lutas sociais nas cidades, ainda temos manifestações de rebeldia, ainda temos desconfiança social [...].

A caracterização desta conjuntura, demarcando o papel fragilizado, mas importante, dos movimentos sociais é fundamental para entender o Serviço Social nos anos 1990, na medida em que os assistentes sociais são parte dessa realidade.

São afetados pela via da perda de direitos trabalhistas e pelas metamorfoses no mercado de trabalho, bem como pelo redesenho do papel do Estado e das políticas sociais, que afetam “formação, exercício profissional, condições de trabalho e processo de organização política dos assistentes sociais” (Amaral, 2009, p. 117).

No entanto, esta conjuntura de ataques aos direitos sociais e trabalhistas, no Governo FHC, embora antagônica ao projeto profissional, encontrou resistência no seio da classe trabalhadora e, portanto, significou, ainda, um processo de lutas importante que encontrou eco na profissão.

Por isso,

Ao longo dos anos 90, período em que as contradições da sociedade se acirram, marcadas pela crise de acumulação e pelo processo de restauração capitalista (Braga, 1996), sob os influxos do Consenso de Washington e, no caso do Brasil, pelo privatista e neoliberal Governo FHC, o projeto profissional, enquanto expressão da cultura profissional do Serviço Social brasileiro, se fortalece. (Mota e Amaral, 2009, p. 50)

É nesse contexto que diversos elementos que constituem o arcabouço legal da profissão e que foram e são instrumentos importantes na defesa de uma direção crítica para a categoria – tais como o Código de Ética Profissional de 1993, e a Lei de regulamentação da profissão (8.662/93) – se materializaram. Também é parte dessa contraditória conjuntura, a conquista de alguns importantes avanços no marco das legislações sociais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e a Política Nacional do Idoso (1994). São frutos do processo de lutas da classe trabalhadora e das reflexões teórico-metodológicas e ético-políticas que

envolveram a profissão durante todo o período em que se gestou o Projeto ético-político do Serviço Social.

Mas, apesar destes avanços, esta é uma década em que, do ponto de vista da luta de classes em geral, predominaram as derrotas. Inclusive do ponto de vista da organização da classe trabalhadora, como já mencionamos, com os rebatimentos à sua consciência, a partir das mudanças no mundo do trabalho.

Do ponto de vista dos retrocessos na consciência dos trabalhadores, importa destacar o aprofundamento do individualismo, da competitividade, a relativização da moral (a moral do vale tudo), que exacerba o conservadorismo na sociedade e na profissão. A exacerbação dos *desvalores* éticos, afeta diretamente a organização da classe trabalhadora, na medida em que a afasta dos interesses coletivos e do horizonte classista, valorizando a importância dos projetos individuais em detrimento do projeto coletivo.

Como parte da formação da cultura do individualismo, a década de 1990 é marcada pelo incentivo ao empreendedorismo, com programas de demissão voluntário nas estatais, que convenceram boa parte dos trabalhadores do período a investir no seu próprio negócio. Esta é uma das expressões da consciência que se formou no período, extremamente diferenciada da conjuntura da década anterior, em que predominava um sentimento classista.

Os sindicatos da categoria, que tiveram papel decisivo no processo de disputa com o conservadorismo na profissão, viveram os revezes desse período de refluxo, que levou à opção, em (quase) todo o sindicalismo brasileiro de fortalecer os sindicatos por locais de trabalho, e não por categoria profissional. A compreensão do momento defensivo que viviam as lutas da classe trabalhadora levou a que se buscassem formas de se organizar que fortalecessem sua luta.

O combate ao corporativismo é parte dessa compreensão que levou à decisão de extinção dos sindicatos de assistentes sociais, para uma transição aos sindicatos por ramo de atividade. Embora majoritária e aprovada nos espaços democráticos historicamente construídos e legalmente assegurados para o debate e deliberação do Serviço Social brasileiro, como o encontro nacional do conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS), essa não é uma compreensão única no seio da profissão.

Torna-se uma das polêmicas profissionais, sobretudo no século XXI. A diversidade e pluralidade política existente entre os assistentes sociais para os

diversos temas que envolvem a conjuntura e a profissão, se expressa também em divergências na forma da profissão organizar-se.

Faz-se necessário, portanto, resgatar o processo de transição nas formas de organização da categoria, vinculando-as à conjuntura porque passamos desde os anos 1990. Sobretudo porque, como parte da conjuntura atual, há uma forte influência do pragmatismo no Serviço Social, que tende a nos levar ao distanciamento do estudo e da reflexão sobre a própria profissão e sua relação com a realidade sócio-histórica. Nos leva cada vez mais à imediatividade do mundo burguês e de sua representação ideal, tomada a partir da experiência, que opera com tamanha sutileza que temos dificuldade de perceber que ele é apenas o modo de “apreensão da aparência” do real e não o modo de ser do próprio real (Guerra, 2013, p. 44).

No entanto, antes de nos determos mais diretamente às polêmicas das formas de organização da profissão, propomos aprofundar uma reflexão conjuntural importante, que irá afetar diretamente nosso objeto de estudo. Consideramos que apesar dos revezes vividos nos anos 1990, é durante a primeira década do século XXI que as contradições postas na conjuntura à profissão assumem contornos mais complexos, principalmente no que se refere ao tema da organização política.

Para nós há uma profunda mudança de qualidade na conjuntura política brasileira desde – mais precisamente – 2003, com a ascensão de Lula e do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal. Não por acaso este é o lapso de tempo que nos instiga à pesquisa. Este elemento político possui grande peso sobre a consciência da classe trabalhadora brasileira, os movimentos sociais e o Serviço Social. Objetivamos, então, trabalha-lo.

2.2. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência e suas inflexões para os movimentos sociais e o Serviço Social

Se a construção da hegemonia do Projeto ético-político profissional se deu em uma conjuntura de lutas e forte organização dos movimentos sociais, nutridos por um sentimento classista que proporcionou a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), além de um

fortalecimento geral dos sindicatos e movimentos sociais; é verdade que os últimos anos fizeram retroceder essa realidade.

A eleição de Lula à Presidência da República (2003) e, portanto, a passagem do PT à condição de Governo, consolidou um processo que já estava em curso, de mudanças no interior do movimento sindical. A substituição da combatividade, do enfrentamento e da radicalidade na defesa dos direitos dos trabalhadores, pela negociação e o bloqueio a todo e qualquer desgaste que pudesse atingir o governo.

A primeira década do século XXI consolida importantes mudanças na esquerda brasileira, que já se processavam desde a década de 1990. Já tratamos das mudanças estruturais que ocorreram no capitalismo a partir da crise internacional da década de 1970, sinalizando algumas inflexões produzidas na consciência dos trabalhadores a partir de então. Buscamos agora aprofundar essa análise, dando enfoque à sua repercussão nos movimentos sociais, sobretudo no movimento sindical organizado. Essa análise é fundamental para compreendermos o que se processa com a esquerda brasileira após a virada do século.

Os sinais apresentados na década de 1990, de redução das lutas sociais, guarda relação direta com as condições objetivas de vida dos trabalhadores no período. As mudanças no mundo do trabalho – aumento das terceirizações e contratos temporários, o crescimento acelerado do desemprego e o aumento da informalidade levam a uma situação defensiva, de medo, que produz um efeito de redução sobre as lutas sociais.

Parece-nos, entretanto, que essa mudança de realidade vem acompanhada de alguns fatores mais subjetivos. A formação dos sindicatos no Brasil, extremamente atrelados ao Estado, impulsiona sua burocratização. Foi assim desde sua origem no varguismo, e não foi por acaso que a legislação buscava cooptar os sindicalistas: era parte das táticas usadas pelo Presidente à época. Esse é um dos motivos pelos quais a CUT surge nos anos 1980 como parte do “novo sindicalismo”, pois demarcava a retomada nas lutas e a ruptura com o sindicalismo de Estado.

É por isso que Lula, em 1979, à época expoente do novo sindicalismo, afirmava que: “os líderes sindicais deveriam lutar para acabar com o imposto sindical, para que os próprios trabalhadores sustentassem diretamente os sindicatos. É o imposto que liga os sindicatos ao governo” (Mattos, 2014, p. 88).

À época o sindicalismo classista reconhecia a necessidade de independência do movimento sindical em relação ao Estado e aos Governos. E não é apenas o

imposto sindical que produzia – e produz – esse efeito de atrelamento. Toda a legislação trabalhista busca exercer o controle sobre as entidades sindicais: desde o fato de que é o Ministério do Trabalho que reconhece o registro sindical, às câmaras setoriais – organismos tripartites de gestão dos conflitos entre capital e trabalho, que vingaram, sobretudo no setor metalúrgico. Estes organismos, em especial, significaram um imenso retrocesso ao movimento sindical, desde os anos 1990. Eles demarcam um período de transição das lutas por direitos à negociação do “possível”. Colocam a negociação não mais no patamar de uma etapa necessária num processo de lutas, mas uma etapa necessária para que se evite chegar às lutas.

Segundo Mattos (2014, p. 90), alguns exemplos históricos demonstram que essa política foi um enorme retrocesso. O autor resgata a experiência dos metalúrgicos paulistas e sua relação com as câmaras setoriais, onde suas negociações resultaram, por exemplo, na perda do pagamento de horas extras em troca do banco de horas. Outro exemplo importante foi a negociação de Vicente Paula da Silva, então presidente da CUT em 1996, que negociou com o Governo a troca do conceito de tempo de serviço para tempo de contribuição, ataque que foi incluído na reforma da previdência de FHC.

Soma-se a isso, na década de 1990, um aumento exorbitante no repasse de dinheiro público às centrais sindicais. Sob a justificativa de que essas ajudariam a gerir o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – órgão criado para pagar o seguro desemprego. As centrais sindicais, incluindo-se a CUT, passaram a receber dezenas de milhões de reais (só em 2000 a CUT recebeu 35 milhões de reais), para realização de cursos profissionalizantes para os desempregados amparados pelo FAT. As consequências desses repasses financeiros apresentam-se não apenas na forma da total perda de independência do sindicalismo em relação ao Estado – o que por si só já é extremamente grave –, mas também pela adesão à ideologia de que o trabalhador é responsável por seu desemprego, por não ter qualificação – isso em uma década marcada pelos altos índices de desemprego, em meio ao processo de reestruturação produtiva do capital.

Assim, Mattos conclui que

[...] durante os anos 1990, em grande medida, o caminho já havia sido trilhado para o que aconteceu na década

seguinte, quando a Central Única dos Trabalhadores, antes tida como a referência mais combativa, originada do novo sindicalismo, se transformou efetivamente num braço das políticas do governo federal, não só pela coincidência de partido entre o governo e o grupo que dirige a central, mas também porque o Estado e o capital criaram mecanismos de incorporação ainda mais eficientes desses dirigentes sindicais e dessa estrutura sindical. (2014, p. 93)

Refletindo no sentido do que o autor afirma, é nos anos 2000 que se consolidam e se tornam incontestáveis as mudanças no perfil da CUT e do sindicalismo brasileiro. A título de continuidade da relação promíscua já estabelecida na década anterior entre CUT e Governo, nos anos 2000, sob o Governo Lula, teremos exemplos ainda mais dramáticos. Um dos maiores talvez seja o caso Luiz Marinho. Após a CUT, então sob sua presidência, se opor às manifestações contra a catastrófica Reforma da Previdência do Governo Lula, em 2003, Marinho é convidado para compor os quadros do Governo, assumindo o Ministério do Trabalho. O descalabro é tamanho, que o mesmo apenas se licenciou da presidência da entidade para exercer suas funções no Governo. Essa prática, de um dirigente sindical assumir o Ministério do Trabalho – ou seja, sentar do outro lado da mesa nas negociações com os trabalhadores – aliás, tornou-se corriqueira durante o Governo Lula.

Como demarca Abramides:

O giro hegemônico sindical social-democrático, a partir dos anos 1990, se transformou em sindicalismo estadista, governista, a partir de 2002. Nesse sentido, implementou-se o chamado “sindicato cidadão”, que estabeleceu acordos com o governo e prescindiu das pautas que vinculavam as lutas econômicas às lutas políticas. A CUT, que é fundada nos marcos do sindicalismo classista, em plena ditadura militar, a partir dos anos 2000, se igualou ao sindicalismo de resultados da Força Sindical se distanciando do vigor e da radicalidade que a caracterizavam no calor da luta de classes dos anos 1980 (2014, p. 239).

Assim, o período vivido desde o ano de 2003 traz consigo, além do aprofundamento das políticas neoliberais, um completo revisionismo político por

parte de segmentos importantes da esquerda e dos movimentos sociais. Do ponto de vista da organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, a ascensão de Lula e do PT ao Governo Federal representou um verdadeiro maremoto. Segundo Mattos (2014, p. 86/67), tomando o número de greves como um dos indicadores, teremos alguns números reveladores: aconteceram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1034 greves em 1994, 1056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, em 1996, 1258 greves, que se reduziram, em 1997, para 630 atingindo, nos anos 2000 cerca de 400 greves por ano.

Isso porque a trajetória de lutas recentes neste país, a derrubada da ditadura militar e todos os grandes movimentos populares que seguiram esse período têm ligação direta com a gestação do partido, que não a toa se chamava “dos trabalhadores”: era resultado da luta pelos interesses desta classe. E não por coincidência sua personalidade mais conhecida era um operário fabril que dirigiu grandes e importantes greves desde os anos de ditadura militar.

A história do PT, em um determinado período histórico, é a história das lutas da classe trabalhadora brasileira. O Partido dos Trabalhadores surge da ideia à realidade, entre 1979 e 1980. A conjuntura desse período, já abordada anteriormente, foi o que impulsionou a criação de um partido capaz de aglutinar amplos setores de explorados e oprimidos pela sociedade capitalista.

Em praticamente apenas uma década de história, com o discurso de esquerda e financiado apenas por contribuições voluntárias, o PT ganhou adesão capaz de, em 1988, já governar a principal cidade do país, São Paulo e, em 1989, protagonizar uma disputa presidencial acirrada, com a direita brasileira, representada pelo então candidato Fernando Collor de Melo.

Mas então, se o PT é um partido que originou das lutas e foi parte fundamental destas, sendo durante muito tempo sua maior expressão política, qual seria o problema da relação de aliança entre seu Governo e o movimento sindical? Não seria natural, tendo um Presidente operário, que participou ativamente da construção da CUT e das lutas sociais da década de 1980, o movimento sindical estabelecer uma relação de confiança com este Governo?

A contradição reside no fato de que o PT que chega ao Governo em 2003 é absolutamente diferente do PT fundado em 1980. Segundo Arcary (2011, p. 65)

[...] a primeira grande crise veio com o governo Erundina à frente da Prefeitura de São Paulo. [...] Erundina e outros prefeitos petistas, como o de Diadema, no ABC da região metropolitana paulista, se viram diante do dilema de ocupações de terrenos públicos e privados pelos movimentos de moradia e de greves de funcionários públicos. Apelaram à repressão, uns mais, outros menos, e houve episódios de até presos e feridos.

Este episódio sinalizava o princípio do processo de adaptação do PT aos marcos da democracia burguesa, utilizando o respeito à constitucionalidade como motivo para reprimir a luta dos trabalhadores.

Mas é após a derrota eleitoral para Collor em 1989, e as derrotas eleitorais para os governos estaduais, em 1990, que o PT abre um ciclo de mudanças que, inicialmente discretas, culminam com a completa perda dos princípios que o fundou.

Pressionado pela queda do muro de Berlim, que foi utilizada pela burguesia como símbolo da vitória final do capitalismo contra qualquer alternativa a ele, e que dizimou diversas organizações de esquerda com referencial socialista por todo o mundo, o PT dos anos 1990 já não era mais o mesmo.

Hesitou diante dos ataques do Governo Collor e foi contra o movimento “Fora Collor” até o final de 1992, quando este movimento ganhou força social. Também hesitou durante o Governo FHC e embora mantivesse ligação com os movimentos sociais, já não se dispunha a mobilizá-los amplamente para repetir, por exemplo, um movimento político amplo no país contra FHC, como foi com Collor, embora a conjuntura tenha oferecido algumas oportunidades. A direção do PT, na verdade, impôs um veto à campanha Fora FHC que a CUT e o MST vinham construindo com o apoio da esquerda interna e externa ao PT (Arcary, 2011, p. 66). Isto aconteceu, pois a direção do PT desejava a estabilidade do regime, para que no caso de Lula ser eleito nas próximas eleições, não enfrentar turbulências semelhantes sob seu Governo.

Isso tudo ocorreu, na verdade, porque o PT dos anos 1990 já era um partido completamente adaptado à sociabilidade burguesa. Embora seja verdade que o PT nunca foi um partido revolucionário, também é verdade que no período de fundação deste partido havia um claro sentimento classista, que, em última instância, conservava o objetivo de atender aos interesses da classe trabalhadora de forma independente da burguesia.

Um símbolo de demonstração da expressiva mudança interna do PT se deu nas eleições presidenciais de 2002, na qual Lula se elegeu. A *Carta ao povo brasileiro*, como foi denominado o Manifesto da direção do PT à sociedade, lançado em julho de 2002, demonstrava os interesses eleitorais do PT, que buscava, com essa carta, acalmar parte da burguesia que ainda não estava ao seu lado – financiando sua campanha, ou construindo a candidatura presidencial, já que seu vice à época, José de Alencar, era um dos maiores empresários do setor têxtil do Brasil, um burguês – comprometendo-se, entre outras coisas, a honrar o pagamento das dívidas externas e internas.

Desde então aconteceu o que era previsível, o PT passou a gerir o Estado visando construir o consenso entre as classes sociais. Não foi casual que o Partido, outrora *dos trabalhadores*, passasse a escrever cartas ao *povo brasileiro*, ou ter o slogan de Governo: “Brasil, um país de *todos*”. A perda da identidade de classe pelo PT se expressou, também, na busca por tentar diluir as classes sociais, com interesses historicamente avessos, em um genérico “povo”, “*todos*” ou “*brasileiros*”.

Mota e Amaral (2009, p. 51) resumem bem o significado da ascensão do PT ao Governo central, afirmando que este governo, por meio da “estatização” da esquerda e dos movimentos sociais, “desqualifica e despreza 30 anos de luta e resistência dos trabalhadores, subtraindo da cena brasileira o protagonismo intelectual das esquerdas”. E completam afirmando que “na sua tardia e despolitizadora social-democracia para os pobres” o governo

[...] redefine necessidades, estratégias e iniciativas das classes dominantes ao legitimar práticas que ampliam o fosso entre acumulação de riqueza e crescimento do pauperismo, instaurando medidas econômicas e políticas que operam regressões profundas no campo dos direitos, das políticas sociais de proteção social, elegendo como estratégia de enfrentamento da pobreza a expansão da política de assistência social. (Mota e Amaral, 2009, p. 51)

Ou seja, ao passo que cooptou parte significativa dos movimentos sociais, o que se demonstrou como um grande diferencial deste Governo pró-capital, na medida em que “o PT passou a ser o principal suporte da contenção social para garantir a governabilidade de Lula” (Arcary, 2011, p. 70), também, os Governos do

PT intensificaram a política de redução de direitos da classe trabalhadora, já em curso desde o Governo FHC.

Soma-se, ainda, entre as consequências da degeneração vivida pelo Partido dos Trabalhadores e a cooptação dos setores outrora combativos do movimento sindical, o aprofundamento dos desvalores éticos na sociedade. É relevante considerar que o sentimento de decepção criado a partir dos setores de vanguarda da classe trabalhadora, com a adaptação e traição dos governos petistas, alimenta na consciência dos trabalhadores de que “todos são iguais”, “todo mundo tem seu preço”, e outras assertivas semelhantes.

A degeneração da tradicional esquerda brasileira produz efeitos que não são apenas econômicos e políticos, mas também éticos. A expressão máxima da contribuição do PT ao aprofundamento dos desvalores existentes na contemporaneidade, dar-se-á a partir dos escândalos de corrupção protagonizados por este partido, que envolveu quase todos os personagens mais importantes da história da construção das lutas sociais no Brasil.

O PT, que era resultado de uma década em que se avançou na consciência dos trabalhadores, demonstra-se semelhante aos partidos tradicionais da burguesia nos valores morais e éticos, o que, certamente, produz incalculáveis efeitos destrutivos para a consciência da classe trabalhadora.

O acervo intelectual da categoria contém muitas produções de análise e crítica às políticas deste governo. Gostaríamos de resgatar algumas análises conjunturais de importantes autores do Serviço Social, por entendermos que todos levantam pertinentes pontos, com os quais compartilhamos semelhante compreensão.

No campo da assistência social a marca deste governo foi (e ainda é, partindo do entendimento que o atual governo, o de Dilma Rousseff é uma continuação de seu antecessor) a implementação de programas e políticas assistencialistas e focalizadas, com destaque para o Programa Bolsa Família¹⁷. A assistência social se viu reduzida a uma política de compensação da pobreza, com programas de transferência de renda que em nada promovem a autonomia dos sujeitos (referente à promoção da própria renda).

Estes programas buscam também mascarar o caráter de classe deste Governo, na medida em que constroem a aparência de Governo dos trabalhadores e

¹⁷ Programa de transferência de renda do Governo Federal.

escondem o dado de que “a cada dólar recebido pelos 10% mais pobres dos brasileiros, os 10% mais ricos recebem 65,8% - 66 mais vezes” (Castro, 2005, p. 02). Ou seja, a política macroeconômica continuou a favorecer as classes sociais dominantes deste país, já que dados mostram que o aumento do lucro dos banqueiros foi de 550% no período de 2003 a 2010¹⁸.

Dito isto, é importante evidenciar que esta análise não se constitui argumento contrário à assistência social enquanto política pública e à ampliação de direitos. Compreendemos toda a importância da assistência social como política que integra a Seguridade Social. “O que está em discussão é o estatuto que ela assume nessa conjuntura” (Mota, 2010, p. 141), visto que ao passo que a assistência social cresce, aumenta também a mercantilização e a privatização da educação, da saúde e da previdência, desfigurando-se a assistência social e a transformando no principal mecanismo de proteção social do país (Mota, 2010, p. 134).

Assim, nessa conjuntura, os programas sociais “compensatórios” do Governo Federal e o massivo apelo à assistência social *fetichiza* esta política, como principal meio de enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, que são reduzidas à retórica da “inclusão social” e produz efeito pacificador entre as classes já que

Sob esta perspectiva, aloja-se a despolitização das lutas e do caráter classistas das desigualdades sociais, que passam a ser entendidas ora como exclusão, ora como evidência da desfiliação em relação à proteção estatal, ambas confluindo na defesa de estratégias inclusão e inserção, sem a referência do trabalho. (Mota, 2010, p. 142)

No mesmo sentido de desfiguração, segue a política de educação superior brasileira. A política de educação superior foi uma das que mais claramente tiveram o viés da privatização. Foram diversos projetos criados que incentivaram – como nunca – a expansão do ensino superior privado.

Para compreender a política de educação desenvolvida nos governos do PT, é necessário localizá-la no bojo do projeto neoliberal de contrarreforma do Estado que transformou a sociedade em muitos aspectos. Um dos principais se deu com a transformação de direitos sociais, conquistados a partir da luta da classe

¹⁸ NOBLAT, Ricardo. **Na era Lula, lucro recorde dos bancos.** Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2011/02/26/na-era-lula-lucro-recorde-dos-bancos-199-bilhoes-365833.asp>. Acesso em: 25/06/2014.

trabalhadora, em mercadoria. Desde os anos 1990 a Universidade brasileira tem passado por uma profunda crise “gerada pelas alterações na configuração da luta de classes e da dominação imperialista que exigia a privatização de setores estratégicos do país, entre esses, a educação” (Lima, 2013, p. 07). É sob esta concepção que se orienta nossa análise da política de expansão da educação desenvolvida no Brasil desde os anos 1990 até os dias atuais.

Importante expressão desta heteronomia, marca da política educacional brasileira, foi a emissão de diretrizes vinculadas ao ensino superior pelo Banco Mundial, orientando os governos latino-americanos a uma política de fomento ao mercado da educação, incentivando o desenvolvimento das Instituições privadas, bem como a diversificação do financiamento das instituições públicas – orientações que foram seguidas à risca pelo governo brasileiro.

Essas orientações se expressam no ensino superior brasileiro sob a bandeira da democratização do acesso, através de um projeto de contrarreforma que redesenha o modelo de educação no país. Iniciado no Governo Cardoso (1995-2002), este projeto ganha novas formas a partir de 2003, através de um conjunto de Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Leis e Decretos, indicando que o projeto de Reforma Universitária foi, de fato, uma prioridade na pauta de ação política desde o Governo Lula (Lima, 2013).

Entre todos os projetos e decretos que compõem a Reforma Universitária de Lula, alguns merecem destaque. São eles a Lei 11.096/05, que institui o Programa Universidade para Todos – ProUni; o Decreto 5.622/05 e 5.800/06, que instituem e regulamentam o Ensino à Distância (EAD) e o consórcio de instituições que oferecem esta modalidade, a Universidade Aberta do Brasil (UAB); e o Decreto Presidencial 6.096/07, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Este último foi o que encontrou maior resistência da comunidade universitária. Não por acaso. No âmbito da reestruturação, o Decreto objetivava a “revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem” e a “diversificação das modalidades de graduação”. Isso na prática tem significado a criação dos Bacharelados Interdisciplinares (cursos de formação rápida e genérica) e a inserção das tecnologias através do Ensino à Distância na formação presencial. No âmbito da Expansão o Decreto previa a criação de “condições para a ampliação do acesso e

permanência na educação superior”. Para isso as Universidades deveriam ampliar as vagas, melhorar “o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”, superar as taxas de evasão, ocupar as vagas ociosas. Isso, na realidade, significou um aumento na carga de trabalho dos docentes (elevação da taxa professor-aluno) e a superlotação de salas através da abertura irresponsável de vagas, que não acompanhou um proporcional aumento no investimento público nas Universidades Federais.

Nesse sentido, ao contrário do que se pretendia, as taxas de evasão aumentaram no último período, conforme os dados do Grupo de Trabalho sobre Evasão e Retenção. A evasão anual nas instituições, de 2009 a 2011 ficou em torno de 13%, um percentual superior aos 10% atingidos nos anos anteriores¹⁹.

Paralelo ao processo de sucateamento das Universidades Federais, através de uma expansão sem o devido investimento, o orçamento público foi cada vez mais destinado para as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. O principal projeto do Governo para a expansão do Ensino Superior, o ProUni, se deu através do incentivo ao mercado educacional, de acordo com as orientações do Banco Mundial.

Após a crise vivida pelas IES privadas por falta de mercado consumidor e as grandes taxas de inadimplência no início dos anos 2000, o ProUni tira da falência diversos grupos empresariais do setor educacional. Através de isenções fiscais milionárias, o Governo faz uma verdadeira transferência (mesmo que indireta) de dinheiro público, na compra das vagas ociosas das IES privadas para oferecer bolsas de estudos a estudantes oriundos da rede pública de ensino. Este projeto foi responsável por fortalecer as IES privadas que passavam uma enorme crise, tornando a educação um dos setores mais lucrativos do mercado.

Na lógica neoliberal, falta dinheiro para investir nas Universidades Federais, sobra dinheiro para comprar vagas nas IES privadas, muitas delas com qualidade questionável. Desvelando-se as reais pretensões da política de ensino superior brasileiro, que nada tem a ver com o desejo de amplo acesso das classes trabalhadoras às Universidades, entretanto

[...] se trata, mais uma vez, de criar uma dualização discriminatória educacional: para camadas empobrecidas

¹⁹ SARDIGLIA, Larissa. **UFSM – Estudo apresenta dados sobre a evasão nas universidades federais**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/?p=22452>. Acesso em: 10/09/2014.

da população, o EAD ou cursos privados presenciais mais baratos e, para as elites e camadas médias altas, uma educação nas universidades públicas federais ou estaduais ou nas instituições privadas de alto prestígio social, como as católicas. (Pereira, 2012, p. 43)

De 2006 a 2013, enquanto os valores destinados ao ProUni via renúncia fiscal, cresceram 166,0%, o orçamento na rede pública do ensino superior aumentou cerca de 86,0%²⁰, durante um forte processo de expansão. Em termos de valores, isto representa que apenas em 2013, um total de R\$ 750 milhões²¹ deixou de ser arrecadado e foi doado às IES privadas em forma de isenções fiscais. E são estas isenções fiscais que garantem os lucros e o crescimento do setor, mesmo em momentos de retração econômica.

Seguindo uma trajetória de crescimento que já se mantém há anos, os ganhos das 20 principais empresas do setor aumentaram 35,0% na comparação anual 2013/2014. Só de abril a junho de 2014, o lucro líquido das seis redes de ensino listadas na bolsa de valores dobrou, em relação ao mesmo período do ano passado, chegando a R\$ 426,6 milhões²².

Neste contexto, sem dúvidas, um dos elementos mais preocupantes encontra-se no campo da completa desregulamentação e flexibilização das práticas de ensino. A pseudo-regulamentação²³ pelo Ministério da Educação abriu as portas para um vasto campo de exploração pelo mercado de uma educação completamente empobrecida de qualidade.

Baseada na substituição do docente pelas tecnologias, a Educação à Distância tem sido a expressão da mais perversa transformação de um direito em um serviço, que para custar pouco, tem de ter pouca qualidade. Alvo de diversos escândalos no país, as empresas que oferecem esse serviço utilizam-se de qualquer espaço físico e de muita propaganda, com incentivos governamentais, para vender

²⁰ FÉLIX, Rosana. **Renúncia fiscal ao PROUNI sobe 166%**. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1463371>. Acesso em: 10/09/2014.

²¹ LIRA, David. **Só em 2013 faculdades ganharam R\$ 750 milhões de isenção de impostos com PROUNI**. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-08-28/so-em-2013-faculdades-ganharam-r-750-milhoes-de-isencao-de-impostos-com-prouni.html>. Acesso em: 10/09/2014.

²² BARBOSA, Vivane. **Lucro de empresas comprova que Brasil está longe de recessão**. Disponível em: <http://fem.org.br/noticia/12213/lucro-de-empresas-comprova-que-brasil-esta-longo-de-recessao>. Acesso em: 10/09/2014.

²³ Não se pode afirmar que a fiscalização do Ministério da Educação realiza-se efetivamente, pois são várias as denúncias de instituições de ensino funcionando completamente fora da legislação.

um produto que, infelizmente, tem sido bastante adquirido, obviamente, por falta de alternativas.

Essa modalidade de ensino, que subtrai qualquer possibilidade da riqueza do debate coletivo cotidiano no processo de formação, que anula qualquer possibilidade da vivência – tão importante – do movimento estudantil durante a formação profissional, que dissolve o fundamental tripé ensino-pesquisa-extensão, além de outras iniciativas que obstaculizam a efetivação das diretrizes curriculares tem significado uma forma improvisada de aumentar os vergonhosos números de acesso à educação no país, bem como uma maneira bem estável de sustentar os lucros de uma camada de grandes empresários da educação. A expansão desse setor é abusiva e assustadora, sendo responsável por expressiva parcela dos formandos no Brasil.

A política de educação nestes marcos, expressa uma concepção de educação que se contrapõe a um conceito mais amplo, que ultrapassa a transmissão de saberes, mas prepara para a vida em sociedade – considerando-se que a faixa etária ideal para a inserção na educação superior é de 18 a 24 anos, momento também de formação de valores - e prescinde que os sujeitos em formação vivam o processo educacional de forma interativa com outros sujeitos.

O EAD é parte da tendência dominante da política educacional que tem dado

[...] ênfase à prática em detrimento da teoria, colocando as competências (saber-fazer, aprender a aprender) como o “eixo nuclear” da formação, utilizando a educação a distância como ferramenta preferencial da formação inicial e fazendo a “universitarização” nos institutos superiores de educação e nos cursos normais superiores, isto é, em instituições que não têm, na sua gênese, o compromisso da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. (Maués, 2006, p. 83)

Em suma, a contrarreforma da educação implementada pelos últimos governos brasileiros tem como marca a expansão do acesso ao ensino superior através da ampliação do setor privado, do empresariamento da educação e da certificação em larga escala, em um aumento quantitativo do acesso ao ensino superior pela via do rebaixamento da qualidade da formação acadêmica.

Esta política educacional expressa também o direcionamento de difusão da concepção de mundo burguês, que aliada aos ataques aos direitos e à organização da classe trabalhadora, faz com que as décadas de neoliberalismo sejam capazes de fazer retrair as lutas sociais. É esta busca pelo consenso em torno do projeto burguês de sociedade que norteou e permanece norteando a política de educação superior brasileira, na medida em que a trajetória da educação pública no Brasil é fortemente marcada pelas disputas societárias (Pereira e Almeida, 2013, p. XI).

Como afirma Lima:

[...] a expansão da educação superior passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguês sob a imagem de uma “política inclusiva”. (2013, p. 06)

Nesse sentido, as políticas públicas dos governos petistas analisadas neste trabalho – no marco de suas limitações – expressam a direção social e à que projeto societário este partido se vincula. Em nossa opinião, não é um projeto anticapitalista, senão o oposto, de gestão da ordem burguesa.

Assim, essa nova conjuntura, de crise da esquerda brasileira, afeta gravemente o projeto profissional do Serviço Social, já que este “não é endógeno à profissão e se formou num contexto de variadas influências do pensamento crítico e da esquerda” (Ramos, 2009, p. 43).

As mudanças operadas por este governo produzem importantes mudanças na formação e no exercício profissional que pretendem a formação de um assistente social compatível com as demandas e requisições da sociedade burguesa.

A expansão no campo da assistência social, através de programas específicos de combate à pobreza, segundo Netto (2009, p. 38-39) “opera a efetiva redução do Serviço Social à profissão da assistência”, o que se torna ameaçador ao projeto profissional crítico já que muitos setores da categoria absorvem a perspectiva das classes dominantes sobre a assistência social como solução para combater a pobreza. A investida governamental sobre esta ideologia produz resultados não apenas na consciência dos usuários dessa política, como também nos que trabalham com ela.

Outro fator importante é que com a descentralização das políticas sociais no Brasil e a transferência da execução da política de assistência social para a esfera dos Governos Municipais, a mão-de-obra do assistente social passa a ser, em maioria, absorvida pela esfera municipal. E diversos dados demonstram que a esfera pública municipal configura-se como a esfera em que vigora uma das maiores jornadas de trabalho e uma das piores faixas salariais. Ou seja, não oferece boas condições de trabalho e remuneração aos profissionais²⁴.

A precarização das condições de trabalho, num contexto de esfacelamento das próprias condições de organização política coletiva dos trabalhadores, somada, nesse caso, ao trabalho direto com programas sociais de combate à pobreza, que buscam cooptar segmentos importantes da classe trabalhadora para a ideologia burguesa, geram um resultado no mínimo preocupante sobre a consciência de parte²⁵ da categoria de assistentes sociais.

Porque de forma antagônica ao Projeto ético-político do Serviço Social, assentado em um projeto societário diametralmente oposto ao da ordem vigente, o capitalismo apresenta-se num esforço para manter-se como modo hegemônico de organização econômica, política e social (Behring, 2008, p. 65), apresentando novas investidas que

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e dos sistemas de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, fraturando suas formas históricas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital. (Mota e Amaral, 2009, p. 08)

Nesta mesma perspectiva, encontram-se os desafios à formação profissional. O processo de desqualificação da formação universitária, afeta a formação em Serviço Social e ameaça frontalmente o projeto previsto nas Diretrizes Curriculares.

²⁴ Dados da pesquisa realizada pelo CRESS/SP mostram que dos assistentes sociais que trabalham na assistência social nos municípios do Estado de São Paulo, a faixa salarial com maior incidência (43,4% dos entrevistados) é a segunda pior registrada pela categoria, que oscila de R\$1.000,00 à R\$1.800,00. Esse dado coincide com outro dado da pesquisa do CFESS que revela que em 2004, 45,19% dos assistentes sociais no Brasil recebiam entre quatro e seis salários mínimos (R\$240,00 à época), ou seja, de R\$ 960,00 a R\$ 1.440,00.

²⁵ Não se caracteriza uma adesão passiva da categoria a essa forma de pensar, visto que o que se refere ao CFESS e aos teóricos da profissão prevalece a crítica a este modo de tratar e ao lugar atribuído a política de assistência social no Brasil.

Rebaixa a qualidade da formação em um tempo histórico cada vez mais complexo, que requisita dos profissionais maior domínio da teoria crítica para seu entendimento e a elaboração de estratégias profissionais coerentes com o Projeto Ético-Político. Como afirma Mota (2003):

Nesse sentido, o rebaixamento da formação em Serviço Social, sobretudo pela via do Ensino à Distância, que se multiplica em rápida velocidade e é hoje responsável pela formação de um enorme contingente profissional, representa uma contradição ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e à cultura intelectual da profissão. Na medida em que não é garantida uma formação crítica, abrem-se lacunas na compreensão da sociabilidade burguesa e tende a reforçar uma visão que remete ao conservadorismo.

Não por acaso as entidades da categoria, notadamente CFESS e ABEPSS, têm travado inúmeras lutas contra essa modalidade de ensino e em defesa da formação de qualidade. As entidades lançaram diversos manifestos (2005, 2006, 2007) públicos conjuntos, esclarecendo para a sociedade os motivos da crítica ao ensino à distância, especialmente na graduação em Serviço Social. Lançaram também, em 2009, uma Carta Aberta aos estudantes e trabalhadores do EAD, esclarecendo que a crítica ao EAD não se direciona aos sujeitos que dele fazem parte, mas ao modelo de educação estabelecido no Brasil.

Em 2008, na ocasião do 37º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, e na época de principal crescimento no número de matrículas no ensino à distância, constituiu-se um Grupo de Trabalho e Formação Profissional, formado por representantes das entidades da categoria. Este grupo passou a se reunir e construiu um Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior. Este Plano de Lutas tinha, entre outros objetivos a fiscalização nas unidades de ensino à distância, o acompanhamento da implementação das Resoluções do CFESS que regulamentam o Estágio e da Política Nacional do Estágio, ou seja, verificar *in loco* a impossibilidade do ensino à distância ter uma formação compatível com as Diretrizes Curriculares e constatar as irregularidades, para ações junto ao Ministério da Educação.

As entidades desenvolveram, então, estratégias de coleta de informações sobre a precarização do EAD, no âmbito da graduação em Serviço Social. Foram

realizadas coletas de informações nos sites das empresas de ensino, além de solicitação de dados através de ofício e ação judicial. Além disso, foi realizada visita a algumas instituições e entrevista com ex-alunos dessa modalidade.

Foi lançado então o Documento ‘Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social’, como parte da campanha ‘Educação não é fast-food: diga não à graduação à distância em Serviço Social’. Esta campanha promoveu a criação de um *hotsite* com todos os documentos já produzidos pelas entidades, dados, principais problemas identificados na graduação à distância em Serviço Social, entre outros; a criação de um vídeo da campanha, além de cartazes distribuídos para todas as entidades aliadas da luta, cartão postal, marcador de página, adesivo e o *spot* de rádio, que foi veiculado em aproximadamente 800 rádios comunitárias de todo Brasil e a divulgação da Campanha pelas mídias sociais. Esta campanha foi censurada pela justiça, a pedido da Associação Nacional dos Tutores da Educação a Distância (Anated), por supostamente conter um conteúdo preconceituoso.

A censura, no entanto, não pôs fim a luta em defesa da formação profissional de qualidade, já que as consequências para a construção de um projeto profissional crítico são devastadoras. O não cumprimento das diretrizes curriculares do Serviço Social torna-se mais um grande desafio à formação de assistentes sociais na perspectiva do projeto ético-político, pressupondo este, como fruto de amadurecimento teórico e vivência política, não oferecida por esta modalidade, e que, também, “[...] uma formação profissional pouco qualificada, em ambientes nada acadêmicos, despolitizados, [...] tende a dificultar a formação de novos teóricos e políticos para o projeto profissional” (Braz, 2007, p. 09).

Todas as problemáticas levantadas até agora fluem contra o projeto defendido pela profissão e, por isso, aumentam a necessidade de organização da profissão e da resistência, cada vez mais difícil, a todas as investidas do capital e de seus governos.

Concordamos com Ramos (2009, p. 45), quando diz que do ponto de vista da política educacional – e complemento, de todas as outras também – nosso projeto profissional nunca esteve em sintonia com as políticas dos Governos brasileiros.

Sendo assim, a mudança cabal na conjuntura, a partir da eleição do PT ao governo federal, que tem peso importante contra o projeto ético-político da profissão, é justamente a mudança da realidade na qual se assentou a construção deste

projeto: a conjuntura de lutas, que impulsionava e era impulsionada pela organização coletiva, a crise da esquerda brasileira.

Como afirma Santos:

Vale lembrar que a alteração do perfil político da CUT foi, intensivamente, reiterada, com o advento do governo petista. Embora contraditório, não nos parece nenhum devaneio, a ideia de que o governo Lula tenha representado uma grande ameaça à autonomia do movimento sindical brasileiro. A política conciliatória desse governo incidiu no âmbito da luta sindical com forte influência, o que resultou no fortalecimento de perspectivas capituladoras no sindicalismo, sobretudo no interior da CUT (2010, p. 95).

Em primeiro lugar, evidentemente, porque o PT era, e continua sendo, um partido extremamente numeroso com grande inserção e influência nos movimentos sindicais, estudantis e populares. E isso fez com que o PT pudesse não apenas manter, como aprofundar, a desmobilização das lutas gerais, inclusive e principalmente contra o Governo Federal. O que houve, na verdade, foi uma completa domesticação dos movimentos sociais brasileiros, que passaram a funcionar segundo os interesses deste partido de se manter no poder, e, para isso, atender aos interesses, também, da classe dominante brasileira.

E, em segundo lugar, a confusão ideológica causada na esquerda, mundialmente, pela queda do muro de Berlim, repetiu-se no Brasil, agora – senão por convencimento de amplos setores da esquerda de que a saída para a classe trabalhadora seria a conciliação de classes – pela decepção que levou gerações a descreditarem da política, dos partidos e da possibilidade de uma transformação social radical.

Como resume Netto

Esta nova conjuntura não se distingue da anterior tão somente pela assimilação da antiga oposição à ideologia e à prática dos governos Fernando Henrique, nem pela inteira residualidade da resistência à cultura neoliberal no plano parlamentar-institucional; distingue-se, sobretudo, pela maciça cooptação de entidades e organizações que tinham peso sobre significativos movimentos sociais

(aqui, emblemática é a “funcionalidade” agora assumida, por exemplo, pela CUT e pela UNE) (2007, p. 38).

Como consequência da adesão da CUT ao Governo, diversos setores, que se mantiveram firmes da defesa do sindicalismo classista projeto de emancipação humana, romperam com essa entidade para construir novos organismos capazes de reorganizar o movimento sindical brasileiro. Uma das experiências que obteve mais sucesso nesse processo foi a criação da Central Sindical e Popular CONLUTAS.

Na medida em que “nossa tarefa deve se concentrar no esforço de identificar os setores mais avançados e combativos da luta social para com eles estabelecer frentes comuns de resistência” (Braz, p. 10), estas entidades constituem-se como parceiras fundamentais nas lutas sociais.

Assim, ao considerarmos os desafios postos pela conjuntura que emergiu a partir dos anos 1990 – a década do desmonte da Nação – e dos anos 2000 – as décadas da restauração ideopolítica e econômica do capital entendemos que o Serviço Social passa a enfrentar diversos rebatimentos particulares deste movimento cultural e teórico (Mota e Amaral, 2014, p. 27), muitos dos quais situamos neste capítulo. E todos os elementos estudados até agora possuem vinculação direta com a dinâmica da organização política da categoria, sobretudo nos contornos e formas assumidas na contemporaneidade. É nestes marcos que propomos fazer o aprofundamento desta reflexão.

CAPÍTULO 03

CFESS E FENAS: TRAJETÓRIAS E TENSÕES CONTEMPORÂNEAS

O terceiro capítulo deste trabalho dá seguimento às reflexões sócio-históricas trazidas ao debate nos dois primeiros capítulos, mas apontando para seu maior aprofundamento na relação mais estrita com nosso objeto de estudo, bem como as reflexões feitas com a realização da pesquisa documental.

A partir do entendimento da dinâmica estrutural do capital, das relações sociais vividas neste milênio e de suas repercussões para a vida e a organização da classe trabalhadora, vamos situar seus impactos à organização dos assistentes sociais buscando apreender a relação das mudanças estruturais com as formas assumidas pela organização político-sindical da categoria na contemporaneidade.

Resgatando os parâmetros utilizados ao longo deste trabalho, trabalhamos com o pressuposto teórico de que a organização política coletiva é mediação fundamental na construção de projetos profissionais ou societários. Assim, tal como afirma Ramos (2005), a organização política de uma categoria profissional é dimensão primordial para viabilizar a capacidade de projetar coletivamente caminhos estratégicos para a profissão.

Nesse aspecto, a tradição da categoria de assistentes sociais, tal como apontamos no resgate feito ao longo deste trabalho, é de uma forte organização coletiva que possibilitou a construção de uma ruptura com o conservadorismo hegemônico desde as origens da profissão, assim como a construção de um projeto de ruptura com a sociabilidade capitalista e a construção de uma sociedade emancipada.

Segundo Ramos (2005, p. 78/79), no Serviço Social

As entidades têm se constituído, portanto, *lócus* de debates teórico-políticos e lutas que põem em cena os limites e contradições da ordem do capital, contribuindo, dessa forma, para a construção do projeto ético-político profissional, hegemônico nos anos 1990. [...] Assim, compartilho do pressuposto realçado por Netto (1996) ao afirmar que os projetos profissionais são construídos por um sujeito coletivo – a respectiva categoria profissional, que deve ser pensada como conjunto [...]. A organização

dessa categoria constitui um aspecto preponderante para garantir a viabilização do projeto profissional.

Dessa forma, para compreendermos as tensões contemporâneas que envolvem as disputas entre os diferentes sujeitos coletivos da profissão, expressos na forma de diferentes entidades da categoria, partimos de um resgate histórico da trajetória da organização política e sindical dos assistentes sociais.

Anteriormente abordamos o contexto sócio-histórico de derrocada da ditadura militar brasileira – momento de grande efervescência política e social que proporcionou a criação de grandes organismos de luta da classe trabalhadora do país. Abordamos, também, as inflexões desta conjuntura para a organização política e sindical dos assistentes sociais – os primeiros sinais de reorganização sindical, vinculado ao novo sindicalismo, e a orientação de disputa da direção do conjunto CFAS/CRAS, que à época expressava a organização coletiva dos setores profissionais com direção social hegemonicamente conservadora.

Resgatamos, posteriormente, as mudanças econômicas, políticas e sociais que produziram fortes impactos sobre a consciência e a organização dos trabalhadores brasileiros, expressos na capitulação de amplos setores de esquerda para o projeto de sociabilidade burguês.

Nesta perspectiva, iremos neste último capítulo aprofundar nossas reflexões sobre o percurso vivido pela organização político-sindical dos assistentes sociais no decorrer das últimas décadas, diante de tantos desafios, para então, ao final, apreendermos as atuais configurações e tensões que permeiam as disputas de projetos profissionais e societários no âmbito do Serviço Social.

3.1. As formas de organização das vertentes críticas da profissão

Realizamos ao longo deste trabalho um breve resgate histórico sobre o processo de reorganização sindical dos assistentes sociais, que tem seu início em 1977, quando há a construção do I Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, realizado em 1978. A organização coletiva da categoria até este período expressava apenas as vertentes conservadoras da profissão, por meio dos Conselhos Profissionais.

Ademais, demarcamos que foi a conjuntura de lutas e questionamentos ao regime militar que abriu os caminhos para um período de grandes mudanças quanto à direção social da categoria de assistentes sociais, no marco do ascenso geral das lutas da classe trabalhadora. Este período é solo fértil para o processo de reorganização sindical dos assistentes sociais, possibilitando a criação de entidades que exercerão protagonismo na ruptura com o projeto de profissão conservador, conforme já assinalado.

Favorecido pela conjuntura, este processo de reorganização se dará de forma rápida e ascendente, de modo que se no I Encontro Nacional das Entidades Sindicais dos Assistentes Sociais, em 1978, havia presentes apenas 04 sindicatos e associações, de todo o Brasil, a partir da mobilização e organização coletiva, o III Encontro Nacional, em 1979, contou com 18 entidades presentes.

É também no III Encontro Nacional que se impulsiona a criação da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), entidade que cumpriu papel decisivo na *virada* política realizada no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979.

O processo de reorganização sindical e política dos assistentes sociais ganha novos contornos na década de 1980, no decurso do amadurecimento da organização coletiva da classe trabalhadora em geral e posteriormente, com o advento do neoliberalismo e suas consequências objetivas e subjetivas para os trabalhadores. São estes novos contornos que pretendemos agora aprofundar.

A partir do importante papel exercido pela CENEAS até 1983, que era uma Comissão com caráter inicial de articulação e reorganização do movimento sindical da categoria, foi possível a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), na I Assembleia Sindical Nacional, em 1983, como uma entidade fruto de uma organização sindical mais consolidada.

A fundação da ANAS representou a continuação do projeto construído pela CENEAS, mas em um patamar superior. A ANAS significou o produto do trabalho político feito pelos assistentes sociais da época, que possibilitou a fundação de uma federação nacional de assistentes sociais. Esta entidade cumpriu um papel de vanguarda no movimento sindical, pois congregava sindicatos e associações da profissão e rompia com as limitações da CLT²⁶, o que fez com que a mesma não

²⁶ A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), não permitia a congregação de associações profissionais e sindicatos em uma mesma entidade.

fosse reconhecida e registrada como entidade representativa pelo Ministério do Trabalho. A ANAS foi, no entanto, legitimada pela categoria e suas entidades, que entre associações profissionais e sindicatos totalizavam 28 entidades da categoria a ela filiadas (Abramides e Cabral, 2009).

A Associação Nacional expressava um movimento sindical extremamente democrático, combativo e classista. Em seus nove anos de existência possuiu um funcionamento de diretoria com mandato de dois anos, com eleições congressuais, diretas e proporcionais, e possuía, ainda, instâncias intermediárias de deliberação com funcionamento regular.

A ANAS exerceu a perfeita combinação das lutas específicas da categoria com as principais pautas comuns da classe trabalhadora. Articulada ao sindicalismo classista, seus principais posicionamentos e ações ligavam-se às lutas gerais contra a Ditadura Militar, pela redemocratização do país, pelas mais importantes lutas no plano econômico do período, bem como no campo sindical. Esta foi a marca de toda a trajetória histórica da CENEAS/ANAS e das entidades sindicais a ela filiadas (Abramides e Cabral, 2009). Expressando sintonia com a conjuntura política e articulada aos polos combativos do movimento sindical, a entidade permaneceu filiada à CUT até 1992.

As direções das entidades sindicais da categoria, majoritariamente, se alinham aos setores de esquerda do movimento operário e popular que se organizam, em um primeiro momento, na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), 1977 a 1979 e, posteriormente, na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir de sua fundação em 1983 (Abramides e Cabral, 2009, p. 56).

Outra importante contribuição da organização sindical dos assistentes sociais à construção do Projeto Ético-Político da profissão relaciona-se à “articulação que passa por dentro das entidades sindicais para a formação de chapas combativas e de lutas para concorrer às direções dos conselhos regionais e federal de assistentes sociais, na disputa com o conservadorismo” (Abramides e Cabral, 2009, p. 59).

A vanguarda profissional que reorganizava o movimento sindical da categoria passa a vislumbrar os Conselhos profissionais como importantes espaços para a disputa de hegemonia do projeto profissional de ruptura. Desse modo, as chapas de

esquerda organizadas para a disputa das diretorias dos Conselhos da profissão imprimem a mudança no caráter político destas entidades.

O Conjunto CFAS/CRAS, à época, cumpria um papel de fiscalização do exercício da profissão que era caracterizado por um perfil conservador, corporativista e burocrático. Esse perfil se transforma a partir da década de 1980, pois os conselhos passam “a abrigar profissionais oriundos do movimento sindical, o que redefiniria significativamente suas diretrizes, gerando a democratização das suas relações internas e sua vinculação com outras instâncias organizativas” (Ramos, 2006, p. 173).

Como entidade livre e autônoma do Estado, a ANAS foi a entidade dirigente das lutas sindicais e políticas da categoria até 1992, quando houve sua dissolução. A ANAS deixou o legado de uma entidade combativa, de luta, classista e democrática que expressa “o avanço organizativo e da consciência política dos assistentes sociais que aderiram a essa vertente na profissão e que conquistou a hegemonia do projeto profissional nos últimos trinta anos” (Abramides e Cabral, 2009, p. 69).

A extinção da entidade baseou-se nos debates sobre estrutura sindical, realizados no 2º Congresso Nacional da CUT, em 1986. Esse debate, que envolveu todas as categorias profissionais nesse período, teve o entendimento hegemônico de que

[...] a organização por ramo de atividade econômica é a que possibilita que o conjunto dos trabalhadores, de um determinado ramo estabeleça suas pautas de reivindicações, mediante ações unificadas frente ao mesmo empregador (patronato ou Estado). (Abramides e Cabral, 2009, p. 74)

Para o movimento sindical, naquele momento, o entendimento era de que a melhor maneira dos trabalhadores se organizarem, como forma de fortificar suas lutas e romper o corporativismo, fortalecendo a consciência classista, se dava por meio da organização coletiva por ramo de trabalho (contratação ou área de atuação), de acordo com a necessidade de se unirem, na medida em que o empregador seria um só. Essa compreensão rompia com a forma de organização da classe trabalhadora prevista pela CLT e predominante no movimento sindical, que

possuía um carácter fragmentador e corporativista – dado a concepção de organização por via dos interesses corporativos, de grupos profissionais.

Como fruto dos debates travados pelo movimento sindical naquele momento, a CUT aprova em seu Congresso a resolução de que a organização sindical por ramo de atividade seria a concepção de organização sindical a ser discutida e implantada pelas entidades filiadas.

Nesse sentido, a ANAS encaminha o debate aos sindicatos de assistentes sociais, propondo sua extinção e inserção nos sindicatos dos ramos de atividade em que os profissionais se localizavam, a partir da discussão coletiva com a categoria. E, a partir do processo, os assistentes sociais coletivamente deliberam por unanimidade pela extinção da ANAS, em sua IV Assembleia Nacional Sindical, em 1989 – extinção que se materializa na VI Assembleia Nacional, em 1994, e pelo encaminhamento da discussão aos sindicatos de base.

A preocupação de que esta transição aos sindicatos por ramo de atividade não enfraquecesse a possibilidade de organização sindical da categoria expressou-se pelas deliberações e encaminhamentos dados a partir da IV Assembleia Nacional. Encaminhou-se o debate com os sindicatos dos servidores públicos sobre a inserção dos assistentes sociais nestes, posto que um enorme contingente profissional encontrava-se empregado na esfera pública. Outro encaminhamento refere-se à articulação com outras categorias, via intervenção e colaboração da CUT, para organização sindical nos setores que ainda não possuíam sindicatos.

Assim, a organização sindical dos assistentes sociais passou a se dar, em maioria, nos sindicatos por ramo de atividade e sua organização política passou a se dar no conjunto dos conselhos profissionais, à época já chamado de CFESS/CRESS²⁷.

Entretanto, os anos que atravessam a realização destes debates sobre a forma de organização sindical, bem como os anos que seguem a extinção da ANAS e o processo de inserção dos assistentes sociais nos sindicatos do ramo de trabalho foram marcados por mudanças conjunturais que influíram na organização sindical, não apenas dos assistentes sociais, mas de toda a classe trabalhadora.

A reestruturação produtiva, o neoliberalismo e suas mudanças para o mundo do trabalho, aliados a um processo cada vez maior de adaptação e burocratização

²⁷ Com a aprovação da lei 8662/93, que revogou a 3252/57, as designações passaram a ser Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

do movimento sindical, expresso principalmente pelas mudanças da CUT, levam a um refluxo na organização sindical dos trabalhadores.

Esse refluxo atinge, também, a organização sindical dos assistentes sociais e seu processo de inserção nos sindicatos por ramo de trabalho, na medida em que esta foi a única categoria que aprovou em seus fóruns a dissolução dos sindicatos próprios, levando ao que alguns autores chamam de 'transitoriedade inconclusa'.

Segundo Abramides e Cabral (2009, p. 75), a transição da organização sindical dos assistentes sociais aos sindicatos por ramo de trabalho, encontra-se inconclusa devido a alguns elementos particulares, dentre os quais as autoras destacam que

no plano das entidades sindicais da categoria, [...], algumas tiveram um esvaziamento, outras não fizeram o debate necessário com a categoria, para implementar a deliberação, e cinco sindicatos se mantiveram em funcionamento, passando por cima da deliberação. De outro lado, a CUT recuou na implementação da estrutura sindical por ramos, limitando-se a essa construção a nível das confederações.

Desse modo, as mudanças conjunturais afetam diretamente a organização sindical dos assistentes sociais. A categoria encontra em seu próprio processo de transição aos sindicatos por ramo suas dificuldades, seus dilemas e contradições. Mas reside no fato de que há grandes mudanças no movimento sindical neste período o maior limitador para a efetivação da extinção dos sindicatos por categoria e a unidade dos trabalhadores em torno de sindicatos por ramo de atividade.

Ainda que resguarde suas limitações, o processo assinalado pela categoria de assistentes sociais não perde sua importância política e histórica. Pois, por um lado, pode-se dizer que uma parte importante da categoria inseriu-se nos sindicatos do serviço público, dado que é nesta esfera de empregabilidade que reside parte relevante dos assistentes sociais. E esta inserção guarda coerência com o debate sindical acumulado, assim como com o projeto político da profissão, na tentativa de superação do corporativismo e de avanço da consciência classista. E, por outro lado, porque a organização política da categoria permaneceu fortalecida, senão por intermédio da ANAS, a partir da década de 1990, prioritariamente por meio do CFESS.

O Conselho Federal de Serviço Social ganhou protagonismo na organização coletiva da categoria e teve grande importância no processo de consolidação da hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Expressão da maturidade da organização e consciência política da categoria, o CFESS manteve-se na unidade com as demais entidades representativas dos assistentes sociais, notadamente a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a representação estudantil, a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Esta articulação entre as entidades garantiu uma sólida direção ética ao projeto profissional que resistiu às adversidades impostas pela conjuntura dos anos 1990. Estas entidades, dentre as quais destacamos o Conselho Federal – democraticamente eleito pela categoria – seguem sendo dirigidas por grupos profissionais orgânicos à manutenção da defesa, pela profissão, dos princípios que fundaram o projeto ético-político profissional nos anos 1980. Também tem resistido na manutenção das diretrizes curriculares voltadas para a formação de assistentes sociais críticos e conectados com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, onde se destaca o papel da ABEPSS.

Desse modo, ainda que a realidade apresente desafios à organização de setores críticos, nos marcos de uma conjuntura de desestruturação da esquerda brasileira, é na organização coletiva da profissão – nas entidades da categoria e demais movimentos sociais – que tem se expressado a possibilidade e a necessidade de resistir ao aprofundamento da barbárie sob a sociedade do capital.

Desta maneira, a presença de assistentes sociais em inúmeras lutas estratégicas em defesa de direitos evidencia que se por um lado, cresce a precarização da formação e do exercício, prejudicando intensamente a disseminação do projeto profissional, por outro lado, não podemos desconsiderar o papel de parte da categoria no cotidiano, quebrando o silêncio, realizando a crítica e buscando articulações para dar visibilidade ao estado de violação de direitos em que vivem parte significativa dos usuários do Serviço Social nos mais diferentes espaços profissionais.

E as entidades da categoria têm cumprido um papel protagonista na construção e manutenção desta consciência crítica, presente da formação ao exercício profissional. Se, por um lado, houve a dissolução das entidades sindicais dos assistentes sociais, que cumpriram um papel dirigente no processo de ruptura

com o conservadorismo, houve, por outro lado, a construção de Conselhos Profissionais herdeiros da tradição de lutas vividas pelos trabalhadores e pela categoria nas décadas de 1970 e 1980.

Nesse sentido, embora o CFESS não cumpra o papel de organização sindical dos assistentes sociais, por ser autarquia federal com o papel de regulação e fiscalização do exercício profissional, assim como por expressar a defesa da organização sindical por ramo de atividade, podemos dizer que este Conselho expressa a continuidade da organização dos setores críticos da profissão, agora com outro caráter organizativo.

O CFESS reconhecidamente, desde os anos 1990, assume a direção da categoria no sentido da construção do Projeto da profissão, mantendo viva a defesa dos princípios éticos e políticos que fundaram este projeto profissional. Sendo, portanto, expressão da organização de setores profissionais críticos e conectados às lutas dos trabalhadores.

3.2. O surgimento da Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS)

As limitações encontradas na transição dos assistentes sociais aos sindicatos por ramo de trabalho, a partir da extinção da maioria dos sindicatos da categoria, levaram a um processo inconcluso permeado pelas contradições da realidade social e desafios postos ao movimento sindical dos trabalhadores em geral e também aos assistentes sociais.

Segundo Santos (2010, p. 126)

[...] das 28 entidades sindicais existentes no país, 23 se extinguíram e por processos bastante diferenciados: muitas entidades encontravam-se bem esvaziadas; outras encerraram temporariamente; outras realizaram seminários ou assembleias, como forma de orientar seus filiados a se inserirem ou construir os sindicatos por ramo de atividade.

Sendo assim, permaneceram abertos 05 sindicatos – em Alagoas, Ceará e dois no Rio Grande do Sul; além do sindicato do Rio de Janeiro, extinto em 1990, mas reaberto em 1995.

Esse processo levou a que poucos anos depois da deliberação pela extinção dos sindicatos, ressurgissem os debates sobre sindicato próprio, na medida em que o Serviço Social seria a única categoria 'sem sindicato'. Os debates ocorreram paralelos à (re)construção de alguns sindicatos de assistentes sociais no Brasil e teve como importante expressão deste processo a fundação da Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS), em 2000.

A FENAS apresenta-se como entidade dirigente do processo de reorganização sindical dos assistentes sociais no Brasil, na prerrogativa da retomada dos sindicatos organizados por categoria profissional. Esta Federação representa os sindicatos existentes²⁸ – os que nunca fecharam e os que foram reabertos – assim como incentiva o processo de refundação dos sindicatos nos estados em que eles permanecem fechados, representando os assistentes sociais “sem sindicato”. Tal como previsto nos objetivos da entidade, exposto em seu Estatuto, a FENAS representa “Sindicatos atuantes em sua base territorial e [os] Assistentes Sociais assalariados ou autônomos atuantes em Estados onde não existam tais Sindicatos”²⁹.

A fundação desta entidade baseia-se na compreensão, a partir de seu grupo dirigente, de que apesar da resolução política acertada de extinção dos sindicatos e inserção nos sindicatos por ramo, a ANAS e as entidades a ela filiadas, “enfrentaram dificuldades em traduzir em ação essa política, ou seja, criar as mediações possíveis e necessárias que dessem configuração e concretude à transitoriedade”³⁰. Dessa forma, essa decisão teria provocado “o isolamento da categoria no âmbito sindical, uma vez que, a construção do ramo caminha a passos lentos e até o presente momento não se consolidou no país”³¹.

Esta posição, entretanto, é marcada por polêmicas. A trajetória da organização sindical da categoria acumulou o debate do avanço da organização do conjunto dos trabalhadores, de tentativa de ruptura com o sindicalismo corporativista previsto na CLT. Os setores herdeiros desta tradição, que hoje se expressam coletivamente por meio do Conjunto CFESS/CRESS, permanecem na defesa do sindicalismo por ramo de atividade.

²⁸ Segundo a FENAS, em 2012 havia 13 sindicatos em funcionamento e 09 em processo de (re)construção.

²⁹ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Estatuto da FENAS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

³⁰ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Informativo FENAS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

³¹ *Ibidem*.

Sobre esta polêmica a Federação argumenta que

[...] desde a criação da FENAS a relação dos sindicatos com o conjunto CFESS/CRESS se tornou conflituosa. Discordando da manutenção dos sindicatos e tendo sido recomendado o fechamento dos mesmos, as diretorias dos CFESS/CRESS passam a ignorar sua existência, apesar do crescimento crescente da organização sindical dos assistentes sociais no Brasil³².

Por outro lado, Ramos (2005, p. 84) apresenta algumas das polêmicas em torno da criação da Federação Nacional. Para a autora, os rumos da organização sindical da categoria envolvem elementos importantes que prescindem de análise, como a falta de legitimidade do processo de criação da FENAS, bem como sua relação com o Conjunto CFESS/CRESS.

Esses dois aspectos apontam para o questionamento dessa experiência [de criação da FENAS] que parece romper com um princípio ético-político consolidado na organização política profissional: a ampla discussão democrática entre a categoria e suas entidades representativas. A ausência desse debate coletivo, aliado às divergências com a direção política da FENAS, gerou uma falta de legitimidade dessa entidade entre expressivos segmentos profissionais e demais entidades representativas.

Para a autora, o processo de criação da FENAS não envolveu o debate democrático da categoria, como é tradição no que diz respeito ao funcionamento das demais entidades representativas dos assistentes sociais. Ramos (2005) afirma que a criação da Federação não foi produto de um intenso debate na categoria profissional, o que gerou uma falta de legitimidade desta Federação entre as entidades da categoria.

Além das divergências quanto ao método empreendido na construção da entidade, há, sobretudo, a polêmica política em torno do papel de uma entidade que,

³² Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Informativo FENAS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

nas condições sócio-históricas atuais, retoma uma perspectiva de organização sindical já superada historicamente (Ramos, 2005).

Segundo Abramides, os desafios postos implicam em pensar “como incluir o conjunto dos trabalhadores no sindicato do ramo” (2014, p. 239) e que os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores de um mesmo ramo “devem se unificar sindicalmente e não criar um sindicato de uma única categoria” (Abramides, 2014, p. 239).

Em meio a essas e outras divergências, instalou-se entre as referidas entidades um acirrado antagonismo político que se expressa muitas vezes em situações de claro enfrentamento. Propomos aprofundar a reflexão sobre estas divergências, buscando entender suas reais razões e suas implicações.

3.3. Posicionamentos políticos, agenda de lutas: por onde passam as diferenças?

A retomada dos debates no seio profissional sobre sua forma de organização sindical e política, reacendido a partir da criação de alguns sindicatos de assistentes sociais no Brasil, dividem parte da categoria entre a defesa do sindicato por ramo de trabalho ou o sindicato próprio de assistentes sociais.

De um lado, o Conselho Federal de Serviço Social faz a defesa intransigente da organização sindical por vias do ramo de trabalho, em conformidade com os debates realizados historicamente na categoria, na contramão das tendências corporativistas que invadem o movimento sindical brasileiro nas décadas de neoliberalismo.

De outro lado, a Federação Nacional de Assistentes Sociais estimula a fundação de sindicatos de assistentes sociais Brasil a fora, defendendo ser essa a via possível diante da conjuntura.

Essa polêmica levou a um duro embate entre essas entidades, que mascara o real motivo da disputa de ideias: uma profunda divergência de estratégia, que aponta para direções políticas absolutamente diferentes. Os debates, muitas vezes acirrados, expressam um enfrentamento de opiniões que não se explica apenas pela diferença quanto a melhor forma dos assistentes sociais se organizarem sindicalmente.

A fundação da FENAS fez crescer a polarização entre os grupos que defendiam sindicato próprio e os que defendiam sindicato por ramo de trabalho. Este fato nos apresenta um necessário aprofundamento reflexivo, na medida em que a criação da FENAS não tem significado apenas a retomada da organização sindical da categoria, mesmo que por vias distintas das defendidas pelos setores críticos da profissão.

A fundação desta entidade expressa a construção de um organismo coletivo com um programa e propósitos claramente distintos das tradicionais entidades da categoria. Reside neste fato, ao que nos parece, a explicação para os enfrentamentos travados entre as entidades: a construção de uma entidade para a disputa de hegemonia no Serviço Social. Como mediação fundamental para a construção de projetos profissionais e societários, a organização política coletiva expressa a organização em torno de um projeto coletivo. E, neste caso, o projeto coletivo que está sendo construído pelos setores organizados na FENAS e nos sindicatos, trata-se de um projeto coletivo antagônico ao do Conjunto CFESS/CRESS.

Este é o percurso que aponta para apreendermos os motivos pelos quais essa polarização foi se tornando cada vez mais acirrada, com disputas fortes, como o emblemático caso da judicialização das anuidades do CFESS por parte da FENAS.

A Federação Nacional de Assistentes Sociais entrou na justiça contra o Conselho Federal de Serviço Social, questionando o valor das anuidades cobradas aos profissionais registrados nos Conselhos, embora essa anuidade seja definida em instâncias democráticas da categoria, tais como os Encontros Nacionais CFESS-CRESS e posteriormente assembleias de base.

Essa judicialização demonstra não apenas a defesa da redução do valor das anuidades, senão, em paralelo, buscar fragilizar as finanças do CFESS e das entidades apoiadas por este Conselho, dado que as finanças são a base de sustentação de suas ações políticas. As entidades da categoria em consonância com o projeto político do CFESS buscam fortalecer esta entidade. Compreendemos que as finanças do Conselho são aquilo que possibilita dar materialidade as lutas travadas pela entidade.

Nesse sentido, ainda que haja uma dificuldade de segmentos expressivos da categoria de assistentes sociais em entender a anuidade como obrigação para o

exercício profissional legal, somado a constantes reclamações por parte destes mesmos segmentos acerca dos valores da anuidade, a atitude da FENAS não se justifica. Não é possível admitir que a FENAS desconsidere, em primeiro lugar, que o valor das anuidades é decidido democraticamente em assembleias de base, e, principalmente, “a forma responsável e comprometida como esse dinheiro é investido nas lutas em defesa da profissão e dos direitos sociais” (Ramos, 2005, p. 174).

Da mesma forma, outros embates ocorreram. A FENAS passou a disputar espaços contra o Conselho, se articulando e boicotando, por exemplo, a participação do CFESS no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), desconsiderando as tradições desta entidade na defesa dos direitos da população e do caráter público, gratuito e universal das diversas políticas sociais (Revista Em Foco, p. 09).

E, nesse mesmo sentido, a expressão mais visível da disputa por espaços entre a FENAS e o CFESS, materializou-se na formação de chapas para a direção de diversos CRESS, bem como para o CFESS. Os setores ligados aos sindicatos de categoria protagonizaram no ano de 2007 uma disputa pela direção do CFESS e

[...] após sua derrota nas urnas recorreram à justiça como mediação para conquistar esse espaço o que, a nosso ver, se constitui num duplo ataque à organização político-profissional: judicializa uma questão política, ao mesmo tempo em que ataca o Conselho Federal (Nascimento; Silva; Jesus, 2010, p. 08).

Faz-se necessário, portanto, buscar compreender quais são em profundidade as divergências existentes entre os segmentos da profissão, na medida em que os elementos da realidade indicam que as divergências possuem maior profundidade do que aparentam, no debate sobre forma de organização sindical.

Impõe-se a necessidade de aprofundamento das análises, especialmente, porque como parte da conjuntura atual, há uma forte influência do pragmatismo no Serviço Social, que tende a nos levar ao distanciamento do estudo e da reflexão sobre a própria profissão e sua relação com a conjuntura. Nos leva cada vez mais ao “imediatismo do mundo burguês e de sua representação ideal, tomada a partir da experiência, [que] opera com tamanha sutileza que temos dificuldade de perceber

que ele é apenas o modo de “apreensão da aparência” do real e não o modo de ser do próprio real” (Guerra, 2013, p. 44).

O aprofundamento da análise das posições políticas das referidas entidades, proporciona a apreensão das diferenças políticas existentes e a qual projeto profissional e societário cada entidade se vincula.

Para fins didáticos, optamos pela separação de conteúdos por itens, a partir da análise de documentos públicos das entidades. Elegemos, a partir da análise sócio-histórica da realidade brasileira, realizada ao longo deste trabalho, três temas que se referem diretamente ao entendimento das posições políticas do CFESS e da FENAS.

Buscamos, ao longo da pesquisa documental, identificar suas posições sobre: a) as formas organizativas dos assistentes sociais e estratégias do movimento sindical; b) a concepção de aliados e parceiros políticos; c) os posicionamentos frente aos desafios conjunturais.

Decidimos iniciar pela polêmica em torno das formas organizativas da profissão, dado que esta apresenta-se, ao menos aparentemente, como a principal diferença política entre as entidades.

Além disso, consideramos que essa questão tem grande importância, pois se relaciona não apenas à melhor forma de estabelecer correlação de forças nas lutas econômicas e conquistar direitos, mas também à concepção de movimento sindical, que, vinculada a uma consciência classista, busca enfrentar a fragmentação e o individualismo estimulados pela sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, compreendemos que a história do sindicalismo no Brasil expressa uma busca por parte da burguesia de enfraquecimento da unidade dos trabalhadores. Desde a década de 1930, no período em que se estabelecem as primeiras legislações trabalhistas e sindicais, sob o Governo de Getúlio Vargas, se preconiza a organização por categoria como forma de enfraquecer e dividir a classe. Como forma de pulverizar sua organização e dificultar sua unificação, não apenas no plano formal da representação sindical, mas no trato diferenciado aos trabalhadores do mesmo ramo, no sentido de ‘valorização’ de determinadas profissões e ‘desvalorização’ de outras, com aumentos salariais diferenciados para trabalhadores de um mesmo ramo (Abramides, 2014). Este trato histórico consolida uma consciência fragmentada de concepção de classe e dificulta sobremaneira a visualização de um horizonte classista.

Entre os documentos pesquisados do CFESS, há alguns registros de sua posição política sobre a temática. No que diz respeito à polêmica em torno da organização sindical específica dos assistentes sociais, o CFESS segue firme na defesa do debate acumulado em torno da organização por ramo de atividade. No CFESS Manifesta ao Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical, a entidade defende que o “processo de extinção dos sindicatos ocorreu em consonância com a cultura política democrática construída coletivamente na profissão”³³.

A entidade considera que “nos anos 1990, ocorre um retrocesso nesse avanço da organização dos/as trabalhadores/as, dadas as inflexões postas pela hegemonia neoliberal”³⁴, que golpeiam duramente o projeto classista. Isso faz com que as outras profissões liberais não avancem na extinção de seus sindicatos, tornando o processo ainda mais difícil para a categoria de assistentes sociais. O CFESS considera, ainda, que

Além desse isolamento, somam-se outros fatores como: a discordância de segmentos profissionais em relação à decisão assumida; o desconhecimento das novas gerações de assistentes sociais em relação ao processo sociopolítico que levou a tal decisão; os impactos das políticas neoliberais na precarização das condições de trabalho e salariais da categoria profissional e a situação de fragilidade da direção política da CUT nos anos 1990, que sofreu as inflexões que atingiram a esquerda mundial e nacional, deslocando, de modo acentuado, sua intervenção para o campo da colaboração de classes³⁵.

No entanto, mesmo as mudanças na realidade que aumentaram o desafio de construir um projeto de sindicalismo classista, o CFESS argumenta que “a existência de sindicatos por categoria, sob as condições sócio-históricas atuais, não significa um avanço no processo de organização sindical”³⁶, pois “o conteúdo das lutas de sindicatos de categoria, na maioria das vezes, não ultrapassa bandeiras corporativas”³⁷.

³³ Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta - Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*.

Nesse sentido, os desafios postos pela realidade “exigem organização crítica, radical, unificada e menos fragmentada”³⁸. Como síntese, o CFESS defende que

A ruptura com as diversas formas de corporativismo e a adesão a uma organização mais unificada dos/as trabalhadores/as, que supere a fragmentação da classe trabalhadora em categorias profissionais, está em consonância com os princípios que fundamentam o projeto ético-político profissional do Serviço Social, que se expressa também no âmbito da formação profissional³⁹.

A FENAS, por outro lado, utiliza argumentos diferentes para explicar sua posição política, de reconstrução dos sindicatos da categoria.

Embora parta do mesmo pressuposto, segundo o Informativo FENAS 2010, de que “a reestruturação produtiva, acompanhada pelo desemprego estrutural”⁴⁰ teria “atropelado a construção do ramo, provocando uma onda neocorporativa no interior dos sindicatos”⁴¹ e que estes “são forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva e imediatista”⁴², a FENAS aponta para um caminho diferente do CFESS.

Considerando que a extinção dos sindicatos de assistentes sociais “provocou o isolamento da categoria no âmbito sindical”⁴³, e que “o número de assistentes sociais que participam de sindicatos gerais ainda é insignificante”⁴⁴, a Federação avalia que é necessário “ter coragem de avaliar a realidade que hoje se apresenta e as dificuldades reais de unificação de um projeto político – organizativo”⁴⁵, sendo a retomada dos sindicatos por categoria, a saída possível diante da conjuntura.

Assim, a Federação apresenta que

A FENAS foi criada com o intuito de impulsionar esta organização [dos assistentes sociais], pois o quadro que se apresenta não é dos mais favoráveis para os

³⁸ Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta - Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Informativo FENAS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Ibidem*.

profissionais que atuam na área social [...]. Como vamos nos organizar para resistir ao desmonte das políticas sociais que é o nosso campo maior de intervenção? Como lutar contra a banalização do trabalho social? Contra a desvalorização dos profissionais desta área? Sabemos que esta organização se torna mais forte quando nos articulamos de forma coletiva. Porém, os assistentes sociais não podem caminhar sozinhos. [...] A FENAS tem como objetivo retomar o debate em todo o país e estimular a organização política da categoria⁴⁶.

Partindo da compreensão do processo de deterioração das condições de trabalho dos assistentes sociais, a FENAS afirma como necessária a fundação de sindicatos, na medida em que a categoria estaria precarizada e sem lutar por seus direitos. Na apresentação da FENAS realizada no Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical, em 2012, a entidade afirma que “se fomos formados para defender direitos, exigimos nossos direitos de trabalhador garantidos”⁴⁷.

A entidade argumenta, ainda, que a partir do fechamento dos sindicatos da categoria, os assistentes sociais ficaram

[...] sem representação sindical e conseqüentemente sem o aparato sindical para encaminhar suas lutas salariais e por melhores condições de trabalho, sendo observado o fechamento de diversos postos e desmonte de setores de serviço, sem uma reação efetiva e organizada da categoria⁴⁸.

A partir da análise dos documentos que expressam as posições políticas de ambas as entidades, apresentamos algumas reflexões.

A concepção de organização por ramo é a que reconhece a intrínseca relação entre as lutas sociais e o projeto de emancipação humana, defendido pelo Projeto profissional do Serviço Social. Dado que a organização sindical deve corresponder às necessidades da classe trabalhadora, identificamos que essas necessidades não se restringem apenas a imediatividade da luta por melhores condições de trabalho

⁴⁶ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Informativo FENAS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁴⁷ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical/2012 Promovido pelo CFESS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁴⁸ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Carta aos Assistentes Sociais presentes ao XXXIII Encontro CFESS/CRESS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

ou salariais, mas devem vincular-se ao impulso para desconstrução das ideologias burguesas, no sentido da unidade da classe trabalhadora.

A deterioração cada vez maior das condições de trabalho dos/as assistentes sociais é solo fértil para os setores que defendem a organização de sindicatos profissionais. A ideia de que os/as assistentes sociais devem organizar-se para garantir seus 'próprios' direitos, ultrapassa a fronteira do corporativismo: expressa uma compreensão de conjuntura e de correlação de forças das classes que não condiz com a realidade.

Apresenta-se, assim, uma análise da realidade e uma política que fortalecem o conservadorismo na sociedade e na profissão:

Avaliamos que houve, portanto, uma séria desqualificação da política, na medida em que os fundamentos teóricos que permitiriam a análise crítica da sociedade capitalista foram subordinados às necessidades práticas do momento histórico (Amaral, 2009, p. 116).

Diante do quadro imposto pela realidade social brasileira, a melhor saída ainda apresenta-se como um desafio: repensar formas de avançar na organização sindical brasileira, ainda que em meio ao refluxo das lutas sociais. Ou, como diria Antunes (apud CFESS, 2012, p. 02), “[...] romper com todas as formas de neocorporativismo; [...] com a tendência crescente de institucionalização e burocratização [do] movimento sindical [...] e resgatar o sentido de pertencimento de classe”.

Consideramos, ainda, que para além da própria forma organizativa, é a partir de suas posturas políticas e de seus argumentos que os setores ligados à FENAS reacendem não apenas o corporativismo profissional, mas também um conservadorismo que diverge diametralmente da cultura intelectual da profissão acumulada até este momento.

Se é verdade que os assistentes sociais tem sido duramente atacados em suas condições de trabalho, é verdade também que este é o quadro geral que se impõe aos trabalhadores nas décadas de neoliberalismo. É um equívoco supor que a organização sindical da categoria por si só é capaz de proporcionar a reversão desta situação. Esta vincula-se à construção de um movimento amplo entre os

trabalhadores, capaz fazer avançar sua consciência e organização, rompendo com a situação defensiva que se encontra desde a década de 1990.

Por outro lado, a “desorganização”⁴⁹ sindical entre os assistentes sociais constatada pela FENAS, é também reflexo do atual quadro histórico. Não se materializa a argumentação de que esta “desorganização” é fruto da ausência de um sindicato que represente a categoria. É preciso considerar que “68,8% [dos assistentes sociais] estão no serviço público [e] têm suas reivindicações e lutas impulsionadas pelos sindicatos de trabalhadores em Serviço Público [...]” (Abramides, 2014, p. 241/242).

Ressaltamos que a parcela dos assistentes sociais que não se encontram no Serviço Público carecem de representação sindical e é urgente intensificar as articulações para criação dos sindicatos onde ainda não há. O que estamos querendo dizer, entretanto, é que é preciso ver as contradições da realidade, os elementos mais gerais que incidem na consciência da classe trabalhadora e da categoria, já que a baixa participação sindical não é exclusividade dos assistentes sociais.

Dados de uma pesquisa realizada com assistentes sociais aponta que “noventa e dois por cento dos profissionais que responderam ao questionário avaliam que no conjunto dos trabalhadores, há atualmente uma baixa participação em sindicatos” (Bravo; Braga; Neves e Theonilo, 2013, p. 08). Perguntados sobre a sua opinião sobre os motivos da baixa participação “a maior incidência (30%) recai sobre a descrença desses trabalhadores na organização coletiva, seguido do percentual de 26% justificados pelo Neoliberalismo[...]” (Bravo; Braga; Neves e Theonilo, 2013, p. 08).

Os resultados da pesquisa, que expressam a opinião dos próprios profissionais, indicam a realidade: a não participação explica-se, sobretudo, por elementos políticos gerais, que afetam toda a classe trabalhadora.

Neste sentido, constata-se que há baixa participação sindical da categoria seja em sindicatos por ramo ou por categoria. Outra pesquisa, realizada em Sergipe, acerca do processo de reativação do sindicato de assistentes sociais no estado,

⁴⁹ Em pesquisa realizada por BRAVO, BRAGA, NEVES e THEONILLO (2013), os dados apontam que em relação a participação em sindicatos, “verifica-se que 53% das respostas fazem referência a não participação em sindicatos e 47% indicam a participação. Considera-se um resultado expressivo o percentual de participação sindical já que, no Brasil, a média de sindicalizados é de 17% e há forte refluxo dos movimentos sociais”. Este dado é um sinalizador de que embora estejamos diante de um quadro geral de reduzida participação sindical dos trabalhadores, não é verdade que os assistentes sociais sejam retaguarda neste quesito.

apontou que embora a maioria dos profissionais avaliassem como positiva a criação de um sindicato, entre esses profissionais “95,24% não participam do movimento e somente 4,76% informaram o seu envolvimento nesse processo” (Nascimento; Silva e Jesus, 2010, p. 06)

É relevante destacar que o referido estudo indica entre os profissionais que viam como positiva a retomada dos sindicatos da categoria, a maioria justifica seu otimismo com base na construção de uma possibilidade de reivindicar melhores condições de trabalho, focando a questão salarial. Essa realidade ilustra a afirmativa de Braz ao ponderar que “[...] as condições objetivas da profissão, tendem a fragmentar e a tornar corporativistas as demandas político-profissionais dos assistentes sociais” (2007, p. 08).

Outra reflexão importante sobre o tema em questão trata-se do diagnóstico de que, embora a questão da forma sindical tenha importância estratégica, o que move o sentimento corporativista em torno do projeto de retomada dos sindicatos de assistentes sociais é a sua direção política.

O histórico da organização dos setores de esquerda da profissão serve para demonstrar que, embora a forma de organização sindical favoreça mais ou menos uma prática corporativista, não é a forma – mas sim o conteúdo – que determinará quais serão as práticas da entidade.

Reiteramos a compreensão do CFESS de que

[...] o que determina o caráter de defesa de um projeto político emancipatório das entidades sindicais é a direção política das mesmas e sua articulação com as demais instâncias organizativas. Daí, a sociedade conviver com os chamados sindicatos “pelegos”, que dizem representar os interesses dos/as trabalhadores/as, quando na verdade o negam⁵⁰.

Se isso não fosse verdade, não teríamos um Conselho profissional em nada parecido com o CFESS. Este, enquanto autarquia federal, não teria o papel crítico e comprometido com o Projeto Ético-Político que possui, travando embates contra o Estado, na defesa da profissão e assumindo, muitas vezes, pautas que vão muito além de suas obrigações legais, como foi o caso da vitoriosa luta pelas 30h. Na

⁵⁰ Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta - Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

construção das ações em prol da aprovação da lei de redução da jornada de trabalho dos assistentes sociais para 30 horas semanais sem redução salarial, o CFESS cumpriu papel dirigente no que diz respeito à articulação e pressão junto ao parlamento e Governo para aprovação e sanção desta lei, bem como na mobilização da categoria, ainda que esta seja historicamente uma demanda sindical.

Não fosse mais importante o conteúdo que a forma, não existiriam sindicatos por ramo tão atrelados e submissos aos Governos, ao mesmo tempo em que vemos sindicatos corporativos em sua essência, mas fortemente comprometidos com causas amplas e parceiros das lutas sociais, como é o caso da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN).

Portanto, conclui-se que ao ser feito o debate sobre forma de organização sindical da categoria, para além das considerações sobre o debate acumulado pelo movimento sindical classista acerca das melhores formas de organização para a luta da classe trabalhadora, torna-se fundamental considerar, também, a direção política que conduz o processo de retomada dos sindicatos. Esse será, em nossa opinião, o fator preponderante para a observação quanto à progressividade ou não do movimento.

Seguindo as análises, propomos agora apresentar as posições políticas das entidades encontradas nos documentos pesquisados sobre a concepção de aliados e parceiros políticos.

Do ponto de vista da análise do movimento sindical, o Conselho estabelece uma crítica ao processo de mudanças sofridas pela CUT, no recorte temporal da pesquisa. Se nos Relatórios e Deliberações do XXXII Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2003, registra-se uma preocupação quanto a participação político-sindical dos assistentes sociais e é apontado como encaminhamento “articular com a CUT estratégias de discussão e mobilização política da categoria, buscando atingir o maior número de assistentes sociais”⁵¹; com o decurso dos anos, a CUT deixa de ser considerada uma parceira política das lutas sociais.

Nos documentos pesquisados, o ano de 2006 demarca de forma mais expressiva uma ruptura política com a Central Sindical. A opção política da CUT de fortalecer entidades sem tradição na luta em defesa da política de assistência, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em detrimento de votar para a eleição

⁵¹ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXII Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

do CFESS como membro do CNAS, expressa uma tentativa de enfraquecimento e um desprestígio ao CFESS.

Segundo o CFESS Manifesta intitulado *Entidades do Campo Cutista rompem aliança histórica com o CFESS na eleição da sociedade civil para o CNAS*, a entidade avalia que a opção pela votação no CFC em detrimento do CFESS demonstra “a deliberada intenção de impor um constrangimento político ao CFESS”⁵². O boletim indica, ainda, que esta atitude por parte dos setores cutistas seria “o preço que o CFESS está pagando”⁵³ por suas posições claras no espectro político brasileiro, de crítica ao Governo Federal petista.

Assim, o boletim indica a necessidade política dos assistentes sociais repensarem “a necessidade de estabelecer alianças com entidades capazes de assegurar autonomia nos processos democráticos”⁵⁴, bem como construir “aliança com entidades que se situem no mesmo campo de princípios e compromissos, balizados pela radicalidade democrática na defesa dos direitos”⁵⁵.

A mudança na caracterização política da Central sindical, que tem como marco a eleição de Lula e suas implicações, que serão percebidas com maior clareza apenas no decorrer do Governo. Esta análise aparece de forma mais expressiva no boletim CFESS Manifesta especial ao Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical, realizado no Rio de Janeiro, 30 e 31 de outubro de 2012, onde o CFESS aponta que

A classe trabalhadora brasileira experimentou recentemente um período de passivização dos seus instrumentos de luta, especialmente após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e de alguns sindicalistas da CUT ao aparelho de Estado. Contudo, as contradições da sociedade capitalista acabam por compelir os/as trabalhadores/as a se organizarem e a reinventarem suas lutas. Neste processo, novos instrumentos têm sido criados, a exemplo de novas organizações sindicais, de movimentos nas cidades e no campo; da criação de novos e refundação de antigos partidos classistas⁵⁶.

⁵² Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta Entidades do Campo Cutista rompem aliança histórica com o CFESS na eleição da sociedade civil para o CNAS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta especial ao Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

Outro documento do CFESS que aponta no sentido de sua análise e concepção do movimento sindical, trata-se da Moção de Apoio à Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN), publicada nos Relatórios e Deliberações do XXXVII Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2008. Esta Moção expressa a solidariedade do CFESS em relação aos ataques conservadores sofridos pelo ANDES-SN, que almejavam a cassação de seu registro sindical no Ministério do Trabalho. Em virtude destes ataques, promovidos pela Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), junto a CUT e ao Ministério da Educação, como forma de enfraquecer um sindicato combativo com tradição na luta dos trabalhadores, o CFESS opina que

Trata-se da mais vigorosa afronta que essa entidade tão importante na luta democrática brasileira já sofreu, em sua trajetória de resistência, desde o regime militar até a LDB e os desmandos do neoliberalismo, e um fato lamentável a ser debitado na responsabilidade desse sindicalismo dito “de resultados” que viceja no Brasil contemporâneo sob os auspícios visíveis ou velados do governo federal⁵⁷.

Ao passo que reconhece os retrocessos vividos pela CUT, o CFESS estabelece alianças com os setores de vanguarda do movimento sindical e popular, tais como a CSP-CONLUTAS, INTERSINDICAL e outros movimentos sociais que surgem fruto da ruptura com a CUT e do processo de reorganização dos movimentos sociais. Essas entidades tornaram-se presença marcante nos fóruns da categoria, em suas mesas de abertura e de debates, além de serem parceiras nas lutas específicas e gerais dos trabalhadores.

Outrossim, o destaque para as parcerias construídas pelo CFESS diz respeito às demais entidades da categoria, onde, além da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), identifica-se a ABEPSS. Ambas as entidades constituem-se no polo dirigente do projeto profissional hegemônico na categoria, travando inúmeras lutas conjuntas em defesa da formação e do exercício profissional.

⁵⁷ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXVII Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

De outra forma, a FENAS tem estabelecido outra postura no campo do movimento sindical geral. Sobre a relação com a CUT, segundo o Informativo FENAS “desde nossa criação nos filiamos a Central”⁵⁸. O informativo explica, ainda, que a Federação “[possui] cargo de direção na entidade [na CUT], por reconhecimento do trabalho desenvolvido pela entidade sindical”⁵⁹. A então Presidente da FENAS (2010), afirma neste boletim informativo que “a CUT [...] reconhece nosso movimento [e] participamos dos congressos como delegados e fizemos e fazemos parte de diretorias da CUT Estadual, na executiva da CUT Nacional e atualmente na direção da CNTSS/ CUT”⁶⁰.

A FENAS reconhece as limitações do movimento sindical na contemporaneidade. Aponta que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva produziram impactos sobre a classe trabalhadora e suas entidades, entre elas a CUT. Defende, entretanto, que ainda é possível na entidade “fazer política horizontal, democrática e classista”⁶¹, identificando o sindicalismo de resultados como o praticado pela Força Sindical.

Não foi possível identificar, entre os documentos pesquisados, outra entidade qualificada como parceira da Federação, além dos sindicatos filiados a ela e a CUT, conforme mencionado.

A partir dessa análise, é necessário fazermos alguns apontamentos reflexivos. O segundo capítulo deste trabalho dedicou-se a fazer uma retomada histórica da organização sindical dos trabalhadores brasileiros em que se considera, com importância, as mudanças políticas vividas pela CUT, sobretudo a partir da eleição de Lula à presidência, assim como as mudanças vividas pelo próprio Partido dos Trabalhadores.

O debate acumulado na esquerda profissional aponta para a caracterização de que

No final dos anos 1980, o PT assumiu diversas e importantes prefeituras pelo país, e o fato de o chamado projeto democrático popular estar nos governos levou o sindicalismo, em sua posição hegemônica, à uma acomodação sindical e abandono das ações diretas que

⁵⁸ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Informativo FENAS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ *Ibidem*.

para esse setor era concebida somente no período ditatorial. Essa situação se aprofundou a partir do primeiro governo Lula, em 2002, atravessou seu segundo mandato e permanece até hoje, em 2014, no mandato de Dilma Rousseff (Abramides, 2014, p. 238/239).

Este é um elemento da realidade que não deve ser desconsiderado. E, em virtude disso, torna-se indispensável ponderar as alianças políticas construídas pela FENAS, “cujas dirigentes, a partir de 2002, se alinharam majoritariamente à posição Articulação Sindical, no interior da CUT, e que corresponde à corrente Unidade na Luta do PT [...]” (Abramides, 2014, p. 241/242).

As dirigentes da Federação possuem, dessa forma, “vinculação com o sindicalismo estadista e governista [que] passou a ser correia de transmissão e base de sustentação dos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff” (Abramides, 2014, p. 241/242). Governos estes que tem sido os promotores dos ataques às políticas públicas, que degradam as condições de trabalho dos assistentes sociais e da classe trabalhadora.

No que diz respeito aos posicionamentos das entidades em relação aos desafios conjunturais, teremos, do ponto de vista do CFESS, um vasto material produzido. Na última década, convencionou-se produzir em cada Encontro Nacional CFESS-CRESS uma carta da entidade expondo sua análise de conjuntura do período, com seus posicionamentos e encaminhamentos.

Devido ao recorte temporal de análise deste trabalho, é possível acompanhar o processo de experiência entre as vanguardas profissionais e os Governos Federais do PT.

Nos Relatórios e Deliberações do XXXII Encontro Nacional do ano de 2003, registra-se uma análise de que embora a vitória eleitoral petista representasse a derrota de “um projeto que aprisionou por anos o social ao econômico, privatizou as políticas sociais, fragilizou os trabalhadores, precarizou o trabalho [...]”⁶², após oito meses de governo o documento apontava que “nós assistentes sociais estamos atentos e preocupados”⁶³, pois, até então o Governo não havia concretizado “a sua intenção de ruptura com o paradigma neoliberal”⁶⁴.

⁶² Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXII Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Ibidem*.

A preocupação de 2003 tornar-se-á real nos Relatórios e Deliberações do XXXIII Encontro de 2004, quando a entidade afirma, baseada nos primeiros passos da contrarreforma da previdência social, assim como da educação superior, impetradas por este Governo, que estava sendo mantida “a política econômica herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso claramente promotora da desigualdade social no país”⁶⁵.

Apenas em 2005 o posicionamento da entidade em relação ao Governo petista aparecerá de forma mais consolidada. Ao afirmar com veemência que o Conjunto CFESS/CRESS é

[...] contrário à política econômica realizada pelo Governo Federal, de forte orientação neoliberal, que se subordina ao capitalismo financeirizado. A opção por uma política que favorece o capital em detrimento das demandas do trabalho vem provocando a elevação progressiva dos juros, o que permitiu aos bancos obter lucro de R\$ 20,8 bilhões em 2004 (Andes, 2005) e enfraquece o setor produtivo, gerando baixos índices de crescimento, aumento do desemprego e precarização do trabalho⁶⁶.

Este posicionamento será amadurecido ao passar dos anos, sempre com posicionamentos políticos críticos e de resistência às políticas econômicas e sociais implementadas pelos Governos neoliberais petistas.

Em 2006, destaca-se a preocupação em relação à precarização da formação profissional que “vem ocorrendo por meio da expansão acelerada de cursos de Serviço Social privados, presenciais e a distância, bem como o criminoso sucateamento da universidade pública”⁶⁷, assim como a defesa de mais investimentos nas “políticas sociais, rompendo com a orientação focalista e seletiva das mesmas e instituindo um quadro efetivo de trabalhadores do setor público”⁶⁸.

Nos Relatórios e Deliberações do XXXVI Encontro de 2007, destaca-se a preocupação com a política econômica do Governo, na medida em que “nos últimos três anos, 45 bilhões foram retirados do orçamento da seguridade social para

⁶⁵ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXIII Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁶⁶ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXIV Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁶⁷ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXV Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁶⁸ *Ibidem*.

realizar o superávit primário”⁶⁹, medida que acentuava os desafios postos à categoria: “[...] temos o compromisso de resistir às contra-reformas que avançam sobre a saúde, a previdência e os direitos trabalhistas [...]”⁷⁰.

Neste mesmo ano, destaca-se às críticas feitas ao aprofundamento da contrarreforma da educação superior. O documento aponta que

A ofensiva nesse campo vem articulada num tripé: aligeiramento da formação profissional, afirmação de uma perspectiva desregulamentadora das profissões de nível superior e expansão precária de vagas nas instituições de ensino superior, sob o falso argumento de democratização do acesso⁷¹.

Por fim, o documento caracteriza que

Não há dúvidas de que se trata de uma conjuntura inédita, que tem potencial de trazer drásticas alterações no Serviço Social Brasileiro. Estão em curso vetores que impactam simultânea e fortemente sobre a formação, o exercício e o mercado de trabalho profissional no país. As implicações desse processo envolvem questões políticas, éticas, teóricas, ideo-culturais, jurídicas e organizativas⁷².

O ano de 2008 é marcado pela crise econômica vivida por parte dos países centrais do capital e que atinge o Brasil. Os Relatórios e Deliberações do XXXVII Encontro deste ano apontará a preocupação da entidade sobre os rumos da crise, na medida em que o que se via era “a socialização dos prejuízos causados pela farrá dos lucros fáceis da especulação financeira no mundo e no Brasil, com a transferência de vultosos recursos para as operações de salvamento das instituições financeiras e bancárias”⁷³. Neste ano, a entidade posiciona-se claramente contra os projetos que materializavam a contrarreforma da educação superior, a saber, o PROUNI e o REUNI. E conclui, dizendo que “urge a mudança da política

⁶⁹ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXVI Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXVII Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

econômica”⁷⁴ e a construção de uma “política social universal e redistributiva, na contramão das contra-reformas neoliberais”⁷⁵.

Em 2009, seguem os posicionamentos críticos quanto a crise econômica que atinge, “de forma mais destrutiva, os países da periferia do capitalismo”⁷⁶ destruindo “as condições fundamentais da sobrevivência humana”⁷⁷, apontando para, até o final de 2009, serem “ceifados 51 milhões de empregos em todo o mundo e 23 milhões somente na América Latina e Caribe”⁷⁸. Frente aos desafios conjunturais, o documento aponta que a “articulação da profissão com movimentos sociais da classe trabalhadora é, mais do que nunca, essencial, pois fazer história requer lutas coletivas [...]”⁷⁹.

Em 2010, em meio ao aprofundamento da barbárie provocada pela crise econômica iniciada em 2008, o CFESS manifesta seu posicionamento⁸⁰ crítico em relação ao distanciamento cada vez maior da universalização das políticas públicas e seu intenso caráter minimalista e focalista. Destaca-se, ainda, nesse ano, a preocupação em torno do crescimento do isolamento dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora nos “guetos” das cidades e o aumento da criminalização da pobreza, que reduz o investimento nas políticas sociais, ao passo que investe em força policial para controle da população.

Por fim, em meio a uma conjuntura tão adversa, o CFESS comemora a recente aprovação da Lei 12317/10, que reduz a jornada de trabalho dos assistentes sociais para 30 horas semanais sem redução salarial, considerando esta vitória como “fruto de amplas mobilizações, reveladoras do potencial crítico e organizativo desta categoria”⁸¹ em um tempo em que “vem prevalecendo a restrição e redução de direitos”⁸².

O ano de 2011, em que se aprofundam os elementos conjunturais já sinalizados nos anos anteriores, tem destaque entre os posicionamentos da entidade sobre os “megaeventos (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em

⁷⁴ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXVII Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXVIII Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXIX Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁸¹ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XXXIX Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁸² *Ibidem*.

2016)”⁸³, já que estes utilizavam o já reduzido fundo público para preparação dos eventos. Além disso, a entidade sinaliza a preocupação com

[...] a “higienização” dos grandes centros urbanos, o que vem ocorrendo por meio de medidas que conduzem ao abrigamento e/ou internação compulsória da população em situação de rua, como uma forma de encarceramento em massa e violação de direitos humanos, pelo incentivo aos crimes de ódio, principalmente homofóbicos e ligados a questões étnico e raciais, além do extermínio lento e “natural” pela fome e ausências de políticas de proteção social acessíveis⁸⁴.

Nos Relatórios e Deliberações do XLI Encontro Nacional CFESS-CRESS de 2012, se demarcam traços da conjuntura que se assemelham, em muito, com a conjuntura atual. O CFESS manifesta sua reflexão sobre “um tempo em que se reproduzem, de forma hegemônica, o individualismo, a competição, a vaidade, a corrupção, a ausência de sentido ético na vida social”⁸⁵. Esta reflexão apoiava-se em dados que desenhavam uma realidade social cada dia mais violenta.

No Brasil, impera a lógica geradora da desigualdade social e restritiva da liberdade, que não propicia o desenvolvimento das potencialidades humanas, como expressam alguns dados: entre junho e julho de 2012, a taxa de desemprego nas sete maiores regiões metropolitanas do país foi de 10,7% (DIEESE, 2012); o Brasil ocupa o 6º lugar no *ranking* mundial de homicídios entre jovens, sendo proporcionalmente 139% mais negros/as do que brancos/as (Mapa da Violência, 2012); existem mais de meio milhão de brasileiros encarcerados/as (DEPEN/MJ - 2011); apresenta o 1º lugar no *ranking* mundial de assassinatos motivados por homofobia/lesbofobia/transfobia, concentrando 44% do total de execuções de todo o mundo (Grupo Gay da Bahia, 2011); apesar da aprovação da Lei Maria da Penha, são assassinadas 4,6 mulheres por 100 mil habitantes do sexo feminino (Correio Braziliense, 2011)⁸⁶.

⁸³ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XL Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XLI Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁸⁶ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XLI Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

Os traços conservadores e neoconservadores que se mantêm até o tempo presente, se aprofundam em 2013 por meio da política de combate às drogas impetrada pelos governos, cada dia mais violenta, com as medidas de internação compulsória. Assim, o CFESS posiciona-se “contra a atual política de drogas e assumimos os princípios da Luta Antimanicomial, da Reforma Psiquiátrica e da estratégia da Redução de Danos no acolhimento e tratamento de usuárias/os que fazem uso abusivo de drogas”⁸⁷.

A pesquisa demonstra uma forte interlocução do Conselho Federal de Serviço Social com a realidade econômica, política e social brasileira. Articulado com a cultura intelectual crítica da profissão, suas análises e posicionamentos políticos possuem um forte embasamento teórico crítico.

Ademais, se expressa o compromisso do CFESS com a defesa intransigente dos direitos imediatos e históricos da classe trabalhadora, na medida em que este Conselho, ao resguardar sua autonomia frente aos Governos, foi capaz de fazer a crítica à política econômica em um momento em que muitas entidades, sobretudo sindicais, titubearam ou capitularam completamente.

Braz (2007, p. 07) ilustra as distorções que surgem nos anos 2000 ao afirmar que

A ascensão de Lula e do PT ao poder central – e, junto a eles, de setores significativos do movimento popular e do movimento operário-sindical – embaralhou as correlações de forças. Abriam-se possibilidades para afirmar, numa equivocada suposição, que o projeto societário hegemônico atual, que tem como representantes políticos o PT, Lula e as forças a eles articuladas, expressa, de alguma maneira, o projeto profissional do Serviço Social aqui discutido e que, assim, não haveria necessariamente uma relação de antagonismo entre eles. (Braz, p. 07).

A realidade indica que esta é a compreensão e o posicionamento da Federação Nacional de Assistentes Sociais, sobre os desafios da conjuntura. A entidade afirma que

⁸⁷ Conselho Federal de Serviço Social. **Relatórios e Deliberações do XLII Encontro Nacional CFESS-CRESS**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

[...] se nos reportarmos ao passado, as companheiras que criticam a CUT hoje, ajudaram ou não a construir a CUT? Ora, no III CBAS afinal quem coordenou a virada? Foram os companheiros de ANAS com a articulação do PT ou não? Afinal, o Lula estava na mesa. Lula se torna Presidente do Brasil e vamos virar oposição? Claro que se têm críticas, ainda não temos o modelo econômico que sonhamos, mas o projeto societário está em disputa e Lula precisa de maioria para governar. Não tenho dúvidas de que o próprio Presidente se questiona, não defendemos algumas alianças feitas, não compactuamos, mas reconhecemos muitos avanços no governo Lula, longe do ideal, mas avançamos ou não?⁸⁸

Os argumentos utilizados para justificar o apoio ao Governo Federal, em 2010, após muitos anos de experiência com este Governo, se assemelham ao que Mota e Amaral (2014, p. 27) chamam de “os auspícios da esquerda conservadora”. Isto porque, “advoga-se a possibilidade de enfrentamento da pobreza, mas tangenciando os inconciliáveis projetos das classes sociais fundamentais [...]”.

Ou seja, para defender um Governo que ataca os interesses históricos da classe trabalhadora, apela-se para sua história e tangencia-se o debate sobre as reais políticas destes governos, alegando que ele estaria “em disputa” e reivindicando supostas “melhorias” em relação aos governos anteriores. Concordamos com Braz (2007, p. 07), ao afirmar que

Ainda que Lula tenha sido eleito a partir de um forte sentimento anti-neoliberal, como uma forte repulsa ao legado desastroso para as massas trabalhadoras deixado por FHC, seu Governo esteve longe de se colocar como alternativa. Ao contrário, deu continuidade e, em alguns aspectos, até mesmo aprofundou a ação neoliberal no Brasil.

Em virtude do caráter de classe deste Governo e da caracterização de que o mesmo aprofundou o projeto neoliberal brasileiro, não cabe aos setores críticos da profissão, vinculados ao projeto histórico de emancipação humana, contabilizar as migalhas econômicas ou sociais que porventura tenham sido conquistadas pelos trabalhadores nesta década. Cabe-nos refletir o quadro político geral, que demarca a

⁸⁸ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Informativo FENAS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

existência de um Governo burguês, que direcionou sua política econômica para o crescimento do capital produtivo e financeiro, nacional e internacional, em detrimento do investimento nos setores sociais e no desenvolvimento humano.

Interessa-nos considerar que os governos petistas não corresponderam às expectativas que os elegeram, de ruptura com uma política econômica neoliberal que ao longo das últimas décadas tem gerado a deterioração cada vez maior, não apenas das condições materiais de vida da classe trabalhadora, mas também uma deterioração moral e ideológica, na medida em que proporcionou o crescimento de setores neoconservadores na sociedade, conforme análises conjunturais do CFESS de 2012 e 2013.

Reiteramos Mota e Amaral (2014, p. 27/28), que em sua auspiciosa análise da política brasileira caracteriza como “esquerda conservadora” os grupos políticos “particularmente vinculados aos governos inaugurados a partir dos anos 2000, e cuja prática política não se distingue, na sua essência, das formas de dominação construídas pelas tradicionais classes dominantes”.

Isto porque estes setores, buscam provocar um

[...] confucionismo ideológico no seio das classes subalternas, ao elaborar estratégias de adesão e consentimento a um determinado projeto de sociedade, onde a crítica e os questionamentos à ordem estabelecida não têm lugar, cancelando as possibilidades históricas de superação do existente (Mota e Amaral, 2014, p. 27/28).

É provável que resida neste fato a explicação da ausência de análises e posicionamentos críticos conjunturais por parte da FENAS. Ao se dar a tarefa de defender o indefensável, a Federação fez a opção por isentar-se do debate da ‘grande’ política, de modo que seus materiais dedicam-se, quase que exclusivamente, ao debate político em torno das polêmicas com o CFESS e das demandas sindicais imediatas.

Cabe ressaltar, entretanto, que, conforme Santos (2010, p. 171),

[...] sem a articulação de um projeto societário estratégico de contraposição ao capital, que mobilize a classe trabalhadora construindo novos métodos de luta, politizando os enfrentamentos corporativos e rompendo

nos sindicatos as barreiras entre trabalhadores empregados e desempregados, não será possível fortalecer a resistência à ofensiva capitalista.

Em virtude desse pressuposto, um sindicalismo que em seu discurso apresenta a defesa de uma sociedade socialista, mas na sua política reitera práticas corporativistas e isenta-se de fortalecer a crítica à direção neoliberal assumida pela política econômica do Governo Federal, construindo uma alternativa ideológica e política dos trabalhadores, não possui qualquer relação de coerência entre o projeto societário que diz defender e aquele ao qual realmente se vincula.

Dessa forma, parece-nos claro que, no âmbito das duas entidades pesquisadas, trata-se não apenas de diferentes posicionamentos políticos específicos, mas de diferentes projetos profissionais e societários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, sinalizávamos que nos instigava buscar analisar as diferenças políticas existentes entre as entidades da categoria de assistentes sociais, CFESS e FENAS, que em sua aparência demonstravam-se como polêmicas sobre a melhor forma de organização sindical da categoria.

Considerando que embora seja a organização por ramo a que melhor abarca as necessidades imediatas e históricas da classe trabalhadora, é preciso considerar que esta não seja uma questão que justifique tamanha polarização entre os setores divergentes, dado que a experiência histórica demonstra que também os sindicatos corporativos em sua forma, cumpriram papéis importantes na história da luta de classes no Brasil, como a própria história da organização sindical dos assistentes sociais demonstra.

Nosso pressuposto era de que este tema, diferente da forma como vem prioritariamente se expressando entre os profissionais e as entidades, não se trata de um debate meramente organizativo. Mas sim, um debate que se expressa dessa forma, mas que tem em suas raízes divergências políticas estratégicas de compreensão sobre nossa categoria profissional e o projeto ético-político que esta categoria tem construído.

Dessa forma, nos propusemos realizar um resgate sobre os debates em torno da forma de organização sindical dos assistentes sociais no tempo presente, mas procurando operar um necessário aprofundamento do estudo das divergências políticas entre as referidas entidades, com o propósito de apreendermos o tema em sua complexidade, visando ultrapassar a superficialidade e a despolitização, que favorecem apenas ao conservadorismo.

A superficialidade e a desqualificação política, próprias desta conjuntura, que reforça o pragmatismo e o utilitarismo em relação às teorias, tem como um de seus agravantes o distanciamento do próprio movimento sindical por parte importante da categoria, o que dificulta o aprofundamento de uma experiência com a forma de organização por ramo de trabalho.

Este distanciamento, próprio da conjuntura de refluxo das lutas, dificulta o entendimento da amplitude do debate sobre a organização político-sindical dos assistentes sociais na contemporaneidade, tornando-se uma aparente saída

responsabilizar a ausência de um sindicato próprio, pelos ataques às condições materiais e de trabalho da categoria.

Por outro lado, do ponto de vista da formação profissional, estes são temas extremamente marginalizados. A ausência de debates na academia, expressa pela ausência de trabalhos sobre o tema, acentuam a superficialidade com que o tema é tratado, abrindo espaço para os possíveis equívocos de interpretação da realidade.

O Relatório-síntese do Grupo de Trabalho e Pesquisa sobre Movimentos Sociais e Serviço Social da ABEPSS (2013-2014), ao fazer estudo sobre a produção acadêmica da categoria apontou que de todas as Dissertações e Teses produzidas no período de 1985 a 2011, na área do Serviço Social, foram encontradas apenas 30 produções relacionadas às temáticas de *Partidos, sindicatos e organizações de articulação de movimentos sociais*⁸⁹. E é relevante considerar, embora empiricamente, que algumas dessas produções se deram em outra conjuntura, ou trataram de fazer resgates históricos sobre o tema, sendo ainda mais escasso produções com análises contemporâneas.

Essa ausência de debate e estudos mascara a heterogeneidade de projetos existentes na categoria e abre espaço para distorções na compreensão sobre os embates hoje travados entre FENAS e CFESS. Não é incomum nos depararmos com análises superficiais que consideram essas entidades *complementares* e que, portanto, seriam desnecessários estes embates.

Se é verdade que estas entidades não competem no campo formal da representação, ocupando papéis diferentes do ponto de vista de seus objetivos legais, também é verdade que do ponto de vista dos projetos políticos defendidos para a sociedade e para a categoria, essas entidades são completamente antagônicas e, portanto, nem um pouco complementares.

Esta assertiva confirma-se através da pesquisa documental realizada neste trabalho, em que foi possível concluir que as referidas entidades situam-se em campos distintos da luta de classes. Embora no marco dos discursos políticos, ambas apareçam como defensoras do Projeto Ético-Político da profissão e da construção de uma sociedade livre de toda forma de exploração e opressão, sua práxis política caminham em sentidos opostos.

Consideramos que

⁸⁹ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Relatório-síntese do Grupo de Trabalho e Pesquisa sobre Movimentos Sociais e Serviço Social**. Disponível em www.abepss.org.br. Acesso em: 20/09/2014.

Não se trata, portanto, de uma polêmica esvaziada de conteúdo político ou restrita à discussão sobre a opção de organização por ramo ou por categoria: por trás da aparência de um enfrentamento desnecessário (admitamos, por vezes, algo acirrado de parte a parte) há defesas distintas do papel de nossas entidades (sindicais ou não) e das formas pelas quais o Serviço Social defende publicamente seus princípios e perspectivas de organização societária. (Revista Em Foco, p. 09)

Dessa forma, competiu-nos problematizar o tema com o intuito de apreendermos as reais diferenças entre as entidades, como têm se organizado e se expressado os setores conservadores existentes na profissão, buscando vislumbrar a tensão entre os projetos profissionais existentes no seio do Serviço Social e para que sentido político cada entidade caminha, disputando os rumos ético-políticos do conjunto da profissão.

Constatou-se o papel do CFESS como vanguarda na luta radical contra as injustiças sociais e na defesa de práticas emancipatórias, práxis esta que só tem sido possível porque este Conselho tem, em sua direção, um grupo profissional comprometido com esses princípios.

Contatamos, também, o papel – os discursos e as práticas – dos setores conservadores da profissão e como estes têm disputado seus projetos na categoria, embora se recusem a admitir a existência da disputa.

Os dirigentes políticos da FENAS, ao serem perguntados se discordam do projeto profissional, afirmam⁹⁰ que defendem o Projeto Ético-Político e que não acreditam que o mesmo esteja em disputa. E, embora digam que “o problema não está no projeto, mas em alguns dirigentes de entidades que mantêm práticas sectárias, autoritárias e cerceia liberdade”⁹¹ também negam a disputa direta contra o CFESS.

No que diz respeito ao fato de terem montado chapas para as eleições do CFESS, alegam que nunca haviam “pensado em disputar a direção do CFESS”⁹² e

⁹⁰ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Informativo FENAS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Ibidem*.

que este fato ocorreu “no sentido das entidades caminharem juntas, [garantirem] o diálogo e o respeito, [...] a defesa da profissão”⁹³.

Atribuem, assim, a responsabilidade pelo acirramento político existente entre as entidade à direção do CFESS que “temendo perder a hegemonia frente à categoria ou o status de vanguarda progressista” assumiram a postura de ficar “apontando nossas fragilidades e repetem a todo o momento que não temos uma capilaridade nacional, entre outras questões”⁹⁴.

A negação, por parte da FENAS, da existência da disputa contra o projeto profissional do qual o CFESS é entidade protagonista, não é o que determina que de fato esta entidade não engendre este enfrentamento. Para sustentar a afirmação de que a Federação é defensora da construção do mesmo projeto político que o Conselho Federal, em seus materiais registram-se assertivas acerca da necessidade de superação da sociedade capitalista. Esta defesa, entretanto, limita-se a afirmações genéricas, completamente desvinculadas de uma análise crítica da realidade social, bem como e, sobretudo, uma ação política que seja consequente com seu projeto de sociedade.

De outro modo, consideramos fundamental reafirmar as análises de Abramides (2014, p. 240), em que a autora argumenta que

[...] as(os) dirigentes de alguns desses sindicatos [...] veem nos Sindicatos de categoria uma forma de disputar politicamente com a direção hegemônica das(os) assistentes sociais alinhados no CFESS e na maioria dos CRESS, na ABEPSS e que são legatários do Projeto Ético Político do Serviço Social Brasileiro.

O CFESS considera⁹⁵ que a questão central é a direção política que cada entidade assume, e nesse sentido, não alinou-se à FENAS, pois esta entidade situa-se em um campo político distinto do projeto profissional historicamente construído pela categoria de assistentes sociais.

Em outras palavras, parece-nos possível considerar que a fundação da FENAS ultrapassa o objetivo de organização sindical da categoria e trata-se, de fato,

⁹³ Federação Nacional de Assistentes Sociais. **Informativo FENAS**. Disponível em www.fenas.org.br. Acesso em 20/09/2014.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta - Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical**. Disponível em www.cfess.org.br. Acesso em 20/09/2014.

de uma política que acaba por enfraquecer os setores de esquerda organizados, que tem protagonizado fortes oposições às políticas neoliberais implementadas pelo Governo Federal.

Tal medida, de criação da FENAS, assemelha-se bastante aos métodos usados pelos membros da “esquerda conservadora”, defensores da “governabilidade” e da disputa dos rumos históricos do petismo, em suas alianças inescrupulosas com os setores mais reacionários da burguesia brasileira. Esta medida, de enfraquecimento dos setores de oposição pela via da criação de um organismo coletivo capaz de polarizar com o projeto hegemônico em determinada categoria, foi vivenciada por outras entidades, como o ANDES-SN, experiência da qual já fizemos referência anteriormente.

De acordo com esta perspectiva, retomamos a reflexão que deu início a este trabalho. Ao estarmos diante de dois projetos profissionais em disputa no seio profissional, materializada na forma de duas entidades que polarizam em torno da hegemonia política da profissão, cabe ao corpo profissional vincular-se ao projeto que represente seus anseios e da classe trabalhadora.

Compreendendo que a postura assumida pelo CFESS, não se direciona à negação da importância do sindicalismo e da organização político-sindical dos assistentes sociais, senão da defesa de uma concepção de organização sindical coerente com o projeto profissional e societário hegemônico no Serviço Social.

Diante desta realidade, somos convocados a nos posicionar, no sentido de fortalecer um ou outro projeto profissional, compreendendo que existe um antagonismo entre os dois e que os mesmos são inconciliáveis. Do mesmo modo, o desvelamento da profissão e de seus desafios, no contexto desta sociabilidade, implica na construção de um determinado projeto profissional e societário, dado que “não é possível pensar a profissão em si mesma, como se suas demandas não expressassem, por um conjunto de mediações, as contradições das classes sociais em disputa na sociedade” (Santos, 2010, p. 70).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, Maria do Socorro. **O novo Sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria.** São Paulo: Cortez, 1995.

_____ e _____. **A organização política do Serviço Social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do Serviço Social brasileiro.** In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Regional de Serviço Social –S. Paulo (CRESS - 9º Região); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009). Brasília: 2009, pg. 55-78.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional?** In: Abramides, M. B; Duriguetto, M. L. (orgs.) **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** São Paulo: Cortez, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).** 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula e em defesa da Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Temporális.** Ano 4, nº 7 (janeiro/junho de 2004) – Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Anais do XII ENPESS.** Rio de Janeiro, 2010.

BRAVO, M. I. S; BRAGA, M. C. S; NEVES, A. M.; THEONILLO, M. J. **Organização político-sindical dos assistentes sociais:** alguns resultados da pesquisa aplicada na plenária específica no XIII CBAS. Anais do XIV CBAS. Águas de Lindóia, 2013.

BRAZ, Marcelo. **A hegemonia em xeque:** Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos In: Revista **Inscrita** nº 10. Brasília, CFESS, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **O projeto ético-político profissional trinta anos depois: sentidos e desafios.** In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Regional de Serviço Social –S. Paulo (CRESS - 9º Região);

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009). Brasília: 2009, pg. 145-155.

_____. In: CFESS (org.). **Conferências e deliberações do 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Anais. Brasília, 2009. (p. 107-121)

Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo (CRESS/SP). “A profissão do assistente social”. In: **Cadernos CRESS/SP**, edição n. 4. São Paulo, 2009.

Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (CRESS/RJ). **A organização política dos assistentes sociais: a questão sindical em debate**. Práxis, ano IV, n. 42 (AGO-OUT 2007). Rio de Janeiro, 2007.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS-CRESS**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, v. 17, n. 50, p. 172-190, abr. 1996.

_____. **CFESS 50 anos**. Revista Inscrita, n. 13. Brasília, 2013.

_____. Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em 10/05/2014.

DALLARUVERA, M. A. e ALVARENGA, M. P. **Porque FENAS? A história contada por seus protagonistas**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 92. São Paulo: Cortez, 2007

FALEIROS, Vicente de Paula. **O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais na Conjuntura dos Anos 70**. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Regional de Serviço Social –S. Paulo (CRESS - 9º Região); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009). Brasília: 2009, pg. 43-54.

GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. Achiamé: Rio de Janeiro, 2011.

GUERRA, Yolanda. **Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional**. In: Mota, A. E; Amaral, A. Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HORTA, Danielle Silva da. **A Trajetória Histórica da Organização Político-Sindical dos Assistentes Sociais no estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado – UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, Kátia. **Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século**. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz T. Serviço Social e Educação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 1-26, 2013.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra Filosofia, 1985.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINELLI, Maria Lucia. **A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Conselho Regional de Serviço Social –S. Paulo (CRESS - 9º Região); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). 30 anos do Congresso da Virada (1979-2009). Brasília: 2009, pg. 97-104.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização**. In: Abramides, M. B; Duriguetto, M. L. (orgs.) Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Projeto profissional e projeto societário**. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Revista Inscrita, n. 12. Brasília, 2009.

_____ e _____. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabeth (org.). A nova fábrica de consensos. Ensaios sobre a reestruturação produtiva empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

NASCIMENTO, C. A. S; SILVA, E. V; JESUS, E. S. **Sindicalismo e Serviço Social: Notas críticas sobre o movimento pela reativação do Sindicato dos assistentes sociais em Sergipe**. Anais do XII ENPESS. Rio de Janeiro, 2010.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília, 2009 (p.668-700).

_____. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês de Souza; UCHÔA, Roberta; NOGUEIRA, Vera; MARSIGLIA, Regina; GOMES, Luciano; TEIXEIRA, Marlene (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política educacional brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional.** 2007. 378 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PINHEIRO, Ivan. In: CFESS (org.). **Conferências e deliberações do 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS.** Anais. Brasília, 2009. (p. 82-93)

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político.** In: CFESS: Revista Inscrita n. 12, ano IX. Brasília, 2009.

_____. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social.** Tese de doutorado em Serviço Social – UFPE. Recife, 2005.

_____. **Organização política dos assistentes sociais brasileiros: a construção política de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional.** Serviço Social e Sociedade, n. 88. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, S. R. e SANTOS, T. R. M. dos. **Dilemas e desafios do movimento sindical brasileiro: a particularidade da organização dos (as) assistentes sociais.** Serviço Social e Sociedade, n. 94. São Paulo: Cortez, 2008.

REVISTA EM FOCO. **Organização sindical dos assistentes sociais.** Rio de Janeiro: CRESS, n. 7, set. 2011.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. **A organização sindical dos assistentes sociais no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos.** Natal: UFRN, 2010. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Apropriações da tradição marxista no Serviço Social.** Disponível em: <http://pt.slideshare.net/mauxa/cadernos421-14907072>. Acesso em: 15/01/2015.

APÊNDICE

Apresentamos abaixo a lista de documentos utilizados para a realização da pesquisa em relação aos posicionamentos políticos das entidades estudadas neste trabalho.

- Documentos publicados pela FENAS:

Título	Fonte
<i>Estatuto da FENAS</i>	Disponível em www.fenas.org.br
<i>Apresentação da FENAS</i>	Disponível em www.fenas.org.br
<i>Corporativismos</i>	Disponível em www.fenas.org.br
<i>Trajatória sindical dos assistentes sociais no Brasil</i>	Disponível em www.fenas.org.br
<i>Seminário de Organização Sindical dos assistentes sociais do RJ</i>	Disponível em www.fenas.org.br
<i>Seminário Nacional de Serviço Social e Organização Sindical/2012 – Promovido pelo CFESS</i>	Disponível em www.fenas.org.br
<i>Informativo FENAS, 2010</i>	Disponível em www.fenas.org.br
<i>Carta aos assistentes sociais presentes no XXXIII Encontro Nacional CFESS/CRESS</i>	Disponível em www.fenas.org.br
<i>Pronunciamento da FENAS sobre a aprovação das 30 horas para os assistentes sociais</i>	Disponível em www.fenas.org.br

- Documentos publicados pelo CFESS:

Título	Fonte
Todos os boletins “ <i>CFESS Manifesta</i> ” publicados no site, de 2003 a 2013	Disponível em www.cfess.org.br
<i>Relatórios e deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS, de 2003 a 2013</i>	Disponível em www.cfess.org.br